

Sesc | Serviço Social do Comércio

Departamento Nacional



Sesc | Serviço Social do Comércio

PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL

Antonio Oliveira Santos

DEPARTAMENTO NACIONAL

Diretor-Geral

Carlos Artexes Simões

Departamento de Formação e Pesquisa

Cláudia Márcia Santos Barros

COORDENAÇÃO

Núcleo de Estudos e Pesquisas

Andréa Maciel de la Reza

EDITORIA

Andréa Maciel de la Reza

Cláudia Márcia Santos Barros

Pedro Hammerschmidt Capeto

ASSISTENTE EDITORIAL

Carlos Lima Júnior

PRODUÇÃO EDITORIAL

Departamento de Comunicação e Mídia

Pedro Hammerschmidt Capeto

PROJETO GRÁFICO

Ana Cristina Pereira (Hannah23)

SUPERVISÃO EDITORIAL

Jane Muniz

PREPARAÇÃO E PRODUÇÃO EDITORIAL

Gustavo Barbosa

(Conceito Comunicação Integrada Ltda.)

REVISÃO

Conceito Comunicação Integrada Ltda.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Maria Elisa Silveira

REVISÃO DO INGLÊS

Maria dos Anjos Rouch

DIAGRAMAÇÃO

Livros & Livros | Susan Johnson

FOTO DA CAPA

Flávio Pereira

ARTE FINALIZAÇÃO E PRODUÇÃO GRÁFICA

Celso Mendonça

ESTAGIÁRIO DE PRODUÇÃO EDITORIAL

Juliana Marques

CONSELHO EDITORIAL

Amélia Cohn (USP)

Angela de Castro Gomes (UFF - Unirio)

**Carlos Guilherme Mota (USP - Universidade
Presbiteriana Mackenzie)**

Elina Pessanha (IFCS/UFRJ)

Franciso Alambert (FFLCH/USP)

Gabriel Cohn (USP – Unifesp)

Gustavo Lins Ribeiro (UnB)

João Feres Júnior (IESP/UERJ)

José Jairo Vieira (PPGE/UFRJ)

Marco Aurélio Nogueira (Unesp)

Marcos Costa Lima (UFPE)

Marta de Azevedo Irving (EICOS/UFRJ – PPED/UFRJ)

Maurício Blanco Cossio (Instituto AFortiori)

Myriam Lins de Barros (ESS/UFRJ)

Paulo Cesar Duque-Estrada (PUC-Rio)

Rita Chaves (PECLLP/USP)

Rogério Medeiros (PPGTLC/UFRJ)

Sônia Karam Guimarães (PPGS/UFRGS)

Tania Bacelar (CFCH/UFPE)

Vera Lins (UFRJ)

© Sesc Departamento Nacional, 2016.
Av. Ayrton Senna, 5.555 — Jacarepaguá
Rio de Janeiro — RJ
CEP 22775-004
Tel.: (21) 2136-5555

Distribuição gratuita. Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610 de 19/2/1998. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida sem autorização prévia por escrito do Departamento Nacional do Sesc, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sinais Sociais / Sesc, Departamento Nacional - Vol. 1, n. 1 (maio/ago. 2006) - Rio de Janeiro : Sesc, Departamento Nacional, 2006 - .
v.; 30 cm.

Quadrimestral.
ISSN 1809-9815

1. Pensamento social. 2. Contemporaneidade. 3. Brasil.
I. Sesc. Departamento Nacional.

As opiniões expressas nesta revista são de inteira responsabilidade dos autores.

As edições podem ser acessadas eletronicamente em www.sesc.com.br.

Apresentação	5
Editorial	6
A agenda social brasileira e os desafios da desigualdade Fernanda Cimini Salles	9
Sob suspeita: a literatura brasileira no Uruguai Ieda Magri	33
<i>Parabelo: uma performance das veredas do Sertão</i> Jacques Fux	61
Relações raciais no Brasil contemporâneo: uma análise preliminar da produção em artigos acadêmicos dos últimos vinte anos (1994-2013) Luiz Augusto Campos e Ingrid Gomes	85
O fenômeno da pobreza na leitura hegemônica Maria Fernanda Escurra	117



APRESENTAÇÃO

A origem do Sesc vincula-se à intenção de contribuir para o desenvolvimento do Brasil a partir de uma profunda compreensão de seu potencial e dos obstáculos ao seu progresso.

Uma tarefa desafia aqueles que receberam como legado a missão de realizar no presente os ideais vislumbrados pelos líderes do passado: a revisão e a ampliação permanente dessa compreensão.

Assim como ao Sesc cabe atuar sobre a realidade social, cabe valorizar e difundir o entendimento acerca dessa realidade, dos conceitos e questões fundamentais para o país e das políticas públicas e formas diversas de promover o bem-estar coletivo.

ANTONIO OLIVEIRA SANTOS

Presidente do Conselho Nacional

O Serviço Social do Comércio não teria alcançado, ao longo de seus 70 anos, um papel tão relevante e definitivo para a sociedade brasileira, não fosse pela valorização da reflexão sobre a ação social e pela compreensão aprofundada das contradições do mundo contemporâneo.

A preocupação com o rigor e com a coerência do pensamento e a valorização conceitual se concretiza nos mais diferentes recortes da ação do Sesc, mas está expressa em sua plenitude em produções como a revista *Sinais Sociais*.

Publicada pela primeira vez há 10 anos, *Sinais Sociais* encontrou seu lugar no campo da produção reflexiva acadêmica. Progressivamente chamou a atenção dos centros de pesquisa e dos pensadores que hoje referenciam o pensamento social brasileiro, com edições corajosas, provocações intelectuais instigantes e, sobretudo, com a preocupação genuína em iluminar pela produção do conhecimento os rumos da sociedade brasileira e do complexo mundo em que vivemos.

CARLOS ARTEXES SIMÕES

Diretor-Geral do Departamento Nacional

Na 32ª edição da revista *Sinais Sociais*, novos e velhos questionamentos vêm à tona a partir de temas imersos nas ciências humanas e sociais, na literatura e nas artes, suscitando reflexões e debates cotidianamente.

Os artigos *A agenda social brasileira e os desafios da desigualdade*, de Fernanda Cimini Salles, e *O fenômeno da pobreza na leitura hegemônica*, de Maria Fernanda Escurra, analisam de maneira diferenciada a pobreza e a desigualdade no mundo. Sem a pretensão de esgotar o que poderia ser objeto deste debate, os textos elucidam as possíveis alternativas para o enfrentamento da questão social que envolve o fenômeno, a partir da compreensão do grande desafio que se coloca para a humanidade. Fernanda Cimini parte de uma reflexão sobre as condições objetivas e subjetivas que reproduzem a aparente contradição entre a pobreza e a desigualdade no contexto brasileiro. Maria Fernanda Escurra ilustra a visão conservadora presente nos fundamentos teóricos das análises usuais da pobreza, amplamente utilizada nos estudos contemporâneos sobre o tema, camuflando as reais causas do problema, na visão da autora.

O artigo de Ieda Magri, *Sob suspeita: a literatura brasileira no Uruguai*, levanta questões importantes na esfera de programas e ações no campo da cultura, da arte e do pensamento: Quais os caminhos possíveis para a internacionalização da literatura brasileira na América? Qual a importância da elaboração de políticas públicas para a disseminação da literatura brasileira? Que fatores e critérios impulsionam os interesses das editoras na publicação da literatura nacional no estrangeiro? Com esse propósito, o texto detém sua análise na interpretação do romance de Rodrigo Lacerda, *Outra vida*, traduzido no Uruguai a partir do apoio do Programa da Fundação Biblioteca Nacional no Brasil.

Ainda no campo literário, reconhecendo o brilhantismo de autores que se debruçaram sobre a aridez da vida no sertão brasileiro, como Euclides da Cunha e Guimarães Rosa, Jacques Fux propõe pensar a literatura por meio da sua representação em outras artes. O artigo *Parabelo: uma performance das veredas do Sertão* tem base nos fundamentos do teórico contemporâneo Jacques Rancière e em releituras – feitas por Tom Zé, José Miguel Wisnik, Rodrigo e Paulo Pederneiras – do *Grande Sertão: Veredas*, performadas na peça do Grupo Corpo, *Parabelo*. O autor apresenta seu texto na forma de ensaio com pretensões de realizar uma performance discursiva, demonstrando como “a arte e a performance podem se alimentar mutuamente e transformar a interpretação e a recepção de uma dança, de uma música e também de uma obra literária”.

O artigo de Luiz Augusto Campos e Ingrid Gomes, *Relações raciais no Brasil contemporâneo: uma análise preliminar da produção em artigos acadêmicos dos últimos vinte anos (1994-2013)*, discute a produção recente das Ciências Sociais sobre a questão racial que, desde os primórdios, ocupa lugar central nesta área do conhecimento. A partir dos resultados preliminares de uma parte da pesquisa baseada nos textos acadêmicos disponibilizados pelo portal de divulgação científica SciELO.br, percebe-se que os estudos mais recentes passaram por transformações nos últimos vinte anos, distanciando-se das pesquisas fundantes deste campo consolidado das ciências sociais. Essas mudanças coincidem com a crescente politização da questão racial e os debates que suscita em torno da chamada ação afirmativa.

Nesta edição, são apresentados novos desafios para a reflexão continuada sobre variados temas que compõem o complexo e importante debate posto pela sociedade.

Vamos à leitura!

A agenda social brasileira e os desafios da desigualdade

Fernanda Cimini Salles

Fernanda Cimini Salles

Professora Adjunta do Departamento de Economia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutora em Ciências Humanas (Sociologia) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com formação complementar em Ciência Política no Massachusetts Institute of Technology (MIT). Mestre em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) e Bacharel em Relações Internacionais pela mesma instituição (PUC-MG). Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Desenvolve pesquisas relacionadas a organizações internacionais e cooperação internacional, economia política internacional e economia política comparada.

Resumo

O início da década de 2010 foi marcado por grande otimismo relativo às conquistas das políticas sociais brasileiras. A ideia de que o Brasil estaria prestes a superar o problema da pobreza ganhou força nos debates acadêmicos e nos circuitos internacionais, legitimando uma nova trajetória de desenvolvimento. Apesar desses avanços, o país mantém a posição de uma das sociedades mais desiguais do mundo. O artigo contrapõe ambas as dinâmicas – superação da pobreza e manutenção da desigualdade – a partir de uma reflexão sobre as condições objetivas e subjetivas que reproduzem essa aparente contradição no contexto brasileiro. Para tanto, o artigo se baseia na concepção de bem-estar social, tal como desenvolvido por Amartya Sen, e reconhece a importância das percepções dos brasileiros (elites e massas) para avançar uma agenda mais eficiente para combater as desigualdades.

Palavras-chave: Bem-estar social. Políticas Sociais. Desigualdades. Pobreza.

Abstract

The beginning of the 2010s was marked by great optimism regarding the achievements of the Brazilian social policies. The idea that Brazil was about to overcome the problems of poverty has gained strength in academic debates and international circuits, legitimizing a new path of development. Despite these achievements, the country remains one of the most unequal societies in the world. This paper contrasts both dynamics – overcoming poverty and enduring inequality – through the analysis of both the objective and subjective conditions that reproduce this apparent contradiction in the Brazilian context. In order to do so, this paper relies on the idea of “well-being”, as developed by Amartya Sen, and recognizes the importance of the Brazilian’s (elites and masses) perceptions to advance a more efficient agenda to combat inequalities.

Keywords: Well-being. Social Policies. Inequalities. Poverty.

Introdução

Na última década, o Brasil vivenciou importantes conquistas no âmbito social. Antes que a crise econômica tomasse conta do debate público, não eram raras as reportagens e publicações de agências nacionais e internacionais a respeito da melhoria das condições de vida da população, evidenciadas na valorização do salário mínimo, no aumento do padrão de consumo, no acesso a mercados antes restritos aos abastados e no avanço de indicadores sociais. Esse otimismo em torno das condições sociais no Brasil origina-se de uma visão de que as políticas públicas em curso no país, durante os anos 2000, teriam contribuído para a alteração do padrão de vida das famílias mais pobres, possibilitando a ascensão social e até mesmo a criação de uma “nova classe média”.

Contudo, o aumento da renda e do acesso a serviços básicos não implica, necessariamente, na melhoria de bem-estar da população, tampouco em mudanças no que diz respeito às oportunidades de vida. Apesar do avanço no combate à pobreza, permanecem níveis elevados de desigualdade, o que nos leva a questionar em que medida o combate à pobreza e o combate à desigualdade caminham juntos. Estaria o Brasil avançando na construção de uma sociedade mais igualitária?

A fim de responder essa questão, este artigo propõe três perspectivas analíticas. Em primeiro lugar, à luz do debate sobre igualdade de oportunidades e igualdade de bem-estar social, tal como formulado nos trabalhos de John Rawls e Amartya Sen, busca-se avançar em uma compreensão não utilitarista de desigualdades, que considera a emancipação humana e a ampliação das capacidades de escolha como critério para a superação das privações econômicas. Ao se considerar o conceito de igualdade desde uma perspectiva mais ampla, observa-se a insuficiência dos indicadores baseados em renda e acesso à infraestrutura para mensurar a melhoria da qualidade de vida da população.

Em segundo lugar, recorre-se a estudos sobre percepções de desigualdade no Brasil para compreender os agravantes que fazem da nossa desigualdade uma cadeia perversa, de difícil solução. Diversos estudos chamam atenção para o aspecto subjetivo da desigualdade (REIS, 2000; SCALON, 2004, 2011, e outros), mas essa dimensão ainda tem sido negligenciada no debate público. Não somente questões objetivas estão na raiz do problema,

tal como a concentração de renda, mas também a forma como as assimetrias econômicas e sociais são interpretadas pelos brasileiros em seu dia a dia. A forma como percebemos as desigualdades e, sobretudo, a forma como nossas elites percebem a desigualdade é um dado crucial para a elaboração das estratégias utilizadas para combatê-la.

Finalmente, discutem-se as estratégias adotadas no país para a superação da pobreza e da desigualdade. O argumento central do texto é que promover desenvolvimento, reduzir desigualdades e combater pobreza são estratégias distintas e que não necessariamente estão articuladas sob o prisma das políticas públicas.

O artigo está estruturado em quatro seções, para além desta introdução e da conclusão. Na segunda seção são apresentados dados secundários que retratam os avanços sociais vis-à-vis a agenda social implementada pelo Brasil na última década. A terceira seção dedica-se ao debate teórico sobre o conceito de igualdade. A quarta seção aborda a perspectiva subjetiva da desigualdade, com dados secundários sobre a percepção dos brasileiros. A quinta e última seção discute a estratégia adotada pelo Brasil para a superação da pobreza.

Pobreza: uma questão superada na agenda social brasileira?

A definição de uma agenda de prioridades para políticas e projetos sociais é fruto não somente de processos políticos domésticos, mas também de dinâmicas internacionais que legitimam certas estratégias como eficientes para a promoção do desenvolvimento. No cenário internacional, ainda que a questão social tenha migrado para a agenda política na década de 1970, impulsionada pelo apoio do Banco Mundial e da ONU (Organização das Nações Unidas) no combate à pobreza, é apenas nos anos 1990 que podemos falar verdadeiramente em uma agenda de desenvolvimento com um viés social. Nesse momento, surge a ideia de desenvolvimento humano, que direciona o olhar sobre a pobreza, não apenas como uma questão de renda, mas também de direitos à educação, à saúde e também à liberdade.

Como resultado da ampliação e consolidação da nova agenda de desenvolvimento internacional, os anos 2000 são inaugurados com a sintetização

dos principais desafios sociais enfrentados mundialmente em metas, os chamados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (doravante, ODM), que deveriam ser cumpridos por toda a comunidade internacional até 2015.¹ São eles:

1. Erradicar a extrema pobreza e a fome.
2. Atingir o ensino básico universal.
3. Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres.
4. Reduzir a mortalidade infantil.
5. Melhorar a saúde materna.
6. Combater o HIV/aids, a malária e outras doenças.
7. Garantir a sustentabilidade ambiental.
8. Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Esses objetivos, monitorados periodicamente por observadores internacionais, se traduzem em indicadores mensuráveis e passíveis de apuração, possibilitando um acompanhamento não só da trajetória de cada país, mas também da comparação entre diferentes países. De certa forma, essa proposta de vários países compartilharem metas sociais comuns, e serem guiados pelos mesmos parâmetros comparativos, contribui para a percepção de uma unicidade nos problemas e nas soluções propostas para resolvê-los. Ou seja, os objetivos do milênio acabam por legitimar uma agenda de prioridades para as políticas públicas e projetos de intervenção ao dar um grande destaque a recortes específicos dos problemas sociais.

Desde a publicação dos oito objetivos do milênio, não só as agências internacionais voltadas para o financiamento de projetos de desenvolvimento, mas também grande parte das Organizações Não Governamentais (doravante, ONGs) e governos passaram a incorporar essas metas em seus discursos e estratégias de ação social. No Brasil, a questão social – historicamente associada à demanda por cidadania – passou a convergir, a partir dos anos 1990 e, sobretudo, nos anos 2000, para o combate à pobreza, em consonância com as agendas sociais desenvolvidas no cenário internacional. No contexto brasileiro, porém, essa luta se confundirá com outros desafios como os elevados riscos sociais que afetam o bem-estar dos pobres e, principalmente, as acentuadas desigualdades econômicas.

O Programa Fome Zero, inaugurado no primeiro mandato do governo Lula, teve uma grande repercussão mundial, justamente por mostrar-se

alinhado ao pilar básico dessa agenda internacional de combate à pobreza. O relatório de acompanhamento dos ODM no Brasil, publicado periodicamente pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (doravante, Ipea) em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (doravante, PNUD), contribuiu para reafirmar os avanços obtidos pelo país no cumprimento das metas:

Essas políticas, organizadas sob o Programa Fome Zero em 2003, foram fundamentais para que a fome e a desnutrição em crianças de zero a quatro anos de idade fossem, em termos da média estatística do país, eliminadas já em 2009 – embora esteja claro que esse problema persista em determinados grupos sociais e regiões geográficas e deva continuar a ser foco de políticas específicas (OBJETIVOS..., 2010, p. 12).

Outros programas, como o Bolsa Família e o Brasil Sem Misérias, integram o conjunto de ações sociais prioritárias levadas a cabo pelo Governo Federal, que se caracterizam por sua elevada capilaridade. Segundo o relatório de acompanhamento dos ODM (Objetivos..., 2010), se nos anos 2000 o país teve condições de executar programas sociais universalizantes, em consonância com a agenda internacional de desenvolvimento, essa capacidade se deve a uma trajetória histórica de ampliação do papel do Estado conjugada à luta constante pela criação de novos direitos. O fato é que, hoje, o Estado, a despeito das inúmeras dificuldades, consegue se fazer presente em grande parte do território (Quadro 1).

QUADRO 1 – Abrangência das políticas sociais no Brasil

Área de concentração	Ações	Produtos/Resultados
Saúde	Agentes Comunitários de Saúde	61% da população coberta (115, 4 milhões de pessoas)
	Equipes de Saúde da Família	51% da população coberta (96,1 milhões de pessoas)
	Equipes de Saúde Bucal	48% da população coberta (91,3 milhões de pessoas)
	Consultas médicas	2,5 consultas <i>per capita</i> /ano
Educação	Educação infantil	4,2 milhões de alunos
	Educação Básica (Ensino Fundamental e Ensino Médio)	37,6 milhões de alunos
	Graduação	1,2 milhão de alunos
	Distribuição de livros didáticos	111,7 milhões de livros
Assistência Social	Programa Bolsa Família	12,4 milhões de famílias
	Benefícios de Prestação Continuada	1,6 milhão de pessoas com deficiência; 1,5 milhão de idosos
Previdência Social (Regime Geral - RGPS)	Aposentadorias e pensões	24 milhões de beneficiários
Emprego e Defesa do Trabalhador	Seguro-desemprego	6,6 milhões de beneficiários
Desenvolvimento Agrário	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)	1,7 milhão de contratos de financiamento

Fonte: adaptado de Objetivos... (2010, p. 14).

Tendo em vista sua capilaridade e transversalidade, a agenda social brasileira destaca-se no cenário internacional e é reconhecida por conciliar universalidade e focalização nos grupos mais vulneráveis, o que ganha respaldo com a evolução positiva dos indicadores dos ODM, como será demonstrado mais adiante. Não apenas os programas de benefícios e serviços socioassistenciais compõem a agenda social brasileira, mas também ações voltadas para a garantia dos direitos à saúde, educação, previdência social e desenvolvimento agrário, como apresentado no Quadro 1.

Outro ponto de destaque da agenda social brasileira é a sua afinidade com todos os oito objetivos de desenvolvimento do milênio e não só com o primeiro de combate à pobreza e à fome. Essa estratégia de alinhar ODM e agenda doméstica possibilitou que as políticas sociais brasileiras se apresentassem como verdadeiras traduções empíricas daquilo que seria uma utopia internacional, legitimando-as ainda mais. O Quadro 2 apresenta essa convergência de agendas:

QUADRO 2 – Iniciativas da agenda social brasileira e os ODM correspondentes

Objetivos do Milênio	Eixos temáticos	Principais iniciativas
ODM 1 - Erradicar a extrema pobreza e a fome	Redução da pobreza	Ampliação de benefícios e serviços socioassistenciais
		Promoção de desenvolvimento sustentável nas áreas rurais
		Geração de oportunidades às famílias pobres
ODM 2 - Universalizar a educação primária	Educação	Universalização do ensino
		Qualificação da educação
ODM 3 - Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres	Promoção da igualdade entre os sexos	Consolidação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
ODM 4 - Reduzir a mortalidade na infância	Saúde	Universalização do atendimento qualificado
ODM 5 - Melhorar a saúde materna		Interiorização dos programas de saúde
ODM 6 - Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças		Expansão dos programas de prevenção e controle de doenças
ODM 7 - Garantir a sustentabilidade ambiental	Meio ambiente	Ampliação dos programas de conservação e recuperação de biomas
		Combate aos desmatamentos
		Revitalização de bacias hidrográficas em situação de vulnerabilidade e degradação ambiental
		Desenvolvimento de fontes alternativas de energia
		Expansão dos sistemas de esgotamento sanitário
ODM 8 - Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento	Desenvolvimento mundial	Participação ativa do Brasil na promoção da paz, no combate às desigualdades e nos debates sobre segurança alimentar global e desenvolvimento sustentável

Fonte: Objetivos... (2010, p. 19).

O Quadro 2 apresenta a adaptação feita pelo Governo Federal dos ODM ao contexto nacional, no sentido de torná-los mais ambiciosos e sensíveis à realidade brasileira. Para cada objetivo do milênio, o Governo Federal apresentou indicadores e metas específicos e mais audaciosos do que aqueles apresentados pelas Nações Unidas. Por exemplo, para o primeiro objetivo, a meta da ONU para 2015 era “reduzir pela metade a proporção da população com renda inferior a 1 dólar *per capita* por dia”, ao passo que a meta brasileira foi “reduzir a um quarto da proporção da população com renda inferior a 1 dólar *per capita* por dia”, meta alcançada em 2007 e já superada a partir de 2008.

Não só o avanço positivo dos indicadores é satisfatório, como também esse esforço de sofisticação da elaboração e do monitoramento da agenda social brasileira é um passo importante. A incorporação dessa metodologia de avaliação constante das políticas sociais brasileiras tem permitido não só um reconhecimento de nossos avanços, mas também tem deixado claro quais são nossos obstáculos mais desafiadores.

Se, por um lado, a vitória contra a pobreza e a fome é motivo de comemorações, por outro lado a luta contra as desigualdades permanece invencível: embora tenha sido registrada queda no índice de GINI de 0,086 pontos, entre 1990 e 2012, a desigualdade se mantém em níveis elevados (0,526, em 2012), e o percentual de renda dos 20% mais pobres evoluiu apenas 1,2 pontos, em contraste à melhoria da camada intermediária da população (20-80% do meio), que vivenciou uma melhora de sete pontos neste período. Em 2012, os 20% mais pobres detinham 3,4% da renda, ao passo que os 20% mais ricos detinham 57% (OBJETIVOS..., 2014).

Em estudo recente, Medeiros et al. (2015) utilizaram dados de imposto de renda de pessoa física para a calcular a desigualdade. A conclusão dos autores é de que a desigualdade no Brasil é mais alta do que se imaginava e permanece estável desde, pelo menos, 2006. Na avaliação dos autores, os indicadores de desigualdade medem muito bem o lado dos pobres, mas não retratam a realidade dos ricos. Com os dados do imposto de renda foi possível observar que quase metade da renda do país é recebida pelos 5% mais ricos, sendo um quarto pelo 1% do topo. Um dado ainda mais alarmante: 0,1% dos mais ricos concentrou um décimo de toda a renda de 2012 e esse percentual mantém-se estável desde 2006.

Os números indicam que, embora o país tenha conseguido a partir dos anos 2000 um avanço significativo na redução do número de pessoas abaixo da linha de pobreza, a desigualdade de renda pouco foi alterada. Não por acaso, o país ganhou e ainda mantém a péssima fama de ser um dos mais desiguais do mundo. Além disso, destaca-se a permanência das desigualdades regionais, de raça e de gênero que se manifestam nos mais diversos contextos sociais, sobretudo no mercado de trabalho. Segundo a coordenadora da ONU no Brasil, Marie Poirier,

[...] o gênero, a raça, a etnia e o local de nascimento de uma criança brasileira ainda determinam, em grande parte, suas oportunidades futuras. Não há dúvida de que o maior desafio do país nos próximos anos será transformar os ODM em uma realidade efetiva para todos e todas (POIRIER, 2010, p. 11).

Esse diagnóstico de permanência de desigualdades, também compartilhado em outros estudos (SCALON, 2004; HERRÁN, 2005; SCALON; SALATA, 2016), nos leva a questionar sobre até que ponto podemos considerar a pobreza como uma questão superada na agenda social brasileira. Pelo menos no plano discursivo – com respaldo do alcance das metas para esse objetivo – essa superação é muitas vezes entendida como dada, principalmente pelos organismos internacionais. O Banco Mundial, por exemplo, desde 2008 não considera, em seu documento de estratégia ao país, a superação da pobreza como uma questão prioritária a ser apoiada pelos projetos do banco. Na avaliação deste organismo, a cobertura dos programas sociais – e mesmo de serviços básicos de saúde e educação – não deve ser mais objeto de apoio do banco, pois nesse aspecto o país já teria desenvolvido capacidades próprias (BANCO MUNDIAL, 2008). Essa visão também é compartilhada por outras agências internacionais, reforçando a ideia de que já estaríamos em vias de superar a pobreza.

Esse entusiasmo pela superação da pobreza também é reforçado pelo aumento relativo da classe média (classe C) e declínio das classes D e E (Figura 1).

FIGURA 1 – Projeção da pirâmide populacional e das classes econômicas (2003, 2011 e 2014)



Fonte: Centro de Políticas Sociais – CPS/FGV, disponível em Neri (2012).

Em certa medida, esses avanços acabam por relativizar nossa demanda por igualdade e nos levam a questionar sobre quais seriam os verdadeiros impactos da reprodução da desigualdade. Ora, se a grande maioria da população está compartilhando uma melhoria dos padrões de qualidade de vida, com condições de consumir mais e tendo uma remuneração maior pelo seu trabalho, onde se manifestariam os indícios da desigualdade?

Das necessidades mínimas ao bem-estar: uma visão não utilitarista da desigualdade

A primeira pergunta com a qual nos deparamos ao tratar do tema desigualdade é a definição de igualdade ou igualdade “de quê”. Essa questão é relevante tendo em vista que todas as teorias normativas do ordenamento social propõem implicitamente a igualdade de algo – e esse algo diz respeito àquilo que é eticamente relevante para qualificar uma boa sociedade. Para responder a essa pergunta, nos pautaremos em duas abordagens normativas distintas de igualdade, que embasam caminhos singulares de interpretação e de possível solução para a desigualdade.

A primeira, na esteira de John Rawls, supõe que a estrutura básica da “boa” sociedade deve buscar pela distribuição igualitária de certos bens primários, ou seja, “coisas que todo homem racional presumivelmente quer” (RAWLS, 2003, p. 66) e também de oportunidades abertas a todos. Nesta concepção, a ideia de igualdade basal pauta-se nas necessidades mínimas para que o indivíduo tenha condições de perseguir seus objetivos. Aqui, para que o resultado da trajetória do indivíduo seja considerado “justo”, importa saber se a base da distribuição inicial dos ativos, em especial, renda e riqueza, foi justa. Mas, para tanto, a sociedade deve garantir que as carreiras sejam abertas a talentos e que o mercado seja livre a todos. Esse argumento, marcadamente liberal, busca anular o efeito da classe social sobre a trajetória dos indivíduos ao atribuir à sociedade a responsabilidade de garantir a “igualdade equitativa de oportunidades”. Segundo Rawls:

Mais especificamente, supondo que haja uma distribuição de dotes naturais, aqueles que estão no mesmo nível de talento e habilidade, e têm a mesma disposição para utilizá-los, devem ter as mesmas perspectivas de sucesso, independentemente de seu lugar inicial no sistema social. Em todos os setores da sociedade deveria haver, de forma geral, iguais perspectivas de cultura e realização para todos os que são dotados e motivados de forma semelhante. As expectativas daqueles com as mesmas habilidades e aspirações não devem ser afetadas por sua classe social (RAWLS, 2003, p. 77).

Esse argumento inspirou e ainda inspira grande parte das políticas públicas que buscam universalizar o acesso da população às condições mínimas de saúde, educação, alimentação básica e moradia, necessárias para o ingresso no mercado de trabalho e participação no mercado de consumo. Nesse prisma, se todos tiveram condições de competição, as desigualdades decorrentes devem-se às diferenças de talentos e habilidades pessoais e deixam de ser de responsabilidade social.

Em oposição a essa visão de igualdade liberal e utilitarista, Amartya Sen (2001) propõe uma concepção de igualdade que leva em conta não necessariamente o ponto de partida, mas, sobretudo, o ponto de chegada, isso é, o nível de bem-estar alcançado pelos indivíduos. Segundo Sen, a ideia de igualdade deve ser contextualizada em um espaço, o que implica que os demais espaços não necessariamente sejam igualitários. Por exemplo, a tradição da filosofia política liberal (na esteira de Rawls) requer a

igualdade em espaços específicos (rendas, riquezas, utilidades), mas acaba sendo anti-igualitária em outros espaços. Nessa lógica, uma vez que é impossível a busca da igualdade em todos os espaços, tendo em vista as diferenças entre os seres humanos, a defesa da igualdade naquilo que é central a uma visão de mundo particular acaba por justificar as desigualdades nos outros espaços. Assim,

A resposta que damos a “igualdade de quê?” não somente endossará a igualdade naquele espaço escolhido (a variável focal relacionando-se com as exigências de igualdade basal), mas terá consequências de longo alcance sobre os padrões distributivos (incluindo as necessárias desigualdades) nos outros espaços (SEN, 2001, p. 52).

Uma das primeiras implicações do argumento de Sen é a aceitação da pluralidade de espaços em que a igualdade pode ser avaliada como variável relevante, o que revela uma certa flexibilidade de conteúdos de igualdade. Isso, porém, não quer dizer que a igualdade seja desprovida de conteúdo. Uma vez definido o contexto, as exigências de igualdade impõem algum ranking de padrões valorativos que revelam aquilo que é mais caro naquele contexto. Na filosofia política, a resposta mais influente a esse dilema é dada por John Rawls, para quem os bens primários – renda e outros elementos – se impõem como requisito igualitário basal.

Contudo, o problema dessa abordagem na concepção de Amartya Sen é que as variações interpessoais (gênero, raça, idade, e outros) e intergrupais impedem que a igualdade em bens primários leve a um mesmo resultado de bem-estar: pessoas com o mesmo nível de renda e outros bens primários podem apresentar características diferentes que as impeçam de converter suas rendas em bem-estar de forma igualitária (SEN, 2001). O modelo proposto por Sen para lidar com a pluralidade de espaços de avaliação vis-à-vis a diversidade de características humanas individuais e coletivas requer uma mudança de olhar naquilo que se busca como igualdade basal das sociedades.

Para tanto, Sen parte da premissa de que a igualdade a ser perseguida pelas sociedades é a igualdade de bem-estar. Bem-estar para o autor refere-se à qualidade do estado da pessoa (quão bem ela está). No modelo de Sen, dois conceitos são fundamentais para se entender o bem-estar: funcionamentos e capacidades. Funcionamentos dizem respeito àqueles

estados e ações necessários para que uma pessoa tenha condições de viver, tais como alimentar-se, vestir-se, morar, locomover-se etc. Já as capacidades referem-se ao conjunto de vetores de funcionamento, isso é, às várias combinações possíveis de funcionamentos (estados e ações) que uma pessoa pode realizar. Nessa lógica, quanto maior o conjunto capacitário de uma pessoa, isso é, quanto mais possibilidades de funcionamentos ela pode exercer, maior a liberdade da pessoa para alterar seu estilo de viver.

Assim, a análise de bem estar, na lógica de Sen, deve levar em conta não somente a realização de um funcionamento, mas o conjunto capacitário da pessoa para realizar diferentes funcionamentos. Essa mudança de olhar contrasta diretamente com a abordagem utilitarista dos bens primários de Jonh Rawls. Na visão utilitarista, a boa sociedade deve preocupar-se para que os indivíduos consigam realizar seus funcionamentos, ou seja, tenham acesso aos bens primários; isso, porém, não quer dizer que todos desfrutem do mesmo padrão de bem-estar. Já a abordagem proposta por Sen defende que a boa sociedade deve ampliar o conjunto capacitário dos indivíduos para que eles tenham capacidade de escolha do estilo de vida que lhes proporcione bem-estar.

A capacidade de escolha, para Sen, pode ser traduzida como a liberdade para converter bens primários em bem-estar. O conjunto capacitário fornece informação sobre os vários vetores de funcionamentos que estão ao alcance de uma pessoa, e a importância desta informação independente de como exatamente o bem-estar venha a ser caracterizado. Muitas vezes, uma pessoa tem algum de seus funcionamentos relevantes atendidos, mas em condições tão modestas ou precárias que não lhe possibilitam converter aquele funcionamento em bem-estar.

Vamos usar como exemplo o uso de transporte público e particular. Uma pessoa que possui um veículo particular pode optar por sair de casa em seu veículo ou usar o transporte público; já aquele que não possui veículo particular não possui possibilidade de escolha, ainda que tenha seu funcionamento “locomover-se” igualmente atendido. Como este exemplo revela, ainda que duas pessoas tenham seu funcionamento realizado, as condições de sua realização e as possibilidades de escolha proporcionadas impactam em maiores ou menores padrões de bem-estar.

O alerta feito por Amartya Sen nos ajuda a melhor compreender a situação daquelas pessoas que vivem graves privações. Nessas condições, as pessoas podem ter suas necessidades básicas atendidas com bens primários muito modestos e dizerem-se satisfeitas por terem seus desejos atendidos. Contudo, nessas situações a privação impede essas pessoas de desejarem algo a mais, já que a vítima da privação arraigada concentra seus desejos naquilo que está ao alcance de ser suprido, não desejando o inatingível. Obviamente, quanto mais próximos estivermos da pobreza absoluta, mais fácil será identificarmos os funcionamentos relevantes que precisam ser atendidos. Contudo, Sen sugere que esse não pode ser o objetivo maior das políticas públicas e ações governamentais. A situação de privação arraigada coloca em xeque as concepções vigentes sobre atendimento às necessidades mínimas, pois aquilo que é mínimo nesses casos pode estar muito abaixo do desejável em contextos mais favorecidos.

Questões como essas revelam que a perspectiva do bem-estar e das capacidades traz uma nova concepção sobre as desigualdades. Em primeiro lugar, como colocado pelo próprio Amartya Sen, a análise da capacidade abre espaço para uma variedade de ações e estados considerados importantes por si mesmo, (não somente por serem um meio ou terem alguma utilidade). Além disso, essa perspectiva fornece um reconhecimento mais completo de variedade de maneiras sob as quais as vidas podem ser enriquecidas e empobrecidas, tendo em vista as diversidades humanas. Ora, quanto maior o reconhecimento dos espaços de igualdade, maior o leque de critérios de desigualdade e, portanto, maior espaço de atuação para as políticas sociais redistributivas.

Considerar o bem-estar humano desde uma perspectiva mais ampla, que não apenas a de um espaço de bens primários, permite lançar luz sobre as complexas relações desiguais existentes entre indivíduos e grupos. Além disso, permite perceber como certos elementos (catástrofes naturais, crises, mudanças legislativas, etc.) podem privar capacidades e impor limitações ao bem-estar de modo diferenciado, revelando que relações de desigualdade apresentam um caráter dinâmico.

Da esfera objetiva para o campo das percepções: um diagnóstico complexo da desigualdade no Brasil

De volta ao contexto brasileiro, se considerarmos as desigualdades tanto sob a perspectiva das necessidades mínimas quanto do bem-estar, fica claro que ainda temos importantes passos a serem dados. Porém, no primeiro caso, as políticas sociais em curso estão contribuindo de forma mais significativa, garantindo a um grupo maior da população o acesso aos bens primários. Sob a ótica liberal, estaríamos, de fato, no caminho certo e, quem sabe, não tão distantes de um cenário mais equitativo em termos de oportunidades. Mas, se olharmos para a situação brasileira a partir da ótica de igualdade de bem-estar proposta por Sen, aí sim, nos deparamos com um enorme desafio.

Celi Scalon (2011) analisa os elementos que tornam as desigualdades no contexto brasileiro ainda mais perversas e de difícil solução. O problema da desigualdade experimentada pelo contexto brasileiro – ainda que visível nos indicadores de distribuição de renda – está muito além dessa esfera e se manifesta de forma multidimensional ao impactar diretamente nas chances de mobilidade social e de superação das privações. Em nosso país, a renda conseguida pelas pessoas não é resultado apenas do seu trabalho, mas da capacidade de mobilização de ativos em seus múltiplos aspectos: político, econômico, social, intelectual e simbólico. O problema é que a propriedade desses ativos (e não apenas de renda) é bastante concentrada e não há meios abertos que possibilitem a sua aquisição. Daí, os ricos possuem vantagens relativas sobre os pobres, conseguindo se apropriar de parcela maior dos benefícios gerados pelo mercado, pelo Estado e pela sociedade.

Para a autora, é importante pontuar que desigualdade e pobreza são conceitos distintos, mas interligados “na medida em que as disparidades nas chances de vida acabam por determinar as possibilidades de escapar de situações de privação e vulnerabilidade” (SCALON, 2011, p. 52). A desigualdade brasileira pode até permitir que um número maior de pessoas escape da pobreza e tenha acesso às necessidades mínimas, mas não nos permite superar o problema da pobreza arraigada, tal como colocado por Sen. Ou seja, nossa desigualdade afeta diretamente as chances das pessoas de ampliar seus leques de possibilidade, limitando seu estilo de

vida aos mínimos possíveis. Essas privações que se impõem à base da pirâmide resultam em uma sociedade com padrões de bem-estar muito distantes e desiguais, em que há claramente uma elite que se sobrepõe em todas as esferas e um “povo” limitado aos padrões de bem-estar acessíveis à sua condição social.

Essa desigualdade multidimensional se traduz na forma de distribuição das oportunidades. Quanto mais desigual for uma sociedade, mais restrito o acesso às oportunidades e, conseqüentemente, menores as chances de ascensão social daqueles menos favorecidos. No Brasil, como observa Scalon, há uma enorme rigidez para a mobilidade social no que diz respeito às “oportunidades (ou probabilidades) de pessoas com origens em classes sociais distintas alcançarem uma mesma classe social de destino” (SCALON, 2011, p. 61). Nesse cenário, não só a dificuldade para a mobilidade intergeracional é significativa, mas sobretudo para a mobilidade intrageracional.²

Segundo Scalon (2011), dois fatores contribuem para tornar as chances de ascensão ainda mais limitadas no contexto brasileiro. O primeiro deles, como mencionado anteriormente, diz respeito à sobreposição do poder das elites que conseguem concentrar seus múltiplos ativos. A elite brasileira concentra não só capital econômico, mas também capital social, cultural e simbólico, nos termos de Bourdieu (2007), e conseguem com muita facilidade converter seus capitais em vantagens tanto na esfera privada quanto pública. Com isso, a elite brasileira consegue construir práticas distintas que garantem a reprodução das desigualdades e impedem o acesso das demais classes aos seus elementos de poder.

O segundo fator que dificulta nossa luta contra as desigualdades não diz respeito tanto a questões objetivas de concentração de capitais, mas ao modo cognitivo como a desigualdade é percebida pelos brasileiros. Em pesquisa sobre percepções de desigualdade realizada no âmbito do Instituto Virtual, *Estado Social da Nação: Brasil e Rio de Janeiro* (SCALON, 2004), observou-se que a desigualdade aparece legitimada em nosso código cultural nos diferentes estratos sociais. Tanto membros da elite quanto membros do povo acham normal e aceitável a elevada disparidade de salário entre um médico e um pedreiro, por exemplo, por valorizarem o estudo, a inteligência e o mérito individual e desmerecerem o trabalho manual. Não só isso, a pesquisa revela que os

brasileiros acreditam que um certo grau de desigualdade é necessário para estimular a competitividade e o crescimento econômico. E, para nossa tristeza, o brasileiro acaba tendo uma boa convivência com níveis tão elevados de concentração de riqueza.

Se ainda cabe adicionar um agravante a essa situação, a pesquisa revela também que os critérios entendidos como “justos” para a nossa estratificação estão fortemente associados ao esforço pessoal, isso é, à ideia de que a superação da pobreza e a ascensão social são resultado dos estudos, da inteligência e das habilidades pessoais. Como colocado por Scalón (2011), os brasileiros tendem a rejeitar que condições sociais, como a origem familiar e as redes de relações, sejam importantes para a ascensão social. Com isso, nossa sociedade tende a menosprezar os elementos controlados pela elite – capital cultural, capital social e simbólico – e a enaltecer aqueles que em certa medida estão abertos à população – educação e renda – como se o acesso a esses elementos, articulados pelos dotes pessoais, fossem suficientes para superar as desigualdades.

Isso não quer dizer que os brasileiros não percebam as desigualdades existentes. Ao contrário:

Há, entre os brasileiros, uma percepção clara da desigualdade no país e, também, um desejo de mudança. Entretanto, aliado a isto está um enorme desalento sobre o papel dos atores sociais neste processo. Existe, ainda, uma forte crença na ascensão/solução individual ainda que o ingrediente do sucesso seja a sorte (SCALON, 2004, p. 32).

A forma como percebemos as desigualdades e, sobretudo, a forma como nossas elites percebem a desigualdade é um dado crucial para a elaboração das estratégias utilizadas para combatê-la. Enquanto considerarmos a desigualdade como um problema ou do indivíduo ou do Estado, dificilmente conseguiremos encontrar uma boa estratégia. Não só isso, enquanto perseguirmos a igualdade em suas condições mínimas, estaremos de olhos fechados para outros estilos de vida possíveis que deem aos indivíduos o bem-estar necessário. Portanto, a luta contra as desigualdades no contexto brasileiro passa necessariamente pela capacidade de lançarmos um novo olhar sobre a igualdade que queremos.

Uma agenda por igualdade: é possível?

No Brasil, o combate às desigualdades tem sido sustentado por dois pilares de ação: a promoção do crescimento econômico e a universalização da educação. Nunca saiu da agenda, embora tenha aparecido com diferentes roupagens no decorrer do século XX, a ideia de que o crescimento econômico pode alavancar o desenvolvimento e, em decorrência, reduzir a pobreza e as desigualdades. Desde a teoria de “crescer o bolo para depois dividir”, nos anos 1960, até as estratégias mais atuais de incentivo ao ambiente de negócios, na esteira do “Doing Business”,³ apostam no crescimento do setor privado como principal mecanismo para expansão do mercado de trabalho e geração de renda com vistas à maior inclusão social. Não podemos negar que o avanço econômico é condição importante para a melhoria do bem-estar das pessoas. Mas devemos reconhecer que a apropriação dos benefícios desse desenvolvimento tende a ocorrer de maneira desigual entre os diferentes estratos da população, quanto maiores forem as assimetrias existentes.

A resposta apresentada para ampliar a capacidade dos pobres de aumentar sua apropriação dos benefícios do crescimento econômico passa então pela educação. A “Teoria do Capital Humano” sustenta que o aumento dos níveis educacionais da população possibilita a promoção da igualdade e a redução da pobreza ao possibilitar uma competição mais equitativa. De fato, essa estratégia é fundamental para uma sociedade mais esclarecida no sentido da reivindicação de seus direitos e aprimoramento de seus laços de solidariedade. Mas o limite dessa estratégia está na crença de que o mercado de oportunidades está aberto e livre para aqueles que alcançaram um nível educacional desejável. Como pondera Celi Scalon,

Infelizmente, essa é uma condição difícil de ser alcançada num contexto de extrema desigualdade, em que a elite tende a acionar mecanismos de distinção que passam, invariavelmente, pela educação e pela cultura (SCALON, 2011, p. 63).

Aqui, vale retomarmos o caso da universalização do ensino superior na França, apresentado por Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron na obra *Les Héritiers. Les étudiants et la culture*, de 1964. Ao analisar a trajetória de alunos oriundos de classes favorecidas e desfavorecidas que ingressavam no ensino superior, os autores constatam que os primeiros

apresentavam uma vantagem relativa em relação aos segundos, fruto de um processo de socialização que lhes possibilitava o contato e o domínio de uma cultura extraescolar, reflexo de privilégios experimentados anteriormente. O problema é que essas diferenças terão efeito não somente durante o curso acadêmico, mas, sobretudo, na condução das carreiras profissionais futuras. Assim, na universidade, local em que se mais valoriza a avaliação meritocrática, há o perigo de uma perpetuação velada das desigualdades ao se interpretarem os dotes culturais e sociais herdados como méritos individuais.

Assim, por mais que valorizemos a educação como um pilar essencial de civilidade e desenvolvimento humano, não é possível estabelecer uma relação direta entre aumento dos anos de escolaridade e redução das desigualdades. Segundo Scalón:

Também é difícil supor que a educação sozinha seja capaz de reverter um cenário de desigualdades que se expressam em várias dimensões capacitárias e produz situações de extrema carência em saúde, nutrição, estímulo e disposição, entre outros fatores, o que cria diferenças na própria chance de apropriação das oportunidades educacionais (SCALÓN, 2011, p. 63).

Ora, diante deste cenário parece-nos difícil pensar em uma melhoria do bem-estar geral sem que haja uma desconcentração de capitais – e aqui, pensando para além da renda. Mas essa desconcentração passa necessariamente por uma ação política, talvez por reivindicação popular, talvez por voluntarismo daqueles que hoje concentram esses capitais. Longe de pensarmos em uma solução revolucionária para essa questão, em um sentido marxista, reconhecemos que nos deparamos diante de uma encruzilhada: tanto a elite quanto o “povo” apostam nas mesmas estratégias para o combate à pobreza e às desigualdades – crescimento econômico e educação –, mas essas respostas se mostram insuficientes e incompletas para uma realidade tão complexa e multidimensional como a brasileira.

Ainda assim, não há motivos para que políticas universalistas, como as adotadas pelo Governo Federal, sejam deixadas de lado. O abandono dessa estratégia seria um grave retrocesso. As metas alcançadas e todo o trabalho realizado no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio servem de alento e de incentivo para continuar. Além disso, a crescente atuação do terceiro setor no desenvolvimento de tecnologias sociais elaboradas e difundidas por meio de projetos sociais tem possibilitado o

contato de grupos menos favorecidos a novas possibilidades de lazer, de participação política ou de geração de renda, contribuindo para amenizar suas privações ou, pelo menos, mostrar-lhes um estilo alternativo de vida. Ainda que poucas e insuficientes, essas ações contribuem para um ganho relativo de bem-estar daqueles que estão prestes a alcançar o mínimo.

Conclusão

O início da década de 2010 foi marcado por grande otimismo relativo às conquistas das políticas sociais brasileiras. A ideia de que o Brasil estaria prestes a superar o problema da pobreza ganhou força nos debates acadêmicos e nos circuitos internacionais, legitimando uma nova trajetória de desenvolvimento. De fato, tanto os indicadores de pobreza quanto de desigualdade apresentaram avanços, embora esse último ainda esteja em patamares elevados, acima da média latino-americana. Diante dessa constatação, o artigo propôs uma reflexão sobre a permanência da desigualdade no contexto brasileiro.

Tal reflexão foi guiada pelo clássico dilema que perpassa os estudos sobre o ideal igualitário: igualdade nos meios versus igualdade nos fins. A visão liberal utilitária, tal como formulado por Rawls, privilegia a igualdade no acesso a recursos mínimos e deixa as conquistas de bem-estar a cargo da capacidade individual. Já a visão das capacidades humanas, proposta por Sen, privilegia a igualdade no nível de bem-estar, independente da distribuição inicial de bens primários. Como alerta Amartya Sen, em contextos de extrema privação o acesso a recursos mínimos não é suficiente para a promoção de uma sociedade igualitária, já que outros fatores influenciam diretamente na conquista do bem-estar. Nesse sentido, a construção de uma sociedade mais igualitária deve garantir que as diferenças não sejam sinônimos de assimetrias nos mais diversos contextos sociais.

No Brasil, não somente condições objetivas, como a concentração de renda, reforçam a desigualdade, como também a forma como os brasileiros interpretam as assimetrias sociais existentes. Prevalece uma visão “liberal”, na opinião pública brasileira, segundo a qual a ascensão econômica depende muito mais do esforço pessoal dos indivíduos do que de condições sociais, como origem familiar, local de moradia etc. Não por acaso,

o acesso à educação é considerado a estratégia primordial para a superação das desigualdades, como se o nível educacional fosse suficiente para garantir bem-estar. Tal visão é compatível com a ideia liberal de que a ascensão social está relacionada ao mérito individual.

Essa visão, no entanto, desconsidera a pluralidade de ativos culturais, políticos, e simbólicos concentrada nas mãos da elite econômica. Enquanto prevalecerem privações profundas nas dimensões capacitárias que compõem o bem-estar humano, dificilmente teremos uma sociedade verdadeiramente igualitária. Nesse sentido, o primeiro passo para a construção de uma agenda de combate à desigualdade está no reconhecimento de que os ganhos obtidos até aqui não são suficientes.

Notas

- 1** Em 2015, a agenda dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foi revisada e novos objetivos foram traçados para serem cumpridos até 2030. Ver: <http://www.pnud.org.br/ods.aspx>, acesso em abril de 2016.
- 2** Mobilidade intergeracional é medida pela diferença entre o estrato do pai e o estrato do primeiro emprego do respondente, ao passo que a mobilidade intrageracional diz respeito ao movimento entre estratos durante a trajetória de carreira dos indivíduos, comparando o status atual com o status relacionado ao primeiro emprego (SCALON et al., 2009).
- 3** O projeto Doing Business, lançado em 2002, examina pequenas e médias empresas nacionais e analisa as regulamentações aplicadas a elas durante seu ciclo de vida. O objetivo é criar um ranking de países por sua capacidade de atrair e gerir bons negócios.

Referências

- BANCO MUNDIAL. *Relatório Estratégia de Parceria com o Brasil 2008-2011*, Report 42677-BR. Brasília, 2008.
- BOURDIEU, P. *A distinção*. São Paulo: EDUSP, 2007.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. *Les héritiers*. Les étudiants et la culture. Paris: Editions de Minuit, 1964.
- GUIA para a Municipalização dos Objetivos do Milênio – Referências para a adaptação de indicadores e metas à realidade local / Agenda Pública – Agência de Análise e Cooperação em Políticas Públicas (elaboração). São Paulo: [s.n.], 2009.
- HERRÁN, C. *Reduzindo a pobreza e a desigualdade no Brasil*. Brasília: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2005.
- MEDEIROS, M.; SOUZA, P. H. G. F.; CASTRO, F. A. O Topo da Distribuição de Renda no Brasil: Primeiras Estimativas com Dados Tributários e Comparação com Pesquisas Domiciliares (2006-2012). *Dados*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 1, p. 7-36, 2015. Acesso em: 25 nov. 2016.
- NERI, M. C. *De volta ao país do futuro: crise europeia, projeções e a nova classe média*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Centro de Políticas Sociais, 2012.
- OBJETIVOS de Desenvolvimento do Milênio – Relatório Nacional de Acompanhamento. Brasília: Ipea, 2010.
- OBJETIVOS de Desenvolvimento do Milênio – Relatório Nacional de Acompanhamento. Brasília: Ipea, 2014.
- POIRIER, M. P. Introdução In: OBJETIVOS de Desenvolvimento do Milênio – Relatório Nacional de Acompanhamento. Brasília: Ipea, 2010. p. 9-11.
- RAWLS, J. *Uma teoria da Justiça*. Lisboa: Presença, 2003.
- REIS, E. Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 143-152, 2000.
- SCALON, C. Desigualdade, Pobreza e políticas públicas: notas para um debate. *Contemporânea*, São Carlos, n. 1, p. 49-68, 2011.
- SCALON, C. et al. *Ensaio de estratificação*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.
- SCALON, C. *Imagens da desigualdade*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- SCALON, C.; SALATA, A. Desigualdades, estratificação e justiça social. *Civitas, Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 179-188, 2016.
- SEN, Amartya. *Desigualdade reexaminada*. São Paulo: Record, 2001.

Ieda Magri

Doutora em Literatura Brasileira pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professora adjunta do departamento de Literatura Brasileira e Teoria da Literatura da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e autora dos romances *Ninguém* (7Letras, 2016), *Olhos de bicho* (Rocco, 2013) e *Tinha uma coisa aqui* (7Letras, 2007) e do ensaio *O nervo exposto: João Antônio, experiência e literatura* (Lume, 2013). Organizou, com João Carlos Artigos, o livro *Teatro de Anônimo: sentidos de uma experiência* (Aeroplano, 2008) e atualmente é também editora executiva da revista *Z Cultural*, do Programa Avançado de Cultura Contemporânea (PACC-UFRJ).

Resumo

Na medida em que o Brasil é o único país de língua portuguesa da América Latina, nos interessa refletir sobre como se dá a viagem que nossa literatura empreende na língua vizinha. Neste texto, apresentamos uma reflexão sobre a persistência – em um nível – e a suspeita – em outro –, de uma identidade nacional da literatura a partir da leitura de livros (e seus respectivos prefácios, posfácios e apresentações de toda natureza) de alguns autores recentemente traduzidos no Uruguai pela Coleção Boca a Boca, uma parceria entre as editoras Yaugurú (Uruguai) e Grua (Brasil), que obtiveram bolsas do Programa de Apoio à Tradução, da Fundação Biblioteca Nacional. O texto centra sua análise no romance *Outra vida* (2009), de Rodrigo Lacerda.

Palavras-chave: Literatura brasileira. América Latina. Visibilidade. Tradução. Identidade nacional.

Abstract

*As Brazil is the only Portuguese-speaking country in Latin America, it is our interest to reflect on the journey our literature undertakes in the neighboring language. In this text, we present a reflection upon the persistence – on one level – and the suspicion – on another level – of a literary national identity from the reading of books (and their respective prefaces, forewords, afterwords, and all sorts of introductions) of authors who have been recently translated in Uruguay by Coleção Boca a Boca, a partnership between Yaugurú (Uruguay) and Grua (Brazil) publishing houses, which has been awarded grants by The Support Program for Translation and Publication of Brazilian Authors, created by the Brazilian National Library Foundation (FBN). This article focuses its analysis on the novel by Rodrigo Lacerda: *Outra vida* (2009).*

Keywords: Brazilian literature. Latin America. Visibility. Translation. National identity.

Introdução

Quando começamos a trabalhar com o acervo de livros de autores brasileiros contemporâneos publicados na América Latina com o apoio da Fundação Biblioteca Nacional, nos movíamos pela pergunta quanto às características textuais, aos temas de tais livros e autores e aos fatores em geral que poderiam mover o interesse das editoras na publicação. Dada a proximidade geográfica, para a América Latina o Brasil não é apenas um país distante e exótico, ou seu exotismo é tão conhecido pelos vizinhos que poderia bem perder o caráter de exotismo. Restaria verificar, assim, se neste recorte geocultural – a América Latina, portanto tomada como espaço geográfico e cultural de proximidade –, os livros que estão sendo publicados se desviariam da pauta de interesse no caráter exótico que tanto anima algumas buscas características de leitores europeus.

Para início de conversa, como dar conta de pensar a América Latina, assim, no singular e, mais problematicamente ainda trabalhar com um conceito como o de literatura brasileira? Enfrentamos aí o primeiro problema colocado já na forma de nomear: uma literatura denominada brasileira depois de anos de discussão teórica em torno do desfazimento da identidade nacional, em uma região territorial e cultural que reúne vários países em torno de uma denominação comum em tempos de afirmação da diferença.

Tanto Angel Rama, ainda em 1974, quanto mais recentemente Walter Mignolo alertam para a exclusão do que há de “afro” e de “indo” nessa literatura denominada “latina”. Diz Rama:

A razão de estender ao conjunto a denominação “latino-americana”, de um modo reconhecidamente impreciso, reside na falta de outra melhor, que tenha tido uma aceitação tão generalizada. A formulação mais correta, que seria a de “literatura americana”, resultaria confusa, assim como também seria nossa utilização do termo latino-americano, se não assinalássemos, com toda clareza, que dentro dele estão contidas culturas e literaturas as quais não pertencem à romanidade, que não sejam meros arcaísmos pré-hispânicos ou coloniais, mas, sim, potencialidades em obra (RAMA, 2008, p. 142-143).

Essas “potencialidades em obra” seriam o “baixo-contínuo”, a “presença soterrada” de uma “cosmovisão cultural” que abarca tanto as línguas e culturas indígenas como a matriz africana e que, quando levadas em

conta, lembram que a matriz românica presente no termo é o resultado de uma cultura mestiça. Já Walter Mignolo, que reivindica o abandono do termo, e de fato o substitui por América do Sul, em seu *La ideia de América Latina*, enfatiza:

A “latinidade”, identidade reivindicada pelos franceses e adotada pelas elites coloniais, em última instância, funcionou como um conceito que a localizou abaixo dos anglo-americanos e borrou ou degradou a identidade dos índios e dos sul-americanos de origem africana. Esses têm sido, em suma, a história, o significado e as consequências da ideia de “América Latina” (MIGNOLO, 2005, p. 20).¹

Apesar desse alerta de Mignolo, a constatação de Rama, de que “nenhum outro termo teve aceitação tão generalizada” nos leva de volta à discussão de como se dá, naquilo que diz respeito ao nosso trabalho, a inserção da literatura brasileira nos outros países da chamada América Latina, sem manter a especulação sobre a viabilidade ou não de se seguir com esta denominação. Gostaríamos, no entanto, de manter o alerta dessas matérias pulsantes, afro e indo, presentes mas não abarcadas na nomeação América Latina.

O esforço para se pensar a América Latina sempre enfrentou a discussão daquilo que há em comum sob esse nome e daquilo que escapa ao comum, as línguas e as diferentes colonizações tanto aproximam como diferenciam, mas percebemos um esforço em buscar uma denominação do comum que fuja ao bloco generalizante da definição continental, mais marcada pela geografia, pela cultura e pela condição de dependência, e também da diferenciação por países, marcada pela política e certo fechamento econômico. Como situar no comum, mas mantendo as diferenças inegáveis, a literatura da América Latina?

Em texto de 2013, Eduardo F. Coutinho, pensando cartografias literárias possíveis dentro de uma ideia de literatura comparada e, portanto, além dos limites de uma história literária pautada na nação como referencial único, chega ao que ele chama de “elemento fundamental na elaboração de qualquer história literária para a América Latina” (COUTINHO, 2013, p. 93): a noção de “centros culturais”. E, a partir de Octávio Ianni, define:

Centro cultural é o ponto de articulação entre geografia e história, entre o espaço e o tempo; daí sua importância como parâmetro ou paradigma na cartografia cultural da América Latina. É uma espécie de encruzilhada,

de ponto de convergência de ideias, imagens e conceitos, o polo de apropriação e ao mesmo tempo de difusão dessas ideias. Nesses centros, acham-se presentes as condições e os produtos da dinâmica das relações sociais, o jogo das forças políticas e econômicas, a trama das produções culturais. Eles são, em suma, ao mesmo tempo mercados, fábricas, centros de poder político, postos de decisões econômicas, viveiros de ideias científicas e filosóficas e laboratórios de experimentações artísticas, onde germinam ideias e movimentos, tensões e tendências, possibilidades e fabulações, ideologias e utopias (COUTINHO, 2013, p. 94).

Cada centro cultural teria se originado a partir de uma cidade e não de uma nação, não raras vezes tendo sido criada por incentivo governamental como uma “cidade-eixo”: “cidade que tem a função de polo estratégico de influência simbólico-cultural, exercida por um movimento duplo – ao mesmo tempo centrífugo e centrípeta – no interior de uma região, mais ou menos ampla, de determinado país” (COUTINHO, 2013, p. 94). O exemplo vem da “cidade letrada”, conforme a definição de Angel Rama, cidade para onde intelectuais eram enviados para iniciar ou incentivar a criação de cursos, universidades, etc., sempre com uma diferença clara entre a cidade letrada dos países da América Hispânica e as cidades centros-culturais brasileiras organizadas na proximidade de rios ou do mar, uma cidade voltada para o fluxo do café e da cana-de-açúcar. Podemos pensar, no Brasil, nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, na região Sudeste, para onde converge a maior parte do olhar crítico sobre a produção literária brasileira hoje; no Cariri cearense, como repositório de uma cultura popular ainda de grande força e talvez único espaço de existência forte da literatura de cordel no Brasil. Mas em que isso nos ajudaria a pensar além-nação no espaço da América Latina?

Talvez pudesse ser útil uma reaproximação a outro conceito de Rama, “Comarca”, depois trabalhada pelo crítico peruano Cornejo Polar. No dizer de Antonio Candido, Rama teria conseguido pensar, a partir desse conceito, já na década de 1970, as nossas literaturas em perspectiva supranacional,

[...] com base em afinidades de tema e de fatura que transbordam as fronteiras geográficas. Ele sentiu como, por exemplo, a produção literária do Rio Grande do Sul pode ter mais afinidades com as do Uruguai e a da Argentina do que com as de Rio de Janeiro ou da Bahia (CANDIDO, 2013, p. 30).

O conceito de comarca cultural deu lugar a todo um trabalho com a literatura permeável à fronteira, conformada por uma região como a do Sul do Brasil com a Argentina e o Uruguai, por exemplo, e que passa por um estudo também do “pensamento de fronteira”, como desenvolvido por Walter Mignolo. É sem dúvida essa ideia de comarca que marca a Coleção Boca a Boca, o investimento no conhecimento de uma literatura entre duas línguas diferentes mas que compartilham toda uma cultura regional, ou, nas palavras da tradutora do livro *Outra vida*, de Rodrigo Lacerda, “um certo pano de fundo comum entre os países do Río de la Plata e o Brasil” (LÁZARO, 2012a, p. 11).

Mas quando se trata de pensar a literatura escrita no Brasil em sua circulação pela América Latina, ainda mais a partir do contexto de um projeto oficial, o da Biblioteca Nacional, ligado, por sua vez, a outros projetos oficiais, de outros países, como a Biblioteca Nacional do Uruguai, na coleção que passaremos a abordar em seguida, o nome do país e a denominação literatura brasileira, uruguaia, argentina, chilena, mexicana são incontornáveis. O “certo pano de fundo comum”, certas características culturais que aproximam países e regiões, não abole as barreiras que os livros encontram na circulação entre os países e muito menos sua denominação de pertencimento a uma literatura nacional, por mais que já não tenham a tarefa de representar a nação.

A coleção, no entanto, assume ou coloca sob suspeita a marca identitária da literatura brasileira como literatura nacional (que emerge de um projeto nacional, do Ministério da Cultura, de uma marca nacional, com investimento financeiro)? O que dizem a coleção, os tradutores e os livros em si? Temos visto emergir uma literatura sem a pretensão de precisar a identidade de um país concreto ou a identidade de uma região comum?

Do contexto aos textos mesmo

A Coleção Boca a Boca, realizada em parceria pelas editoras Yaugurú, uruguaia, com sede em Montevideo, e Grua, brasileira, com sede em São Paulo, previa, em princípio, a publicação de seis livros em cada país, e ao longo dos anos mais títulos deveriam ser editados, como nos informa Carlos Eduardo de Magalhães, um dos organizadores da coleção e diretor

editorial da Grua Livros. Conforme informado nos créditos da coleção, há incentivo tanto do Projeto de Apoio à Tradução, da Biblioteca Nacional do Brasil, quanto da Biblioteca Nacional do Uruguai, que adquiriu 300 exemplares de cada livro brasileiro publicado lá. Ainda segundo Carlos Eduardo de Magalhães, “as edições brasileiras não tiverem qualquer tipo de apoio, razão pela qual os dois últimos livros ainda não saíram. Foram postergados e mais uma vez adiados em razão da crise, mas pretendemos ainda que sejam lançados dando continuidade à coleção.”²

Os seis livros de autores brasileiros publicados no Uruguai pela Yaugurú receberam o apoio e foram publicados em 2012 e 2013. *A minha alma é irmã de Deus* [2009], de Raimundo Carrero, ganhador do Prêmio São Paulo de Literatura e do Prêmio Machado de Assis, da Biblioteca Nacional, em 2010, foi o primeiro da coleção. *As coisas* [1992], de Arnaldo Antunes, Prêmio Jabuti de Poesia de 1992; *Outra vida* [2009], de Rodrigo Lacerda, premiado pela Academia Brasileira de Letras como melhor livro de ficção em 2010 e finalista do Jabuti e do Portugal Telecom (hoje Oceanos); *Espinhos e alfinetes* [2010], de João Anzanello Carrascoza, único livro de contos da coleção; *Antonio* [2007], de Beatriz Bracher, também Prêmio Jabuti e Portugal Telecom de 2008; e, por último, *Pitanga* [2008], de Carlos Eduardo de Magalhães.

Ainda segundo o organizador, as escolhas dos autores brasileiros foram feitas por ele, à exceção de Arnaldo Antunes, que foi procurado pelos editores uruguaios. À questão quanto a uma possível influência dos prêmios literários brasileiros sobre essas escolhas, o editor responde que não tiveram nenhuma, pois ele escolheu simplesmente autores contemporâneos de cujo trabalho gosta. Em contrapartida, os editores uruguaios escolheram os autores que foram publicados aqui e os brasileiros concordaram com a escolha. Os livros uruguaios foram: *As Hortências* [1966], de Felisberto Hernández, *Mudança* [2013], de Fernando Cabrera, *A alma do mundo* [2005], de Felipe Polleri, e *Torquator* [1993], de Henry Trujillo.

Quanto à seleção de quais projetos de tradução receberiam o apoio da Biblioteca Nacional, segundo Fábio Lima e Moema Salgado, responsáveis pelo projeto, o julgamento pela comissão avaliadora é mais em função da relevância do projeto, uma avaliação bastante subjetiva, que não está interessada em medir, a partir do livro em questão, a projeção de uma identidade nacional no estrangeiro e nem a visibilidade dos autores.

Fábio Lima diz, por exemplo: “A comissão chega a um consenso de que, mesmo que fosse um autor relativamente desconhecido para o público brasileiro, poderia valer a pena divulgar” (MAGRI; RISSARDO, 2015). E Moema Salgado diz que:

[...] em 2010, com a assinatura do termo de compromisso entre o Ministério da Cultura (MinC) e a Feira do Livro de Frankfurt, houve essa nova compreensão de que a literatura é uma forma importante de penetração internacional da cultura brasileira, o tal do *soft power*, que foi muito falado naquele período do ministério, e o programa seria uma forma de dar perenidade à presença da literatura brasileira no exterior (MAGRI; RISSARDO, 2015).

Essa compreensão, assim, serviu de incentivo financeiro ao programa por parte do governo, mas, segundo os responsáveis, não influenciou na escolha dos livros a serem apoiados.

Chama a atenção, no entanto, uma certa insistência de Rosário Lázaro, a tradutora de *Outra Vida*, de Rodrigo Lacerda, publicado originalmente em 2009 no Brasil, no prefácio à tradução da edição uruguaia quanto a uma porosidade das referências identitárias: “Ainda que se trate de um romance da narrativa brasileira contemporânea, tal pertencimento não o define por completo, nem esgota seu possível alcance. Ou seja, conta uma história que poderia acontecer no Brasil, mas também em qualquer outro lugar” (LÁZARO, 2012, p. 7). Nenhuma cidade é nomeada no romance, que se passa inteiramente no espaço de uma rodoviária, dando lugar a uma identificação aleatória com qualquer grande cidade globalizada. A primeira característica apontada, assim, mira para uma desterritorialização, em voga na literatura brasileira desde 2008, marco balizado pela primeira publicação da Coleção Amores Expressos, da Cia das Letras, que incentivava autores a viajarem para outros países para ali ambientarem uma história de amor, se bem que o “desaparecimento da cidade” na literatura brasileira contemporânea foi abordado entre outros autores por Beatriz Resende ainda no final dos anos 1990. Diz ela:

A grande modificação que vai se dando é uma liberdade que se estabelece em relação ao localismo, ao espaço de origem, à origem geográfica da criação literária. Produto da grande cidade mundializada, a ficção brasileira traz para o texto uma relação de mão dupla com outras cidades do mundo. A cidade do romance e do conto brasileiro passa a ser qualquer cidade (RESENDE, 2002, p. 74-75).

Qual é a estratégia, então, de apresentar a desterritorialização como um dos primeiros valores deste livro que se está publicando em cidade estrangeira e vizinha? Parece marcar uma diferença em relação a uma certa literatura brasileira conhecida mundialmente pelo jargão favela, samba e futebol. Mas também pode estar apontando para uma exigência do mercado transnacional, que se beneficia da polarização exotismo *versus* ausência de marcas nacionais, outra característica forte de adaptação do mercado à oscilação global *versus* local, em que convivem o desfazimento e a afirmação de marcas identitárias. O quanto é resistência ao mais conhecido da literatura brasileira e o quanto é adaptação a uma forte característica do mundo globalizado?

A segunda característica apontada pela tradutora Rosário Lázaro pode ajudar a responder: “Uma das perguntas que surgem a partir da leitura, primeiro passo para a posterior tradução, é a que indaga sobre o quanto está sujeito a seu espaço geográfico, e a sua língua e cultura, o romance de Lacerda”. Ou seja, o quanto o romance está impregnado das três premissas da identidade nacional. E ela conclui: “Se pode dizer que, de alguma maneira, sua prosa sustenta e reafirma a contemporaneidade da história desta pequena família de três pessoas.” (LÁZARO, 2012, p. 7). Ainda que não seja uma narrativa experimental, parece ter sido decisiva na opção pela tradução essa característica ligada à contemporaneidade, que aponta mais para uma sofisticação formal a serviço da história do que para um sentido além do texto. Essa marca formal garantiria o distanciamento de uma identificação forte com o nacional/territorial, já que, em suas palavras: “Pouco a pouco, e através de diversos dados, vamos descobrindo que a história se passa em alguma cidade grande do Nordeste brasileiro, ainda que esta determinação seja bastante insignificante em relação ao drama das personagens” (LÁZARO, 2012, p. 8).

Mas seria possível sustentar que há uma ausência de marcas de tal maneira que este romance poderia se passar em qualquer cidade do mundo, que seria passível de identificação para qualquer homem/mulher do mundo? Seria ele tão “universal”?

O fio de sustentação da trama está alavancado no conflito entre um homem pacato, com pouca ou nenhuma ambição, corpulento e desajeitado, extremamente sensível e mesmo sentimental e uma mulher bonita, de corpo perfeitamente alinhado, em oposição ao homem, ambiciosa. Ele

de família pobre, ela de família decadente, mas que experimentou certa posição. Entre eles uma criança, uma menina, chamada simplesmente de “a filha”, assim como “o marido”, “a mulher”. Descrição perfeitamente banal. O traço definidor da tão evocada contemporaneidade é o local onde os acontecimentos se passam: uma rodoviária, o já tão nosso conhecido “não lugar”.

Mas esses “seres em trânsito”, outra marca forte da contemporaneidade, ou do pós-moderno, são muito pouco “em trânsito” nesse romance. Basta dizer que, embora o desaparecimento momentâneo da filha pese sobre o estado de indecisão da mulher (acompanhar ou não o marido? abandonar o emprego e a cidade e voltar ao local de origem, para uma vida mais modesta e pacata, ou renunciar à família e permanecer ali?) e sobre o sentimento de culpa do marido (sobrevivente de um escândalo de corrupção numa estatal, em profundo desajuste com seu corpo imenso), os personagens seguem sua vida, no destino final, idênticos a quando a narrativa começa, 2h e 15min antes, fiéis a seus estereótipos e seguindo a inclinação ideológica pouco disfarçada do autor. A mulher, interessada em manter uma posição, insegura com sua beleza, mas jogando com ela, premida pelo desejo de ser gerente de loja de shopping center, avessa à maternidade e a toda uma ideia do que era ser mulher para uma geração anterior; o homem desejoso de uma vida mais saudável, menos complexa, longe da grande cidade. Talvez o diferencial do romance esteja na manipulação do ponto de vista, à la Ian McEwan em *Reparação*, mas com um narrador ainda demasiado colado a um ponto de vista que o autor parece defender: a refutação de um estilo de vida na grande cidade contemporânea.

Gostaria de concentrar minha análise no capítulo central: o meio do livro e o meio do tempo da espera em que se desenrola toda a trama, que começa às 7h15 da manhã e termina às 9h30. São 8h25. No centro do livro, no centro do tempo, no espaço central da rodoviária – de onde todos podem ver o imenso relógio que marca a passagem das horas e o compasso da narrativa – irrompe um personagem novo, já aguardado pela mulher, o amante. O ponto de vista do amante é o do cinismo desprezível de um assessor de deputado e chefe do marido na grande estatal. É ele quem acaba de descrever a mulher e o marido, revelando de forma cabal o que venho chamando de mal disfarçada ideologia do autor:

Aquele marido não presta mesmo para muita coisa, pensa o amante. Um funcionário público, burocrata de si mesmo. Não é que eles não comuniquem da mesma concepção de funcionalismo público, ou da mesma visão para o país, simplesmente o infeliz não tem a menor ideia da sua responsabilidade como cidadão e como funcionário do Estado, não está envolvido em projeto nacional de qualquer espécie [...] Desse ponto de vista, o amante considera aquele marido o oposto da mulher. [...] Comparativamente, é como se o marido fosse o capitalismo brasileiro, com seu complexo de culpa, e a mulher, o modelo americano, sem medo de ser feliz; ele, na vida, é o lobista tupiniquim, cuja atuação, por hipocrisia, não está sujeita a lei nenhuma, ela é o lobista dos países desenvolvidos, um profissional como outro qualquer, com limites dados pela Constituição; ele é o atraso patrimonialista, sugador, demagógico, ela, o choque de competitividade saudável que faz os indivíduos e os povos andarem para frente (LACERDA, 2009, p. 89).

O ponto de vista do autor estará sempre contra esse liberalismo do modelo americano. Dessa maneira, a partir do julgamento do amante, descrito como o pior dos personagens (recebe ordens do deputado, ajudou a culpabilizar o marido, depondo contra ele no processo de investigação de corrupção e sem falar que é o amante, papel de qualquer maneira sórdido e a cada linha mais sublinhado), o narrador vai se colocando ao lado do marido (corrompido por um amigo malandro, numa situação em que a licitação em jogo acabou por ser favorável justamente à empresa que ele deveria facilitar, pai amoroso, contrário às situações de opressão, amante dos animais, sensível à tristeza da filha, amoroso com a mulher), chegando à questão principal defendida no romance pelo ponto de vista do marido:

Por todos os lados, via as pessoas sacrificando justamente aquilo que era mais precioso. O crescimento populacional sacrificava o espaço, provocando acúmulo de objetos, de lixo, de prédios, permitindo lares cada vez mais sufocantes, banheiros cada vez menores, salas e quartos cada vez menores; as ruas sacrificavam a tranquilidade, com os engarrafamentos, as filas, as aglomerações; as pessoas sacrificavam sua segurança, mas não apenas a segurança da integridade física, negativa, também uma forma de segurança positiva, que existiria somente em um contexto pacífico, de raízes bem plantadas, da convivência com os mais velhos e com os outros em geral; a equivocada eleição de prioridades sacrificava as melhores qualidades das pessoas e do país. Assim ele chegou ao buraco para descobrir que estava mesmo fadado a terminar um idealista corrompido (LACERDA, 2009, p. 154).

Tudo se resume, assim, no repúdio de um ideal de vida na cidade globalizada e numa nostalgia do passado, de um certo mundo tradicional em que a sabedoria dos velhos e a vida comunitária ainda poderiam fazer sentido, anseio demarcado especialmente pela sentença “contexto pacífico, de raízes bem plantadas, da convivência com os mais velhos e com os outros em geral”. Resta saber se essa cidade para onde se está indo e que não é nomeada, em busca de outra vida, existe. O que vem à tona é a volta ao “Brasil profundo”. Sim, o país está nomeado. O narrador faz questão de dizer do amante: “Então ele admite um certo prazer em humilhar o filho desajustado do Brasil, pobre, malformado, corrompido e corno até a medula” (LACERDA, 2009, p. 89). De maneira que não é verdade que a história se passa num lugar qualquer. Sim, ela poderia acontecer em mais ou menos qualquer outro lugar, não em qualquer lugar: talvez em qualquer país da América Latina, talvez em qualquer país pobre que vive os impasses da globalização, em qualquer país em eterno desenvolvimento, em qualquer país que vive sucessivos escândalos de corrupção. De maneira que as características do Brasil estereotipado estão quase todas aí. Inclusive a caipirinha, as mulheres e o futebol, na conversa entre o marido e o amigo corruptor.

Mas o país não está apenas nomeado. Lacerda, ao tematizar o homem emotivo, afetivo, que se corrompe, toca numa das primeiras questões de uma identidade brasileira, presente no nosso texto de formação mais discutido em 2016, justamente por completar 80 anos de publicação: *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda. O “homem cordial” como singularidade brasileira é justamente esse homem de Lacerda. Para deixar ainda mais claro o vínculo com *Raízes do Brasil*, o Estado patrimonialista está muito bem representado, os males nacionais estão ligados a esta estatal e à corrupção em torno dela. Lacerda está, visivelmente, buscando inverter o nosso tão famoso “complexo de vira-lata”, colocando acima de tudo os valores desse homem corrompido, mas que preferia estar numa roça, por sua ligação ancestral com a natureza, e não competindo com os “povos de espírito”. Que uma mulher faça a correspondência com esse corte do afeto (mais visível pela negação do amor materno em nome do trabalho) é ainda mais problemático, porque torna-se excessivamente conservador, uma denúncia dos “males contemporâneos” de uma ideologia americana do sucesso a destruir os lares brasileiros, onde deveriam

viver, antes da globalização, homens e mulheres autenticamente “brasileiros”, amorosos, afetivos, mesmo que por isso mesmo corruptíveis. Além disso, não nos esqueçamos da cadeia da corrupção que vai da família ao Estado e vice-versa, numa simbiose total: o marido corrompido pelo amigo que quer ganhar o dinheiro da estatal é subordinado do amante, que havia corrompido sua mulher e que, por sua vez, é assessor do deputado que cedeu o posto de trabalho por pressão da família da mulher... A elite decadente arruma um jeito de se beneficiar do Estado para garantir o sustento da nova família que se forma sem que isso seja corrupção: a via mais óbvia para explicar todos os males do Brasil.

O capítulo sobre o homem cordial de Sérgio Buarque de Holanda se inicia com a afirmação de que “O Estado não é uma ampliação do círculo familiar” e, contra essa doutrina dos românticos, assume que “só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado” (HOLANDA, 1971, p. 101). A oposição entre uma e outro é ilustrada pela tragédia *Antígona* de Sófocles e daí a comparação parte para a história social que opõe o modelo primitivo dos grêmios de artesãos ao sofisticado regime moderno do trabalho assalariado, a educação no âmbito familiar à educação que privilegia o indivíduo, para concluir que “no Brasil, onde imperou [...] o tipo primitivo da família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização [...] ia acarretar um desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem vivos ainda hoje [leia-se 1936]” (HOLANDA, 1971, p. 105). Ou seja, criado numa educação estritamente familiar, com fins ligados ao bem-estar familiar, o brasileiro, ao deparar-se com as novas exigências vindas da urbanização e do crescimento dos meios de comunicação, experimenta um desequilíbrio, uma crise, que resulta numa enorme dificuldade em compreender a distinção entre os domínios do privado e do público.

É em Max Weber, no seu livro *Economia e sociedade*, que Sérgio Buarque de Holanda busca a tipificação para “os detentores de posições públicas de responsabilidade”, alinhando-os ao “funcionário patrimonial”, para quem

[...] a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular: as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem, relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede ao verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos (HOLANDA, 1971, p. 106).

No livro *As raízes e o labirinto da América Latina*, ao qual voltaremos adiante, Silviano Santiago traz uma leitura recente, a de Julia Adams, do livro de Max Weber citado por Sérgio Buarque de Holanda, que situa assim o termo “patrimonialismo” no referido livro:

[...] patrimonialismo se refere principalmente a formas de governo que estão fundamentadas na chefia da organização familiar. A autoridade do chefe é pessoal e familiar, e as mecânicas do lar servem de modelo para a administração política (ADAMS, apud SANTIAGO, 2006, p. 237).

Segundo Silviano Santiago, Sérgio Buarque de Holanda defende esse modelo de administração e não apenas constata que ele é definidor de nossa maneira de gerir:

Notável exemplo de coincidência está no fato de que, no mesmo ano em que Sérgio Buarque defende no seu livro o funcionário ‘patrimonial’ [grifo meu], se estabelece por lei federal ‘a exigência de um concurso público para ingresso nos quadros da carreira’, concurso que bem servirá para a escolha do que será o segundo tipo de funcionário ideal, o burocrata (SANTIAGO, 2006, p. 235).

Mas, dentro da lei, “cria-se um espaço próprio na administração pública federal para a escolha e contratação do primeiro tipo ideal de funcionário, o ‘patrimonial’. É o chamado “cargo de confiança” (SANTIAGO, 2006, p. 235).

Essa defesa, entretanto, tão bem marcada por Santiago, e que desconcerta os leitores do capítulo sobre o homem cordial, de Sérgio Buarque, que se lembram bem da sua afirmação inicial da necessidade de se transgredirem os laços familiares, não é uma simples defesa. É talvez uma indecisão, que expõe, segundo Silviano Santiago, sua posição “diante do conflito entre a força da novidade do presente – a transgressão à ordem familiar, e a força que se lhe opõe, que é a do peso do passado que, apesar dos pesares, se quer perpétuo – a conservação da ordem tradicional” (SANTIAGO, 2006, p. 227). Silviano Santiago explica esse traço do passado insistindo no presente via psicanálise, pelo “retorno do recaiado”: “a particularidade da família patriarcal brasileira, frente à determinação do geral imposta pelo novo Estado brasileiro, retorna como força.” E mais, na definição de nossa cordialidade está “também o corpóreo que retorna como força frente ao domínio do abstrato” e “o material que retorna como força frente ao domínio intelectual” (SANTIAGO, 2006, p. 226). Esse

retorno do recalçado como força ativa regularia os excessos das novas regras desumanas, racionais e legais, apontadas no terceiro parágrafo do ensaio de Sérgio Buarque: “Para o empregador moderno – assinala um sociólogo norte-americano – o empregado transforma-se em um simples número: a relação humana desapareceu” (HOLANDA, 1971, p. 102).

No livro de Rodrigo Lacerda, este traço tão bem caracterizado por Sérgio Buarque de Holanda para explicar a sociedade brasileira – a ordem familiar contrabalançando a abstração da lei e da regra – é atualizado no âmbito de uma estatal, a “maior estatal brasileira”, evidenciando negativamente a peculiar política do país:

Quando comparava a rotina que tinha à de sua mãe, sentia na dela uma dose de humanidade muito maior. Seu mundo era menos racionalista; nele o indivíduo não era a medida de todas as coisas, a família instaurava, na vida de cada um, o princípio do coletivo. Já o filho, em seu trabalho, não atuava em benefício do povo, como gostaria de imaginar que faria ao aceitar o emprego que a sogra lhe arrumara; era o funcionário de reciclagens burocráticas e subpolíticas. A metade final de um mandato do presidente da empresa, a metade inicial de outro já tinham sido suficientes para ele entender que tipo de gente ocupava os altos cargos. Eram os partidários infiltrados, os cães de guarda dos políticos. Eles controlavam, segundo interesses particulares, quem subia e quem amargava eternamente a mesma posição (LACERDA, 2009, p. 55-56).

O excerto apresenta toda a negatividade do traço familiar no serviço público. Tanto o emprego conseguido pela influência da sogra, quanto, num plano mais geral, os interesses particulares dos altos funcionários são aqui colocados como o que há de mais nefasto na administração pública brasileira. Não há sinais, no plano geral da sociedade, de nenhuma força positiva da ordem familiar, a não ser na comparação com a rotina da mãe da personagem, que preserva uma “dose de humanidade” por pertencer puramente àquela ordem familiar primitiva, ao não ingressar na ordem da sociedade moderna, representada pela grande cidade. No mesmo capítulo, o homem pergunta: “Como poderia não fazer diferença, sair de um lugar com 150 mil habitantes para outro com milhões?” (LACERDA, 2009, p. 54). A nova ordem imposta pela grande cidade globalizada seria a que conjuga o desaparecimento da relação humana, desumanização dada pela lei e pela regra do sucesso individual, e o predomínio da gestão familiar agora inserida totalmente na política de Estado. Contra essa vida

corrompida, a afirmação de uma outra ordem familiar, a primitiva, longe das políticas de Estado.

É diretamente do núcleo familiar, “a esfera por excelência dos chamados ‘contatos primários’, dos laços de sangue e de coração”, que Sérgio Buarque de Holanda retira o “homem cordial”, é da constatação de que “as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós” (HOLANDA, 1971, p. 106) que vem a “contribuição brasileira para a civilização”. São justamente os traços do caráter brasileiro que vêm da “fecunda influência ancestral dos padrões do convívio humano, informados no meio rural e patriarcal”, (grifo meu) tão louvados pelos estrangeiros, tais como “a lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade”, como “expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante”, o “contrário de polidez” e nunca apenas traços de “civilidade”, que marcam o que seria o homem cordial. Essas “expressões legítimas de um fundo emotivo” seriam aquilo que nenhuma modernidade, que nenhum Estado, poderia apagar ou mesmo abafar, do caráter do homem brasileiro.

Em nota de rodapé, Sérgio Buarque de Holanda, contra a interpretação de Cassiano Ricardo que toma a palavra cordial como sinônimo de bondade, anota o que diz quando se refere à cordialidade:

[...] essa cordialidade, estranha, por um lado, a todo formalismo e convencionalismo social, não abrange, por outro, apenas e obrigatoriamente, sentimentos positivos e de *concórdia* [grifos do autor]. A inimizade bem pode ser tão cordial como a amizade, nisto que uma e outra nascem do coração, procedem, assim, da esfera do íntimo, do familiar, do privado (HOLANDA, 1971, p. 107).

Mais adiante, ainda na mesma nota, faz notar que o que não é do íntimo, do familiar, está excluído do conceito de cordial: “A amizade, desde que abandona o âmbito circunscrito pelos sentimentos privados ou íntimos, passa a ser, quando muito, benevolência [...] Assim como a inimizade, sendo pública ou política, não cordial, se chamará mais precisamente hostilidade” (HOLANDA, 1971, p. 107).

De todo modo, a definição ainda mais acabada do homem cordial está no ensaio (ou capítulo) seguinte, “Novos tempos”, quando Sérgio Buarque diz:

Cada indivíduo afirma-se ante seus semelhantes indiferente à lei geral, onde essa lei contrarie suas afinidade emotivas [...] Somos notoriamente avessos às atividades morosas e monótonas, desde a criação estética até às artes servís, em que o sujeito se submeta deliberadamente a um mundo distinto dele: a personalidade individual dificilmente suporta ser comandada por um sistema exigente e disciplinador (HOLANDA, 1971, p. 113).

Aí é que está, assim, o caráter ambíguo dessa cordialidade. Se, por um lado, ela é nosso traço distintivo, “contribuição para a civilização” posto que traço de humanidade num mundo em vias de desumanização, a nossa revolução, tratada justamente no capítulo assim intitulado, seria encontrar uma possibilidade de articulação entre esse traço de humanidade do homem cordial e “as construções dogmáticas da democracia liberal” que o país copia das ideias da Revolução Francesa. Nosso descompasso estaria na falta de articulação desse traço genuíno – e mesmo em ignorar nossa cordialidade – negando-o em nome da participação no concerto internacional segundo leis que separam a vida social da política:

Não ambicionamos o prestígio de país conquistador e detestamos notoriamente as revoluções violentas. Desejamos ser o povo mais brando e o mais comportado do mundo. Pugnamos constantemente pelos princípios tidos universalmente como os mais moderados e os mais racionais. Fomos das primeiras nações que aboliram a pena de morte em sua legislação, depois de a termos abolido muito antes na prática. Modelamos a norma de nossa conduta entre os povos pela que seguem ou parecem seguir os países mais cultos, e então nos envaidecemos de nossa companhia. Tudo isso são feições bem características de nosso aparelhamento político, que se empenha em desarmar todas as expressões menos harmônicas de nossa sociedade, em negar toda espontaneidade nacional (HOLANDA, 1971, p. 132).

A cordialidade seria, então, um traço do passado, uma força humanizadora, mas, ao mesmo tempo e, portanto, também, um resquício patriarcal incômodo. Silviano Santiago (2006), no derradeiro capítulo de seu livro, nos chama a “tomar certo cuidado no tratamento do conceito” por aquilo que ele encerra de “indecidível”, a partir de sua leitura com Derrida. Se há, então, esse descompasso entre ser brasileiro e participar da regra geral da jornada modernizadora do mundo, “há que se descobrir ou fabricar a harmonização filosófica entre o estrangeiro-coercitivo e o nacional-familiar”. Desse modo, “a cordialidade é uma arma, é ‘uma peça de resistência’, é a ‘defesa [do indivíduo] contra a sociedade’” (SANTIAGO, 2006, p. 246). Diz Santiago:

Trata-se de um *indecidível* (*indécidable*, em francês), como ensina Jacques Derrida. No livro *Disseminação* (*Dissémination*), lemos que o elemento indecidível, no caso a cordialidade, produz um efeito de meio: meio como elemento que contém ao mesmo tempo dois termos (amizade/inimizade), meio, ainda, por o significado se manter entre dois termos (concordia/discórdia). Filosoficamente, o *indecidível* não se deixa compreender pela oposição binária e, no entanto, a habita, resiste-lhe e a desorganiza, sem jamais constituir um terceiro termo, sem jamais dar lugar a uma solução na forma dialética especulativa (SANTIAGO, 2006, p. 243).

Já o homem cordial de Lacerda é o homem bondoso de Cassiano Ricardo a que se refere em negativa Sérgio Buarque de Holanda na já citada nota de rodapé. Já na primeira página do romance, ele aparece como um homem grande e desajeitado que, sob o olhar recriminatório da mulher, come um “x-tudo”, manchando desajeitadamente a camisa de molho, e deixa a filha dormir em seus braços. Aos poucos o excesso corporal sempre incômodo vai sendo colado ao excesso de bondade, de bons sentimentos, até mesmo quando se corrompe e devolve intacto todo o dinheiro recebido. Duas passagens são bastante ilustrativas da moral e da bondade do homem:

O que nem ele nem seu corruptor podiam saber, quando a proposta tinha sido feita, era que, por sorte, o bem público não haveria de ser lesado com a vitória da empresa para a qual o sujeito trabalhava. Os testes iam mostrando que seu equipamento era mesmo o melhor. E à medida que isso acontecia, o técnico foi se acostumando à ironia de estar prestes a agir errado, sim, mas pela empresa certa, o que mudava tudo de figura. [...] Ele desmontou aos poucos o escrúpulo contra o ato de receber dinheiro e até achou graça na ambiguidade de tudo aquilo: estar ética e tecnicamente obrigado a recomendar o produto de quem o corrompia (LACERDA, 2009, p. 66).

O homem inteiramente bom é corrompido pelo amigo do passado que investe na sua carência, na sua necessidade de se sentir amado entre amigos. Mas mesmo o que seria (e é no Brasil contemporâneo ao aparecimento do livro) o ato dos mais nefastos – abolição de todos os escrúpulos e a entrada na corrupção – é desenhado ao leitor como algo bom, como algo ainda em si correto, tal é a envergadura moral com base na bondade da personagem “o homem”. Para reforçar a imagem do homem bom que foi corrompido devido a sua bondade – quase uma estupidez – ele é mostrado diante da perversidade do mundo que não o entende, numa cena ainda mais carregada por envolver o olhar de uma criança inocente

que o pai quer preservar: no clube dos funcionários, houve uma homenagem aos pais e sua filha que ainda não sabe ler nem escrever, ajudada pelas organizadoras, exhibe aos pais um cartaz com os dizeres “Fora corrupto”. Ele assim raciocina através do olhar do narrador:

Por incrível que pudesse parecer, todos teriam preferido que ele se comportasse como um corrupto profissional, ou seja, negando seu erro até a morte. Ninguém queria entender nada, queriam inocentes ou culpados, só isso. Todos ali julgavam seu ato com o conhecimento de que fora descoberto, e portanto de uma forma exageradamente inflexível; o seu atenuante ético, já que recebera o suborno de quem merecia mesmo ganhar a licitação, na verdade, aos olhos dos outros, não passava de uma ilusão (LACERDA, 2009, p. 124-125).

Esse homem imenso e de imensa bondade não tem lugar no mundo corrompido da grande cidade globalizada. É por isso que sua história se resolve pela opção de preservação do que há de melhor nele e na filha – o capital sentimento, o bem, a bondade, que o faz inadequado à vida na grande cidade – indo para o interior, para o mundo primitivo, para o amor familiar da mãe, onde esse tipo de sentimento ainda faz sentido, deixando para trás o mundo moderno, o “projeto de país” do deputado e do seu chefe na estatal, este sim corrompido.

O Brasil dos outros livros da coleção

Muito diferente é o livro de Beatriz Bracher, *Antonio*, quinta publicação da coleção. Nele, Benjamin, prestes a ter um filho, Antonio, ouve Isabel, a avó; Haroldo, o melhor amigo de seu avô; e Raul, o melhor amigo de seu pai, para descobrir a história dessa família, cujos avô e pai estão mortos, a sua história. A cidade de São Paulo é nomeada e descrita no romance, bem como um certo “Brasil profundo” para onde vai viver sua crise e a busca de uma identidade com a natureza o pai já morto de Benjamin. No entanto, nesta história cheia de meias-verdades e mal-entendidos, onde não há propriamente um narrador, mas uma coleção de vozes, a loucura, a dor e o profundo desajuste aparecem muito mais “universalizados” do que no livro de Lacerda. É um livro onde o lugar aparece bem marcado, o Brasil bem visível, inclusive com suas instituições (a USP é uma delas) e passeios pitorescos de barco pelo interior do país e, no entanto, aquelas características da “vida sacrificada pelo espaço” (de competição

ou expectativas frustradas), “o acúmulo de objetos, de lixo”, o “lar cada vez mais sufocante”, próprias de um mundo globalizado e de uma contemporaneidade fugidia se fazem sentir de maneira ainda mais vigorosa porque sem a insistência de uma visão manipuladora que insiste em se fazer presente.

A mesma tradutora, no seu prefácio, destaca o desejo de apresentar “romances da narrativa do país vizinho sem simplificar as características dessa condição estrangeira” (LÁZARO, 2013, p. 7). E ela explica: “Enquanto algumas estratégias de tradução respondem a características particulares de Antonio, outras se inserem nos critérios mais gerais que a Coleção Boca a Boca propôs na tradução dos livros mencionados: levar o leitor até o texto” (LÁZARO, 2013, p. 7). Em resumo, manter a estranheza do texto, não simplificá-lo para que chegue mais fácil ao leitor. Também na tradução de *Outra vida*, a tradutora estava interessada no aspecto material do texto, tendo citado Haroldo de Campos:

A tradução do romance nesta nova língua está orientada pela intenção de recriar o texto como um signo que não se esgota unicamente num sentido, mas, como indica Haroldo de Campos: ‘visto como uma entidade total, indivisa, em sua realidade material [...] e em sua carga conceitual’, ou em outras palavras, onde o que se diz é inseparável da forma em que é dito (LÁZARO, 2012, p. 7).

Não há preocupação nenhuma da parte da tradutora de elucidar alguma questão sobre o Brasil, sobre a São Paulo que se apresenta no livro de Bracher, alguma característica de brasilidade ou, ao contrário, alguma garantia de universalidade. O destaque dela ao livro é sua “pontuação bastante peculiar”, sua condição de relato contra o tempo, a maneira de contar alternada por vários personagens, a proximidade com a oralidade. Diferentemente tanto da apresentação do livro de Lacerda quanto do primeiro livro da coleção, também traduzido por ela, *Minha alma é irmã de Deus*, de Raimundo Carrero. Na apresentação deste livro, ela sente necessidade de defendê-lo contra uma possível aproximação com o regionalismo: “o romance é antes de tudo um drama íntimo, e não necessariamente um texto regionalista, para além da natural distância que o leitor possa ter com o Recife que Raimundo Carrero delinea” (LÁZARO, 2012, p. 7). Mais adiante ela explica por que opta por uma tradução não anotada, sem, portanto, maiores explicações para os lugares brasileiros descritos ou citados no texto: “Devido à ideia de que a ficção subverte a dependência

unidirecional do lugar geográfico concreto, e o que parece Recife pode não o ser, e não seria tarefa da tradução elucidar” (LÁZARO, 2012, p. 8). O convite é claro: imaginar Recife como qualquer cidade do mundo.

Pitanga, de Carlos Eduardo de Magalhães, apresenta em um posfácio as peculiaridades da tradução e um esboço de como o tradutor, Pablo Cordellino Soto, pensa o livro:

Traduzir Pitanga [...] é entrar de cheio no ritmo de São Paulo. Sente-se o pulsar da cidade nas linhas desta novela urbana, plena de silêncios, de personagens cuja voz se manifesta na voz de outro narrador ou de outro personagem, ou ainda em seus pensamentos, de limites quase sempre imprecisos entre o narrador e os personagens – ou entre estes – de um tempo e um espaço fraturados, que não dão ao leitor pistas precisas sobre as continuidades entre os distintos fragmentos (SOTO, 2013, p. 215).

Mais adiante o tradutor diz que uma das principais virtudes do texto é sua grande complexidade formal.

Em comum com as outras apresentações dos livros da coleção, então, o destaque do trabalho formal e um certo esforço para recomendar o livro como “produto cultural” ou como literatura do mundo, de qualquer lugar, passando longe de evidenciar qualquer característica mais brasileira ou destacando a cultura de uma ou outra cidade brasileira. São Paulo aparece assumida em sua pulsação, em sua institucionalização, em sua marca de grande cidade global mais do que brasileira, um lugar já de todos conhecido sem sabor ou cor especial.

Os outros dois livros da coleção, traduzidos por outros tradutores, não apresentam nenhum prefácio, nenhuma nota da tradução, nenhum comentário quanto a uma possível especificidade dos textos ou do país de onde eles vêm, apenas aparece, como também em todos os outros, na quarta capa, o propósito da coleção, bem dentro do jargão editorial: o objetivo de publicar e difundir parte significativa da literatura criada no Brasil e no Uruguai (e não brasileira e uruguaia, note-se) mediante a edição de autores significativos de suas culturas e suas letras. “Um esforço coletivo que aponta para a criação de pontes linguísticas capazes de atravessar as fronteiras idiomáticas que separam ambos os povos”.

Evidente, assim, é toda uma recusa das marcas identitárias e mesmo da designação de literatura brasileira. O autor nasceu no Brasil. A língua é

diferente. Há uma estranheza vocabular, uma complexidade formal, uma geografia desconhecida, mas imaginada, aproximada. A corrupção, a caipirinha, as mulheres, o interior selvagem e desconhecido para onde se pode fugir de ônibus, são meros detalhes que podem ser ainda mais minimizados para o gosto do leitor uruguaio que se quer atingir.

Talvez a questão mais interessante seja o que faz, então, a tradutora ser levada a destacar no livro de Lacerda a condição de apagamento, ou pelo menos de atenuação, dos traços que o inscrevem afinal como literatura brasileira que tematiza questões bem brasileiras, inclusive a da identidade nacional como singularidade, tão bem marcada pela descrição do amante que opõe Brasil e EUA? Esperamos respondê-la adiante.

De volta à questão da identidade nacional na América Latina

Miria Gras Miravet, pensando o mercado editorial espanhol e hispano-americano, aponta para um momento de

[...] revisão das identidades nacionais e culturais, tal qual estiveram fazendo ultimamente alguns escritores, tanto espanhóis como hispano-americanos, como Roberto Bolaño ou Enrique Vila-Matas, que advogam pela aceitação do evidente e inevitável, por uma literatura hispânica, múltipla, mestiça, heterogênea, proteica (MIRAVET, 2000, p. 29).

Identidade a ser conformada, portanto, em termos de língua.

É ao que chega também Burkhard Pohl, ao analisar o contexto de publicação de autores hispano-americanos na Espanha nos anos 2000 a partir de 1996 e o surgimento de *McOndo*, a antologia organizada no Chile, por Alberto Fuguet e Sergio Gómez, e publicada na Espanha, cujo prólogo-manifesto despertou a atenção internacional justamente por descrever a desconexão entre os escritores latino-americanos sempre em estado de dependência da mediação internacional espanhola para internacionalizar seus livros. Diz ele:

Se por um lado se insiste na superação de um conceito de literatura nacional do escritor apátrida, por outro se observa a integração em uma comunidade linguística, definida pelo idioma espanhol, que não só transpassa as fronteiras interamericanas, mas também o Atlântico em direção à Península Ibérica (POHL, 2000, p. 45).

A identificação pela língua, no entanto, não consegue facilmente transpor as barreiras, não mais de uma identidade nacional, mas de uma denominação por país de origem, devido um tanto à real fronteira mercantil que faz com que as trocas continuem sendo regidas pelos mercados nacionais e outro tanto pelo peso das fronteiras ideológicas: “um discurso intelectual não implica automaticamente a transgressão de fronteiras ideológicas” (POHL, 2000, p. 49). Para esta última afirmação, Pohl recorre a Achugar:

Contra sua suposta morte, a nação – entendida como conjunto de emoções, símbolos e sentimentos de pertencimento a uma mesma comunidade imaginada – continua tendo vigência em amplos setores da cultura da América Latina mesmo que já não se trate da nação na formulação homogeneizada do século XIX (ACHUGAR apud POHL, 2000, p. 49).

Juan Poblete, em “Globalización, mediación cultural y literatura nacional”, pensando o contexto chileno, sustenta que o modo de produção geral na globalização, ou seja, a capacidade que certos artefatos, condições e identidades têm de estender sua influência para além das fronteiras nacionais, coloca em diferentes níveis o que é local e o que é global, ora mais centrado na defesa das marcas locais, ora na defesa daquilo que é global, o que tem modificado o pensamento sobre a identidade nacional. Assim, a literatura chilena “enquanto literatura nacional em uma sociedade semiperiférica e em sua conexão com a experiência de globalização é parcialmente redefinida” (POBLETE, 2006, p. 274) pelos textos de três autores que analisa: Alberto Fuget, Pedro Lemebel e Ibañez-Carrasco. As características novas com as quais jogam os três são a redefinição do espaço nacional por um espaço internacionalizado, marcado pelo não lugar (aeroportos, centros comerciais, hotéis etc.); os usos de mais de um idioma no interior do texto, personagens que não se adaptam bem ao idioma do lugar que habitam ou, ao contrário, a dificuldade de articulação na língua de origem; o corpo como lugar de negociação da interculturalidade e das relações transnacionais que se estabelecem entre os personagens; e a forte presença do cinema e da televisão na constituição da trama ou da subjetividade mesma das personagens. Nessas redefinições, portanto, a mediação da experiência pela midiaticização e o distanciamento constitutivo de novas relações entre tempo, espaço e experiência têm um lugar central.

Essa redefinição não implica o abandono do conceito de literatura nacional, na medida em que a literatura, mais aberta, mais performática, mais negociada, continua sendo um espaço privilegiado para explorar as complexidades e tensões da identidade nacional. O sistema escolar e os currículos são a presença mais visível desse espaço de permanência da literatura e do nacional. Para Poblete, “a literatura nacional de todos os países não hegemônicos esteve sempre radicalmente aberta a, e constituída por, suas relações com outras literaturas nacionais em um contexto internacional hierarquizado”. Porém,

[...] no contexto regional-mundial (*world-regional*) latino-americano ao menos três coisas mudaram: o nacional se tornou tanto em sua composição interna quanto em suas relações com o exterior menos o lugar em que se produz de uma vez e para sempre uma identidade nacional e mais aquele lugar em que se negocia permanentemente a interculturalidade interna e externa (ainda que esta divisão mesma tenha se tornado duvidosa); em segundo lugar, as populações nacionais se reterritorializaram e incluem agora quantidades significativas de co-nacionais vivendo mais ou menos permanentemente no estrangeiro; por último, surgiu um forte movimento recuperador da dimensão regional-global latinoamericana como mediação apropriada das relações entre a nação e o mundo (POBLETE, 2006, p. 287-288).

O que salta aos olhos é que quando passamos a pensar no discurso crítico sobre identidade nacional no Brasil, esta dimensão regional-global latino-americana como mediação das relações entre a nação e o mundo desaparece. A discussão entre o nacional e o global não passa por essa regionalização. Outra coisa que se individualiza no contexto brasileiro em relação ao chileno é um esforço nosso em prover outra discussão do regional que coloca sempre em questão e adia qualquer definição do nacional: a diversidade geográfica e cultural presente na dimensão continental brasileira. Uma discussão adequada das redefinições que sofre a identidade da literatura nacional, além de perguntar sobre a relação Brasil-mundo – o nacional-global – passa pela pergunta por qual Brasil, tema tão amplo que requer outro artigo.

Nos livros da Coleção Boca a Boca, menos uma incorporação da midiatização, um trânsito internacional e uma inadequação linguística dada pelo uso de diferentes idiomas, o que se dá é um trânsito intercultural dentro do país. Assim, a personagem de Teodoro em *Antonio*, indo de São

Paulo para o interior mineiro num deslocamento territorial que também é temporal dada a diferença radical do estilo de vida acadêmico paulista e do vaqueiro mineiro; a personagem do marido de *Outra vida*, que sai de uma grande cidade para uma cidade mais pacata, do interior, como uma promessa de uma volta ao passado, à tranquilidade, à tradição, às raízes. Assim também o Recife de *Minha alma é irmã de Deus*, quase um país a parte, dadas as diferenças vocabulares e culturais do Nordeste brasileiro, marcadas e justificadas no texto de apresentação como uma estranheza à parte.

Analisando largamente as complexas relações entre as culturas locais, nacionais e globais, então, Poblete chega à conclusão de que “a literatura nacional chilena em tempos de globalização neoliberal se manifesta também como o esforço por se autoconceber em termos pós-nacionais para chegar ao mercado internacional em geral e, especialmente, ao estado-unidense” (POBLETE, 2006, p. 298-299). O que, parece-me, acontece também com a literatura brasileira e com as literaturas da América Latina em geral. E essa, talvez, seja a resposta para o que leva a uma minimização daquilo que tem de nacional especialmente o livro de Rodrigo Lacerda na edição uruguaia. Para sair do Brasil, a literatura brasileira deve responder plenamente ou ao discurso do exótico ou ao discurso do mais universal possível, ainda que alguns livros que se queira traduzir e fazer circular não correspondam plenamente nem a um nem a outro desses discursos.

Notas

- 1 Todas as traduções são minhas.
- 2 Em entrevista especialmente para este artigo.

Referências

CANDIDO, A. Depoimento. In: ÁNGEL Rama: um transculturador do futuro. Organização: Flávio Aguiar e Joana Rodrigues. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. p. 29-32.

COUTINHO, E. F. *Literatura Comparada: reflexões*. São Paulo: Anablume, 2013.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.

LACERDA, R. *Outra vida*. Rio de Janeiro: Alfabeta, 2009.

LÁZARO, Rosario. Apuntes sobre la traducción. in LACERDA, R. *Otra vida*. Trad. para o espanhol: Rosário Lázaro. Montevideo: Yaugurú, 2012a. p. 7-12.

LÁZARO, Rosario. La traducción y sus posibilidades. in CARRERO, R. *Mi alma es hermana de Dios*. Trad. para o espanhol: Rosário Lázaro. Montevideo: Yaugurú, 2012b. p. 7-12.

LÁZARO, Rosario. Sobre la traducción de Antonio: maniobras entre las lenguas. in BRACHER, B. Antonio. Trad. para o espanhol: Rosário Lázaro. Montevideo: Yaugurú, 2013. p. 7-11.

MAGRI, I.; RISSARDO, A. A literatura brasileira no exterior: Moema Salgado e Fábio Lima (FBN). *Z Cultural*, ano 10, n. 2, segundo semestre de 2015. Disponível em: <<http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/a-literatura-brasileira-no-externo-moema-salgado-e-fabio-lima-fbn/>>. Acesso em: 1 maio 2016.

MIGNOLO, W. *La idea de América Latina*. La herida colonial y la opción decolonial. Trad. Silvia Jawerbaun y Julieta Barba. Barcelona: Gedisa, 2005.

MIRAVET, D. G. Del lado de allá, del lado de acá: estrategias editoriales y el campo literario de la narrativa hispanoamericana actual en España. *Cuadernos Hispanoamericanos*, Madrid, n. 604, p. 15-29, oct. 2000. (Dossier La Narrativa Hispanoamericana en Espanha).

POBLETE, J. Globalización, mediación cultural y literatura nacional. In: SANCHES-PRADO, I. M. *América Latina en la "literatura mundial"*. Pittsburgh: Biblioteca de América, 2006. p. 271-306.

POHL, B. El discurso transnacional en la difusión de la narrativa latinoamericana. *Cuadernos Hispanoamericanos*, Madrid, n. 604, p.43-51, oct. 2000. (Dossier La Narrativa Hispanoamericana en Espanha).

RAMA, Á. *Literatura, cultura e sociedade na América Latina*. Seleção, revisão e notas Pablo Rocca. Trad. Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

RESENDE, B. *Apontamentos de crítica cultural*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.

SANTIAGO, S. *As raízes e o labirinto da América Latina*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

SOTO. Traduzir Pitanga. in MAGALHÃES, C. E. *Pitanga*. Trad. para o espanhol: Pablo Cordellino Soto. Montevideo: Yaugurú, 2013. p. 215-218.

Jacques Fux

Formado em matemática e mestre em computação. Doutor em Literatura Comparada e em Língua, Literatura e Civilização Francesa pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG/Lille 3). Pós-doutor em Teoria Literária pela Universidade de Campinas (Unicamp) e pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Vencedor do Prêmio São Paulo de Literatura com o livro *Antiterapias* e vencedor do Prêmio Capes de Melhor Tese de Letras/Linguística do Brasil em 2010. Pesquisador Visitante na Universidade de Harvard (2012-2014). Autor do romance *Brochadas: confissões sexuais de um jovem escritor* (Rocco, 2015), do ensaio *Literatura e Matemática: Jorge Luis Borges, Georges Perec e o OuLiPo* (Perspectiva, 2016) e de *Meshugá: um romance sobre a loucura* (José Olympio, 2016).

Resumo

Este artigo deseja construir uma crítica teórico-performática com intuito de interpretar, discutir e entender as releituras feitas por Tom Zé, José Miguel Wisnik, Rodrigo e Paulo Pederneiras do *Grande Sertão: Veredas* e performadas na peça do Grupo Corpo, *Parabelo*. O objetivo do artigo é mostrar como a arte e a performance podem se alimentar mutuamente e transformar a interpretação e a recepção de uma dança, de uma música e também de uma obra literária.

Palavras-chave: Grande Sertão: Veredas. Performance. Parabelo. Canção. Grupo Corpo.

Abstract

This article aims to build a theoretical and performative review in order to interpret, discuss, and understand the reinterpretations of Tom Zé, José Miguel Wisnik, Paulo and Rodrigo Pederneiras of Grande Sertão: Veredas performed by Grupo Corpo, Parabelo. The objective of this article is to show how art and performance can both transform and feed the interpretation and reception of a dance, a song, and also a literary work.

Keywords: Grande Sertão: Veredas. Performance. Parabelo. Songs. Grupo Corpo.

O sertão está em toda parte [...]
O sertão sem lugar.
João Guimarães Rosa
(Grande Sertão: Veredas)

Parabelo tem cheiro de sertão,
mas sem perder a universalidade.
Rodrigo Pederneiras
(Programa Roda Viva)

As práticas artísticas são ‘maneiras de fazer’ que intervêm na
distribuição geral das maneiras de fazer e nas suas relações
com maneiras de ser e formas de visibilidade.
Jacques Rancière
(A partilha do sensível)

Introdução e performance

Em 1997, Rodrigo e Paulo Pederneiras¹ lançam seu mais novo ballet intitulado Parabelo. Com trilha sonora de Tom Zé² e Zé Miguel Wisnik,³ a performance do já então renomado Grupo Corpo⁴ encanta, permitindo diversas e ricas leituras comparativas.

Inicialmente o público é conduzido por uma performance enigmática – difícil ainda de se definir e de classificar – com uma iluminação que esconde, que desnorteia, que obscurece ao invés de revelar. Os bailarinos performam, na cena inicial, uma estrutura estranha que nos remete a bichos e formas não simétricas e dispersas em um palco. Todos vestindo uma roupa vermelha, sem distinção entre homens e mulheres, dançam ao som de Emerê.⁵ “O espectador se vê na condição de quem tenta fixar os desenhos feitos pelas nuvens no céu” (KEHL, 2001, p. 47). Somos transportados a uma outra dimensão e começamos os jogos interpretativos, imaginativos e performáticos. “São momentos em que duplas de bailarinos desenham no palco figuras móveis de bichos imaginários, de monstros amorosos, de máquinas que se parecem com insetos ou insetos que se movimentam como máquinas” (KEHL, 2001, p. 47). Nós, sentados, participamos ativamente ao nos questionar sobre tudo: “Com o que se parece aquilo agora? Um dromedário partido no meio, uma aranha

robótica, ou com o bicho de ‘duas costas e oito pernas’ imaginado por Iago para torturar o ciumento Otelo?” (KEHL, 2001, p. 47).

Aos poucos o público, passado o estranhamento inicial da canção e da coreografia, vai se encontrando encantado no Sertão. As danças, o figurino, a iluminação, a canção e o cenário conduzem o espectador participativo (também performer) pela totalidade do Sertão. Na posição de performers, que interpretam e sentem ativamente, vamos “desenhando e desfazendo figuras de bichos e coisas que não existem e que, *por isso mesmo*, nós brincamos de fazer existir” (KEHL, 2001, p. 51).

Muitos já escreveram e já performaram os *Sertões* de Euclides da Cunha, o Sertão, como lugar físico, e o *Grande Sertão: Veredas*, de Diadorim, Riobaldo e Rosa. Ao propor pensar a literatura através de sua possibilidade de representação através da arte, Jacques Rancière sugere uma abordagem mais ampla e libertadora das novas “maneiras de fazer”⁶ artísticas. Em 1985, com direção e roteiro final de Walter Avancini, a Rede Globo lança a minissérie *Grande Sertão: Veredas*. Releitura do livro homônimo de João Guimarães Rosa, os diretores colocam em cena Bruna Lombardi como intérprete de Diadorim. Um dos mais importantes mistérios e encantos do livro de Rosa é essa dualidade do amor de Riobaldo por Diadorim/Reinaldo, que só é revelada ao final do livro. Talvez, ao escolher Bruna Lombardi, símbolo sexual dos anos 80, esse enigma tenha sido perdido, comprometendo a recepção e a adaptação da obra⁷, fato que não acontece na performance do Grupo Corpo. Apesar disso, essa *obra de arte* foi bem recebida, como vemos nas palavras de Carlos Drummond de Andrade:

Havia três sertões. O de Guimarães Rosa é uma criação verbal, literária. O sertão de Walter Avancini é uma criação e imagens em movimento, televisiva. O sertão mineiro, de verdade, dificilmente terá a magia da literatura ou da televisão. A imaginação criadora é uma feiticeira inesgotável e deixa-nos fascinados pela beleza, vibração e sensibilidade da obra de arte que é o seriado (ANDRADE, 1985, pg.11).

Infelizmente Drummond não teve o prazer de assistir a *Parabelo*. Também não ouviu a composição de Wisnik e Tom Zé. A meu ver, a adaptação televisiva do *Grande Sertão: Veredas*, ao revelar ao invés de encantar e se enamorar do mistério, enfraqueceu a leitura do livro. Se, de acordo com Jacques Rancière, “o real precisa ser ficcionado para ser pensado” (RANCIÈRE, 2005, p. 60), precisamos, portanto, analisar e refletir sobre a ficcio-

nalização da canção e da performance em *Parabelo* e essa possibilidade de receber, de forma mais encantada e sensível, e distante dessa adaptação televisiva, a obra de arte de Rosa.

Segundo Marvin Carlson “existe um consenso difundido entre os teóricos de performance, de que toda performance é baseada em modelo, roteiro, ou padrão preexistente” (CARLSON, 2010, p. 24). O modelo, roteiro e padrão existente em *Parabelo* é sustentado pela canção de Tom Zé e Wisnik que leram e interpretaram, cada um a seu modo, o mundo do Sertão “real”. Uma performance, ainda, possui outras características: “um espaço de tempo definitivamente limitado, um princípio e um fim, um programa de atividades organizado, um conjunto de *performers*, uma audiência, um lugar e uma ocasião de performance” (CARLSON, 2010, p. 25). Segundo Carlson, existe um “programa organizado de atividade”, que na performance do Grupo Corpo surge, por exemplo, através da interpretação da interpretação (“da réplica da réplica da bíblia”)⁸ e na participação de Pederneiras, *performers* (bailarinos) e público, recriando e recepcionando as diferentes performances. Aqui, almejando uma crítica teórica artística performática, recrio e revelo as dimensões do *Grande Sertão: Veredas* em *Parabelo*.

O termo performance incorpora, ao longo do tempo, novas acepções “os temas gerais e as questões associadas com a performance podem ser, e estão claramente sendo, aplicados produtivamente a uma quase ilimitada gama de atividades humanas” (CARLSON, 2010, p. 220). Dessa forma, a crítica teórica artística que faço do *Parabelo* e das leituras de Tom Zé, Wisnik e dos Pederneiras do *Grande Sertão: Veredas* seria, também, um ato performático *desincorporado*, fragmentado, fraturado, segundo Rancière:

Os enunciados se apropriam dos corpos e os desviam de sua destinação na medida em que não são corpos no sentido de organismos, mas quase-corpos, blocos de palavras circulantes sem pai legítimo que os acompanhe até um destinatário autorizado. Por isso não produzem corpos coletivos. Antes, porém, introduzem nos corpos coletivos imaginários linhas de fratura, de desincorporação. [...] As vias da subjetivação política não são as da identificação imaginária, mas as da incorporação “literária” (RANCIÈRE, 2005, p. 60-61).

“É sempre a partir da música” (PEDERNEIRAS, 2006, (4) 3min55s) que a performance do Grupo Corpo é criada. A canção do espetáculo é uma

‘incorporação literária’ de várias obras e várias experiências sensíveis – em *Parabelo* vemos essas incorporações vindas do: *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, *O Corpo de Baile*, de Guimarães Rosa, o “sertão”, enquanto lugar “real” e “mágico”, e também uma representação do “contemporâneo” dos performers, do ballet clássico, dos regionalismos da linguagem em contrapartida com a universalidade dos temas de Rosa – que se “apropriam dos corpos”, “desviam da sua destinação” e atuam como “quase-corpos” espelhados de uma forma geral na performance. Há, segundo o próprio coreógrafo, uma

[...] busca constante de alguma coisa que não tenha sido feita ainda, e como achar isso, de repente você está num lugar, chega num ponto que em que as coisas estão quase prontas, e você vê que não é nada daquilo. [...] tenta fazer o que você ainda não fez. [...] tentar outro tipo de gesto, de forma (PEDERNEIRAS, 2006, (4), 11min20s).

O trabalho coreográfico aqui é favorecido ao resgatar e incorporar as inúmeras veredas – filosóficas, linguísticas, matemáticas, intertextuais, esotéricas, históricas, ficcionais – do Sertão roseano. Assim, essa busca pelo que ainda não foi feito, escrito ou criado se transforma ainda em uma outra procura metamorfoseada: a performance de *Parabelo*.

A performance de *Parabelo* é singular no Grupo Corpo e realiza um dueto com a obra roseana, da seguinte forma: em ambos, o universal (“o sertão é o sem lugar”) é representado através de uma menção ao regionalismo (“o sertão é confusão em grande demasiado sossego”, “o Sertão é sombra minha”, p. 648 e 662) – e no caso do Grupo Corpo há componentes mineiros/regionais, como as fotos do cenário, mas que também prometem o eterno, o sem lugar nem tempo; *Grande Sertão: Veredas* faz par com o *Corpo de Baile*, que traz no título a dança e o próprio nome do Grupo Corpo; a relação do *pas-de-deux* dos performers em *Assum branco* com Riobaldo e Diadorim, o branco e o negro que estão presentes também no *Assum branco* e nas galácticas de *Xique-xique*, que podem ser vistos como as dimensões antitéticas necessárias do cosmos e da performance. Coreo(grafias), *dansas*, performances, escritos e linguagens que expressar o que é só sentido, fraturado e incorporado.

Como no ato da escrita onde o autor reescreve diversas vezes e, talvez, nunca fique como imaginado, “a performance implica não apenas fazer ou mesmo refazer, mas uma autoconsciência sobre o fazer e o refazer,

por parte dos performers e dos espectadores” (CARLSON, 2010, p. 221). Refazer a *réplica da réplica da bíblia* é tarefa dos performers e do público. Assim, esta crítica teórico-performática, que também interpreta, inventa, testemunha e estetiza *Parabelo no Grande Sertão: Veredas*, como também o fizeram Rosa, Tom Zé, Wisnik e os Pederneiras, entre tantos outros, pode se enlaçar de acordo com a teoria apresentada por Graciella Ravetti.

A escrita performática, então, tem algo do trabalho do arquivista, do colecionador, do antologista e do tradutor, já que os textos e imagens valem como testemunhas de um tempo e de uma maneira de apreender esse tempo e, então, dar testemunhos dos sinais percebidos que acabam funcionando como mapas cognitivos, sentimentais, estéticos e, sobretudo, expressivos, tanto no que diz respeito a uma possível tarefa artística como a modos de vida (RAVETTI, 2002, p. 56).

Os textos e as releituras do Sertão, portanto, são mapas cognitivos, sentimentais e estéticos, e buscam expressar e traduzir experiências artísticas. A performance crítica-literária recorre ao hibridismo, à invenção, à recriação e à releitura que os conceitos contemporâneos permitem:

A performance torna-se um conceito útil para se pensar a arte contemporânea, aberta a hibridismos e ávida de um espectador mais ativo. Transitando pela arte desde as vanguardas, passando pelos anos 60-70 e chegando à atualidade, o conceito de performance em toda sua opacidade e mobilidade viabiliza um olhar sobre a cultura contemporânea e a reflexão sobre ele possibilita a abertura de caminhos para a arte hoje e no futuro (PEDRON, 2006, p. 144-145).

Assim, este texto se propõe a performar mais uma vez o Sertão, através da leitura da leitura dos irmãos Pederneiras, de Tom Zé, Wisnik, dos bailarinos e das veredas infinitas do sertão, abrindo novas possibilidades e olhares futuros.

Parabelo ou parabellum: Si vis pacem, para bellum

A linguagem de Guimarães Rosa exige a ação do leitor – uma ação reflexiva, que não exclui, de forma alguma, o prazer e o encantamento, mas que depende do esforço, do trabalho, para que o prazer seja possível. Mesmo quando possível, aliás, a esse prazer, alia-se uma dose generosa de sofrimento. Ao realizar-se, a leitura pode retomar experiências, muitas até, silenciadas no passado. Como palavras já olvidadas – arcaicas ou em desuso, com a significação original ou outra. [...] O texto rosiano oferece,

assim, ao leitor a oportunidade de que tanto a experiência quanto o horizonte sejam articulados na linguagem. Pensar a experiência e a expectativa, caminho para se pensar a história, torna-se caminho, portanto, para se pensar, pelo Grande Sertão: Veredas, a história a partir da linguagem rosiana, que toma para si as categorias que são condição de qualquer história e de qualquer história possível, projetos utópicos. Na leitura, portanto, a linguagem rosiana faz renascer a possibilidade de que a ação aconteça, mas uma ação que, nutrida pela esperança, persegue, pelas palavras, a transformação do mundo, porque busca dizê-lo mesmo. Quando se ouve que qualquer que seja o evento, ele é irrepresentável, provocação pós-moderna que retira da linguagem seu poder (COSTA, 2012, p. 243, 247).

Silêncios, neologismos, ação, prazer, encantamento, esforço, trabalho, são termos característicos da obra de Rosa, bem como das performances do Grupo Corpo. Essa arma, essa pistola automática de nome Parabellum, que busca a paz, mas se prepara para a guerra, é o gatilho inicial da canção de Tom Zé, Wisnik e sua inter(ação) com a performance do Grupo Corpo. Referência direta também a Deus ou ao Diabo, gatilho de tudo? Ou referência ao amor, ao dueto, à arte inalcançável, impossível, mas que ainda assim merece ser performada? “O grande-sertão é a forte arma. Deus é um gatilho?” (ROSA, 2006, p.484). Deus e o Diabo disparam, iniciam e colocam fim à vida e ao amor, ou isso é coisa do homem humano?

Então, o senhor me confere: que eu ingrato não era, e que nos cuidados de meu amor Diadorim sempre estava. E amor é isso: o que bemquer e mal faz? Apalpei meu selim, que minhas pernas esquentavam. Empunhei o parabelo (ROSA, 2006, p. 790).

Parabelo representa essa arma, esse gatilho que irradia poder e desperta as emoções do Sertão e que coloca Deus ou o Diabo no lugar de espectador e de performer ativo, assim como todos nós: “Deus mesmo, quando vier, que venha armado!” (ROSA, 2006, p. 19).

As palavras e os neologismos de Riobaldo/Tatarana/Urutu-Branco são encantadas e repletas de sentimento. Revelam, mas também ludibriam e escondem fontes, criações, interpretações. Prometem o infinito, apesar de se esconderem em regionalismos e hermetismos culturais, assim como o Grupo Corpo. Na cartilha disponível do DVD do *Parabelo*, Helena Katz⁹ se deixa levar (e talvez se perca) pelos temperos e pela sensibilidade do Sertão:

No interior do Brasil, os ritmos são personagens de uma cultura que nunca para de se transformar. A música de Tom Zé/José Miguel Wisnik parte desta característica e faz dela sua fonte. A coreografia materializa o traço que mais tem distinguido a obra de Rodrigo Pederneiras: o trânsito entre a arte popular e a arte erudita. Aqui, estas fronteiras estão dissolvidas. Parabelo irradia aquilo que vem da terra. E apresenta um Brasil polvilhado de nuances regionais (KATZ, 1997, p. 7).

A obra de Rosa é um trabalho que merece um esforço e uma atenção a recebê-la. Alguns estudiosos do *Grande Sertão: Veredas* cometeram o mesmo erro que alguns críticos ao tentar definir o Grupo Corpo. Classificar, por si só é um problema antigo e complicadíssimo. No entanto, utilizar termos como ‘regionais’, ‘regionalismos’, ‘territorialismo’, pode enclausurar a obra em um espaço restrito. Chamar, portanto, as performances da canção e da dança de regionalistas é limitar definitivamente o trabalho. É preciso ir mais além e entender a obra artística como um todo, como uma representação performática da possibilidade humana que se diferencie sutilmente dos animais, buscando se libertar dessas amarras classificatórias e delimitantes. “Caráter ‘brasileiro’ (mas não ‘nacional’) das invenções do Corpo. [...] Se há uma brasilidade no conjunto das obras do Corpo, ela é fragmentada, incompleta, esfiapada. Ela é só a ‘sombra de uma palmeira que já não há’” (KEHL, 2001, p. 48-50). Assim, existe apenas uma sombra de brasilidade fragmentada, incompleta, esfiapada, desincorporada, que clama pelo universal e o faz ao “esconder a arte na arte” (KEHL, 2001, p. 48-50).

Atento a esse problema, Rosa escreveu várias vezes, na voz de Riobaldo, que o sertão é o mundo. Da mesma forma, Rodrigo Pederneiras também chama atenção para a sua criação universal. Sim, de fato, há elementos e temperos brasileiros em *Parabelo*, assim como em muitos de seus trabalhos, porém o objetivo maior é a universalidade. “É um trabalho que a gente faz que tem um tempero, uma cor, um cheiro, um Brasil, e ao mesmo tempo é um trabalho que é muito contemporâneo. Eu falo uma linguagem que é universal, que é mundial” (PEDERNEIRAS, 2006 (6), 7min30s). Corpo, dança, performance estão cada vez mais livres das amarras e a contemporaneidade se encarrega de misturar e de entrelaçar diferentes culturas, tempos, espaços, representações e as “maneiras de fazer”, mencionadas por Rancière. “Alguma coisa, no modo brasileiro que o Corpo põe em cena, reconhece transfigurações que não são só da

dança, mas da cultura em geral. E quem não percebe que a dança, ali, é uma arte do não, tanto ou mais que do sim?” (NESTROVSKY, 2001, p. 93).

Logo, é preciso se atentar para as novas performances artísticas e literárias. Assim como o termo *dansar*¹⁰ foi mal recebido, mal interpretado e corrigido, classificar a obra como regionalista é se fechar. O público *performer*, de acordo com a proposta teórica ensaística deste artigo, receberia o movimento, o tempo, as palavras rosianas do Sertão de Tom Zé e de Wisnik, que os são levados à *dansa*:

A experiência do tempo que pode o leitor vivenciar na linguagem rosiana, porém, não se esgota na experiência fictícia do tempo, que, própria à narrativa de ficção, combina tempo monumental e da alma. Na linguagem, ele experimenta os tempos que dançam. Também na forma como a linguagem consegue construir passarelas sobre temporalidades estranhas umas às outras, o leitor experimenta o movimento do tempo. As palavras rosianas dão corpo ao tempo, que dança, que *dansa* (COSTA, 2012, p. 254).

Parabelo é, portanto, uma performance de textos e experiências artísticas e literárias. Performar uma obra literária ou experiências musicais tem “a potência da indeterminação ou das metamorfoses”, e coloca o público como *performer*.

Rancière, ao discutir a posição de Deleuze em relação à performance da literatura, vai além da transformação, da musicalidade e da inatividade, defendendo “a potência da indeterminação ou das metamorfoses”, propondo assim novas possibilidades artísticas:

Aí se situa o problema, mencionado inicialmente, que concerne à pureza da distinção que opõe a fórmula à história, de um lado, e ao símbolo, de outro. De fato a “fórmula” deleuzeana só arranca a história do mundo da representação deportando-o, de modo mais ou menos explícito, para o lado do símbolo. A performance de *Bartleby*, como a de Josefina, a cantora, na novela de Kafka, ou a de Gregório Samsa na *Metamorfose*, mostram sempre ao mesmo tempo em que consiste a performance da literatura: a potência da indeterminação ou das metamorfoses. É preciso, portanto, corrigir a afirmação inicial de Deleuze: a fórmula de *Bartleby*, assim como a transformação de Gregório, é bem literal, e ao mesmo tempo não o é. O conto é, desse ponto de vista, uma estrutura privilegiada. Ele é a fórmula mágica que conta a história de uma fórmula mágica, que metamorfoseia toda história de metamorfose em demonstração de sua potência metamórfica. Assim se instaura, na análise de Deleuze, um jogo bastante singular entre o que se denominaria classicamente a forma e o conteúdo

da obra. Ele nos diz que a literatura é uma potência material que emite corpos materiais. Entretanto, na maioria das vezes, ele demonstra isso dizendo-nos não o que a língua ou a forma operam, mas o que a fábula nos conta (RANCIÈRE, 1999, p. 6).¹¹

Novas possibilidades são abertas nas performances, já que metamorfoseiam, modificam, transmutam as diferentes linguagens artísticas. É possível, portanto, performar de forma literária as diversas e potenciais leituras dos muitos *Parabelos* – das performances que envolvem canção, literatura, fazer, interpretar, *dansar*, reescrever.

Com o intuito de aprofundar um pouco mais nessas performáticas literárias, analisamos algumas canções presentes em *Parabelo*. Abaixo, *Xique-xique*, de Tom Zé e Wisnik, performada pelo Grupo Corpo, despertando *dansações*:

Xique-xique

eu vi o cego lendo a corda da viola
cego com cego no duelo do sertão
eu vi o cego dando nó cego na cobra
vi cego preso na gaiola da visão
pássaro preto voando pra muito longe
e a cabra cega enxergando a escuridão

eu vi a lua na cacunda do cometa
vi a zabumba e o fole a zabumbá
eu vi o raio quando o céu todo corisca
e o triângulo engulindo faisca
vi a galáctea branca na galáctea preta
eu vi o dia e a noite se encontrá

eu vi o pai eu vi a mãe eu vi a filha
vi a novilha que é filha da novilhá
eu vi a réplica da réplica da bíblia
na invenção dum cantador de ciência
vi o cordeiro de deus num ovo vazio
fiquei com frio te pedi pra me esquentá

eu via a luz da luz do preto dos seus olhos
quando o sertão num mar de flor esfloresceu
sol parabelo parabelo sobre a terra
gente só morre para provar que viveu
eu vi o não eu vi a bala matadeira
eu vi o cão, fui nos óio e era eu ¹²

Criações linguísticas, neologismos, sertão, duelos, cabra-cega e os muitos cegos participam da faixa *Cego com Cego*¹³, que é uma versão do *Xique-xique*. Qual seria a referência inicial desta canção? Como ela dialoga com o *Sertão*? O *Xique-xique* é uma planta da família das cactáceas, característica das caatingas, cujo caule, espinhoso, é rico em água (MARTINS, 2001). Em *Grande Sertão: Veredas* aparece também a planta cabeça-de-frade, que, segundo *O léxico de Guimarães Rosa* são sócios inseparáveis dos xique-xiques. Assim aparece no livro:

[...] mesmo, não só capim áspero, ou planta peluda como um gambá morto, o cabeça-de-frade pintarroxa, um mandacaru que assustava. Ou o xique-xique espinharol, cobrejando com suas lagartonas, aquilo que, em chuvas, de flor dói em branco. Ou cacto preto, cacto azul, bicho luiz-cacheiro (ROSA, 2006, p. 385).

Já a canção *Xique-xique* começa com a fricção de dois balões, que por si só já é uma performance musical. Há um duelo inicial entre o balão (bexiguinha) e a sanfona que se estende por quase três minutos. Ao começar a dança, o ‘espectador emancipado’, que não é mais indiferente e passivo, como argumenta Rancière em seu livro *O espectador emancipado*, é convidado a viajar primeiramente pelo cenário de *Parabelo*. Fotos de famílias que são representantes universais da passagem do homem pela Terra aparecem em dimensões distintas e tamanhos variados e compõem a dança inicial. Os corpos dos performers entram em cena se movendo como o S proposto por Rosa em sua dimensão *dansante*. Há controle, mas há também individualidade de movimentos que compõem um quadro metafórico e performático do *Sertão*. Encontros e desencontros, companheiros e parceiros inseparáveis como o xique-xique e o cabeça-de-frade encontram-se nas danças e se dispersam para encontrar outros pares que serão deixados, também, para formar novas formas, cores e veredas. Talvez a alegria que mova o *Parabelo* na faixa *Xique-xique* seja distinta daquela do *Sertão* de Rosa, onde muita dor e sofrimento são narrados. Mas é a própria possibilidade de expressão e performance de obra tão bela que poderia estar ligada à alegria da dança, da música e da linguagem artística. Corpos, movimentos, ondas, cores e cortes perpassam pelo cenário, acompanhados inicialmente somente pelas sensações, sem letra, que a canção desperta. São quase quatro minutos de deleite puramente artístico e inúmeras referências. Assim, como o *Sertão* de Rosa é uma experiência da linguagem e da arte, o

Parabelo de Pederneiras é uma experiência do corpo e também de uma transcrição performática.

“Em *Parabelo*, os corpos aparecem tremulantes por meio dos efeitos de uma iluminação que nos fazem lembrar a luz de velas. Os corpos aparecem ilhados em pequenas células de foco. Como efeito, a luz é o princípio ativo de corpo” (GIANNOTTI, 2001, p. 40). Surge então a voz de Arnaldo Antunes. Dura. Forte. Pesada. E as veredas dançantes dão lugar a um bailarino somente que interpreta o cego no duelo do sertão. A música continua com novas vozes, e novos bailarinos entram em cena e performam letra e canção, recriando e reinventando o pai, a mãe a filha e a novilha que observam, do cenário, tudo.

Várias figuras e imagens são criadas através da performance. O *Xique-xique* musical relê, a seu modo, passagens do Sertão de Rosa. *Cantador de Ciençá* nos remete a uma figura emblemática do “Compadre meu Quelemém”, “com toda leitura e suma doutoração” (ROSA, 2006, p. 13) que aparece como espectador, leitor e ator de Riobaldo.

Pela própria invenção de uma perspectiva narrativa na qual o ex-jagunço fala ao letrado presente-ausente na escritura, ocupando este, ao mesmo tempo, a posição do escritor e a do ouvinte-leitor, destinatário-destinador, *Grande Sertão: Veredas* é também um imenso recado, através do qual pende suspensa, entre um e outro, entre a falta da lei e a lei da falta, a pergunta infinita por uma metafísica da Lei que rege o desejo e a violência (WISNIK, 2004, p. 142).

Sem lei, sem ordem, sem amarras: assim se performa o Sertão no palco e na audiência emancipada.

O “cego preso na gaiola da visão”, “cego com cego no duelo do Sertão”, “cego brincando de cabra-cega”, entre muitas outras referências aos cegos e a nós mesmos, são narrados nessa passagem. “Porventura pode um cego guiar outro cego? Não cairão ambos no barranco?” (LUCAS, VI, 39:42). Riobaldo foi cego ao não enxergar o amor de Diadorim? Ao não permitir e se entregar ao amor? Riobaldo encontra-se cego de dor e testemunha sua estória ao *cantador de ciençá* e a nós, leitores, atores e espectadores? Essa faixa resume o existencial humano, literário e rosiano:

Enxergar o cego, no enfrentamento com outro cego, dando um nó cego – e especialmente quando ouvimos isso no âmbito de uma arte tão visual como a dança –, é encontrar uma espécie de grau zero, de ponto de

partida, de olho no olho: ‘Eu vi o não’, cantam os autores, e em seguida ‘eu vi o Cão’, o demônio, e este ‘era eu’. Eu vi o demônio em mim, o mal terrível ou o *daimon* inspirador. É no vazio, naquilo que conhecemos como miséria, como desvalimento – [...] que aparecem sinais luminosos de algo interessante, rico culturalmente (RIBEIRO, 2001, p. 74).

Daimon e inspiração permeiam a arte. Mas há simetria? “Também é rara a simetria ou a perfeição geométrica dos desenhos, rara a sincronicidade exata dos movimentos” (KEHL, 2001, p. 47). Simetria não há. Nem no Sertão, “onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade” (ROSA, 2006, p. 3), nem no palco de *Parabelo*, que utiliza todos os espaços, todos os vazios, todos os momentos, todos os sorrisos, saltos, onomatopeias dançantes. “O sertão imprime um *ethos* severo a essa ordem-desordem de transgressão-norma indiscerníveis” (WISNIK, 2004, p. 143).

“Vi o cordeiro de deus num ovo vazio” é a própria perda da esperança, da religiosidade, da mística que Riobaldo questiona ao longo do livro. Mas é também a força da fé na crença da qual o próprio “terrível” Urutu-Branco não é pactário. Ele, que se tornou chefe da jagunçagem, não quer acreditar que foi privado do convívio de Diadorim pelo cão, pelo não, pela “bala matadeira”.¹⁴

A “réplica da réplica da bíblia” nos remete à dimensão atemporal e mística do *Grande Sertão: Veredas*. O cordeiro de Deus, a religiosidade e a perpetuação das dores e alegrias humanas performam através dos trios e pares do Grupo Corpo na faixa *Cego com Cego*, formados algumas vezes por dois homens e uma mulher, duas mulheres e um homem, só mulheres, só homens, o que cria uma representação da sexualidade enigmática de Diadorim.

Em outra faixa musical intitulada *Uauá*, que é o conjunto luminoso de vagalumes, e que aparece em *Manuelzão e Miquilim*, também como “luzlino, linha de luz, descreve linhas luminosas” que nos remete à iluminação performática dessa faixa e nos lembra das veredas do Sertão. Encontramos também na faixa *Bendegó* a referência *Urubuquaquá no Pinhém*, que é a dança, o jongo; essa dança rural cantada, de origem africana e que difere em sua forma tanto no samba rural quanto em *Parabelo*. E é no Sertão que se conhece essa dança, essa performance,

as possibilidades do bendenguê, dança de negros ao som de cantigas africanas. Talvez aqui quem cante não sejam mais Antunes, Tom Zé, Wisnik, as lavadeiras, os performers, os africanos e o público. Talvez seja a própria voz do Urutu-Branco cantando:

Hei-de às armas, fechei trato
nas Veredas com o Cão.
Hei-de amor em seus destinos
conforme o sim pelo não.
Em tempo de vaquejada
todo gado é barbatão:
deu doideira na boiada
soltaram o Rei do Sertão...
Travessia dos Gerais
tudo com armas na mão...
O Sertão é a sombra minha
e o rei dele é Capitão!... (ROSA, 2006, p. 662)

Assim, o Sertão de Diadorim e Riobaldo são performados em *Parabelo*, em *Xique-xique*, em *Cego com cego* e, também, no texto “*Parabelo: uma performance das veredas do Sertão*”. A questão, portanto, da performance contemporânea é outra – o fazer cultural – essa transcrição, interlocução, intertextualidade e diálogo entre literatura, canção, fazer, agir, *dansar* – e por isso é factível reproduzi-la neste texto:

O centro de interesse do fenômeno [performance], no século vinte, não reside mais na expressão individual ou numa preocupação conceitual, mas principalmente no “fazer cultural”, como aponta Carlson. Pensando assim, a performance pode ser tomada como um conceito amplo pelo qual transitam diversas manifestações artísticas, não só *happenings* ou ações, mas também o teatro, o cinema, a dança, a literatura, as artes visuais, etc. (PEDRON, 2006, p. 31-32).

Assum branco: Diadorim e Riobaldo?

A escrita performática, tomada assim, tem o caráter de problema de conhecimento, por abrir para questões ainda não sistematizadas e que, ao que parece, nunca o serão. Tentar colocar a *performance* – especialmente a escrita performática ou a *performance* escrita – em patamares de teoria abstrata, nos moldes de definições e descrições inclusivas não é o melhor caminho para se pensar a *performance*. A força de postulação, de persuasão e de elaboração que a *performance*

escrita tem não pode ser apreendida, a não ser em seus próprios termos (LEAL, 2012, p. 53).

Na faixa *Assum Branco*, a canção instrumental de Wisnik, com iluminação que nos remete a uma outra dimensão encantada, desperta as emoções de todos os espectadores. Talvez seja essa a parte mais forte e tocante de *Parabelo*. Um casal entra em cena, inebriado pela bruma de sentidos e sensações. Um, somente um solitário, conduz a dança, não há mais um par. Dor, tristeza, culpa e arrependimento dão o tom dessa performance. Um corpo é sempre levado, conduzido e agarrado. O par tenta aprisionar esse corpo que parece não ter mais vida, apesar de continuar sentindo. Esse *pas-de-deux* solitário “apanha o silêncio dum sentimento, feito um decreto” (ROSA, 2006, p. 404).

Uma leitura possível dessa cena nos remete a Diadorim e Riobaldo. Riobaldo sofre por não ter entendido as mensagens de Diadorim, ou as mensagens do Sertão. Ele sofre e testemunha sua dor para um interlocutor que em *Parabelo* somos nós mesmos. Na nossa vontade de que o encontro (impossível) aconteça. Com dor, Riobaldo canta o que se passou nesse espaço existencial que é o Sertão, e que pode ser resgatado na leitura de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira: “Mas Assum Preto, cego dos óio, num vendo a luz, ai, canta de dor”.

Assum Branco e Preto representa o canto de dor e lembrança, além da busca pelo espaço existencial e pelo entendimento:

[...] o sertão, além de construído de maneira não maniqueísta, oscilando entre os eixos semânticos distintos, que o revelam ora como região inóspita, ora quase como uma espécie de paraíso terrestre, [...] é o espaço geográfico onde se realiza a travessia de Riobaldo como jagunço, o espaço existencial onde se efetua sua busca do sentido da vida (MARTINS, 2001, p. 452).

A luz dessa faixa nos transporta para uma dimensão além do Sertão e resgata a vida inventada de Riobaldo e Diadorim. “A iluminação não está a serviço da forma de um absoluto, pois tem vida própria. A iluminação presente nas obras barrocas tem sempre um aspecto teatral, ela dota os corpos inanimados de vida, resgatando-os da obscuridade” (GIANNOTTI, 2001, p. 41). A dança além-mundo, além-vida, regada pela composição de Wisnik (que nesse momento só é instrumental) nos remete à impossibilidade presente no Sertão de Rosa e em todas as relações humanas.

Mas mesmo diante da impossibilidade, Grupo Corpo e nós, continuamos: “ver o que não se pode não ver: talvez fosse mais justo falar assim. Mas mostrar o que não se pode não mostrar é uma tarefa e tanto muito mais dura do que revelar o conhecido” (NESTROVSKY, 2001, p. 85).

Durante a performance silenciosa de *Assum Branco*, encontramos alguns elementos que fazem parte do Sertão rosiano, bem como a letra escondida da música:

Quando ouvi o teu cantar
Me lembrei nem sei do quê
Me senti tão só
Tão feliz tão só
Só e junto de você

Pois o só do meu sofrer
Bateu asas e voou
Para um lugar
Onde o teu cantar
Foi levando e me levou

E onde a graça de viver
Como a chuva no sertão
Fez que onde for
Lá se encontre a flor
Que só há no coração

Que só há no bem-querer
E na negra escuridão
Assum preto foi
Asa branca dói
Muito além da solidão

Wisnik, portanto, recria a dor de Gonzaga em *Asa Branca* e em *Assum Preto*. Mas reinventa ainda a dor de Riobaldo e o sofrimento calado de Diadorim. A performance do Grupo Corpo, agora dançada por apenas um casal, consegue romper os limites da linguagem, tanto do corpo, quanto da palavra, ao expressar os sentimentos “muito além da solidão” nesse Sertão revelado na “negra escuridão”.

O cão e o fim

Foi há mais de quatro anos, a recém. Vésper luzindo, ele cumprira. De repente, morreu: que é quando um homem vem inteiro pronto de suas profundezas. Morreu, com modéstia. Se passou para o lado claro, fora e acima de suave ramerrão e terríveis balbúrdias.

Mas – o que é um pormenor de ausência. Faz diferença? “Choras os que não devias chorar. O homem desperto nem pelos mortos nem pelos vivos se enluta” – Krishna instrui Arjuna, no Bhágavad Gita. A gente morre é para provar que viveu. Só o epitáfio é a fórmula lapidar. Elogio que vale, em si, perfeito único, sumário: João Neves da Fontoura. Alegremo-nos, suspensas ingentes lâmpadas. E: “Sobe a luz sobre o justo e dá-se ao teso coração alegria!” – desfere então o salmo. As pessoas não morrem, ficam encantadas (ROSA, 1967).

Um dos temas mais trabalhados em *Grande Sertão: Veredas* é a morte e a questão de Riobaldo ter ou não sido pactário. Nesse “lugar fora das ideias” esses temas se repetem, circulam e interagem com diversas outras cenas do livro. A canção *Xique-xique* de Tom Zé e Wisnik apresenta duas menções diretas a essas questões: “Eu vi o cão, fui nos óio e era eu” e “A gente só morre para provar que viveu”.

Em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, João Guimarães Rosa presta uma homenagem a Cordisburgo e a seu sertão. Não deixando seu estilo de lado, mas sempre inovando (como é o caso do Grupo Corpo), Rosa escreve o encantamento e a prova que a morte revela. “As pessoas não morrem, ficam encantadas”, seria isso uma referência à própria arte? Referência à Diadorim, encantada nas inúmeras e possíveis leituras do Sertão? Ou a morte é necessária para se provar que viveu? Que amou? Que sofreu? Rosa, três dias após esse discurso na ABL, nos atesta, sem dúvida alguma, que viveu (e, mais importante ainda, que escreveu). Ser ou não ser de carne e osso, de se pegar mesmo, passa a ser uma questão artística, como escreveu Carlos Drummond de Andrade, homenageando Rosa: “João era fabulista, fabuloso, fábula? [...] Ficamos sem saber o que era João e se João existiu, de se pegar” (ANDRADE, 2006, p. 16).

Pactário? “O senhor acha que a minha alma eu vendi, pactário?” (ROSA, 2006, p. 874). Ou “o diabo não há! É o que eu digo, se for... Existe é homem humano?” (ROSA, 2006, p. 875). Travessia. Travessias acontecem na música e na performance cantada por Arnaldo Antunes:¹⁵ imagética

e encantadora. Tudo: canção, cenário, figurino, estória, sertão quer nos movimentar, quer nos guiar pelos bosques e pelas veredas do Suçuarão.

Como terminar? Terminar com a morte, mas representando aquele momento em que tudo passa pela nossa cabeça: experiências, sensações, momentos, encontros, encantos. O coração pulsa, ainda querendo viver, ansioso por continuar.

Xique-xique termina motivada por uma aceleração rítmica: esta aceleração comparece como se sugerisse o aumento das batidas cardíacas de um corpo em estado terminal e anunciasse o fim de uma vida que irá se reconfortar em uma sensação de alívio (PANOROTTO, 2009, p. 72).

“Mas não tem o Outro”. Ao olhar nos “óio”, Riobaldo e a performance percebem que tudo é responsabilidade do próprio sujeito. Tanto o começo, quanto o fim. Arte, dor, sofrimento, amor: tudo “era eu”. O que tem é homem humano mesmo, e sua travessia pelas veredas perigosas e performáticas da vida.

Notas

- ¹ Coreógrafo do Grupo Corpo desde 1978, Rodrigo Pederneiras também já coreografou para o Balé do Theatro Municipal do Rio de Janeiro, o Balé do Teatro Guaíra, o Balé da Cidade de São Paulo e a Companhia de Dança de Minas Gerais. Fora do Brasil: Companhia da Deutsche Oper Berlin (Alemanha), Gulbenkian (Portugal), Les Ballets Jazz de Montréal (Canadá), Stadttheater Saint Gallen (Suíça) e Opéra du Rhin (França). (www.grupocorpo.com.br)
- ² Compositor, cantor, performer, arranjador e escritor, Antônio José Santana Martins nasceu em Irará/Bahia em 1936. (www.tomzeoficial.com.br)
- ³ Nasceu em São Vicente, São Paulo, em 1948. É professor de literatura brasileira na Universidade de São Paulo, pianista, compositor e escritor.
- ⁴ Fundado em 1975, em Belo Horizonte, pelos irmãos Paulo e Rodrigo Pederneiras, o Grupo Corpo estreou em 1976, com *Maria Maria*. Com música original assinada por Milton Nascimento, roteiro de Fernando Brant e coreografia do argentino Oscar Araiz, o balé ficou seis anos em cartaz e percorreu catorze países. Mais informações técnicas e históricas estão disponíveis no site do grupo (www.grupocorpo.com.br).
- ⁵ *Emerê* é uma das faixas do disco de Tom Zé e Wisnik.
- ⁶ De acordo com o autor: “Não se faz mais por uma distinção no interior das maneiras de fazer, mas pela distinção de um modo de ser sensível próprio aos produtos da arte” (RANCIÈRE, 2005, p. 32).

- 7 Um estudo sobre essa adaptação foi feita na tese de doutorado de Maria Cristina Palma Munglioli intitulada *Minissérie Grande Sertão Veredas: Gêneros e temas construindo um sentido identitário de nação*, 2006.
- 8 Fragmento da canção *Xique-xique* de Tom Zé e José Miguel Wisnik. Em uma conversa por e-mail com o Wisnik, ele me contou que essa parte também foi pensada no seguinte contexto: “sobre ‘o cordeiro de Deus num ovo vazio’, é curioso talvez saber uma mensagem cifrada: é que, na época que fazíamos o balé se deu o caso da ovelha Dolly, gerada a partir de uma célula replicada da ovelha-mãe, sem intervenção genética de um macho. Sem desfazer outras leituras, a canção acusava esse acontecimento, em linguagem de cantor, incluindo ‘a réplica da réplica da bíblia / na invenção de um cantador de ciência’”.
- 9 Helena Katz é pesquisadora, professora e coordenadora da faculdade de comunicação e artes do corpo, na PUC-SP, desenvolvendo pesquisas na área de ciências cognitivas, dança e performance.
- 10 De origem francesa – *danser* – já era grafada dessa forma no ano de 1170, de acordo com Houaiss. Já em português, foi escrita com ‘s’ até a primeira reforma ortográfica do século XX, em 1944. Guimarães Rosa, que publicou seus primeiros escritos em 1954, grafou o vocábulo assim: *dansar*. “uns mosquitinhos dansadinhos, tanto de se desesperar” (*Grande Sertão: Veredas*, edição comemorativa, 2015). Em outras edições essa brincadeira foi arrumada. Antônio Risério, em seu livro *Oriki Orixa* (Perspectiva, 2012), explica de forma interessante: “numa conversa, a bailarina *suki* me disse que achava uma contradição escrever “dança” com “ç” e não com “s”, já que o “ç” era uma letra visualmente capenga, desengonçada, enquanto o “s”, em seu desenho sinuoso é uma letra danSarina.”
- 11 Rancière se refere neste trecho ao personagem de Herman Melville.
- 12 Para uma análise linguística desta canção, ver o artigo: “Língua e cultura do Brasil refletidas na música popular”, de Aira Suzana Ribeiro Martins, publicado na Revista *Intercâmbio*, vol. XIII, 2004.
- 13 Faixas musicais de Parabelo, todas de Tom Zé e José Miguel Wisnik, 1997:
 01 Emerê
 02 Emoremê
 03 Assum branco
 04 Baião velho
 05 Uauá
 06 Canudos
 07 Bendegó
 08 Cego com cego
 09 Xique-xique
- 14 De acordo com Wisnik, a bala matadeira remete ao canhão alemão que foi para Canudos.
- 15 Arnaldo Antunes é quem canta a música *Xique-xique*, performada pelo Grupo Corpo.

Referências

ANDRADE, C. D. “Magia do sertão televisivo”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 23 nov. 1985. Entrevista.

ANDRADE, C. D. Um chamado João. In: FERNANDES, R. (Org.). *Quartas histórias: contos baseados em narrativas de Guimarães Rosa*. Rio de Janeiro, Garamond, 2006, p.16. [Poema originalmente publicado no *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 22 nov. 1967, três dias após a morte de Rosa].

CARLSON, M. *Performance: uma introdução crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

COSTA, L. L. *A dansa dos tempos em Grande Sertão: Veredas: História, Literatura, Crítica Literária e Linguagem*. 2012. 272 f. Tese (Doutorado em Estudos Literários) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

GIANNOTTI, M. Reflexões sobre O corpo e o espaço. In: BOGEA, I. (Org.). *Oito ou nove ensaios sobre o Grupo Corpo*. São Paulo: Cosac Naify, 2001. p. 38-45.

GRUPO CORPO. *Parabelo*. Coreografia: Rodrigo Pederneiras. Música: Tom Zé e Zé Miguel Wisnik. 1997.

KATZ, H. *Parabelo*. In: GRUPO CORPO. *Parabelo*. Belo Horizonte: Grupo Corpo, 1997. 1 DVD.

KEHL, M. R. Trapos de nuvens. In: BOGEA, I. (Org.). *Oito ou nove ensaios sobre o Grupo Corpo*. São Paulo: Cosac Naify, 2001. p. 46-53.

LEAL, J. H. G. *Literatura e Performance: Incursões teóricas a partir da escrita literária de Lemebel, Lispector, Prata e Saer*. 2012. 175 f. Tese (Doutorado em Estudos Literários) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

MARTINS, N. S. *O léxico de Guimarães Rosa*. São Paulo: Edusp, 2001.

NESTROVSKY, A. Faca das palmas. In: BOGEA, I. (Org.). *Oito ou nove ensaios sobre o Grupo Corpo*. São Paulo: Cosac Naify, 2001. p. 84-95.

PANAROTTO, D. *Qual sertão, Euclides da Cunha e Tom Zé*. São Paulo: Lume Editor, 2009.

PEDERNEIRAS, R. Entrevista concebida ao Programa Roda Viva. São Paulo: Cultura, 1999.

PEDERNEIRAS, R. Entrevista. In: BARRETO, F. *Grupo Corpo – 30 anos – Uma família brasileira*. Filme. 2006. Distribuidor: RioFilme. 78min.

- PEDRON, D. A. *Um olhar sobre a performatividade na cultura contemporânea: a performance como conceito e a produção artística de Diamela Eltit*. 2006. 173 f. Tese (Doutorado em Estudos Literários) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.
- RANCIÈRE, J. *A partilha do sensível: Estética e política*. Tradução Mônica Costa Netto. São Paulo: Editora 34, 2005.
- RANCIÈRE, J. “Deleuze e a literatura”. *Matraga*, Rio de Janeiro, n. 12, 1999. Disponível em: <<http://www.pgletras.uerj.br/matraga/matraga12/matraga12ranciére.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2016.
- RANCIÈRE, J. *The emancipated spectator*. Translation Gregory Elliot. Verso: London, 2009.
- RAVETTI, G. Narrativas performáticas. In: RAVETTI, G.; ARBEX, M. (Org.). *Performance, exílio, fronteiras: errâncias territoriais e textuais*. Belo Horizonte: Departamento de Letras Românicas, Faculdade de Letras/UFMG; PosLit, 2002. p. 47-68.
- RIBEIRO, R. J. Dificuldades de um leigo. In: BOGEA, I. (Org.). *Oito ou nove ensaios sobre o Grupo Corpo*. São Paulo: Cosac Naify, 2001. p. 68-83.
- ROSA, J. G. Discurso de posse [na sessão de 16 de nov. 1967, na Academia Brasileira de Letras]. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/joao-guimaraes-rosa/discurso-de-posse>>. Acesso em: 19 nov. 2016.
- ROSA, J. G. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- WISNIK, J. M. *Sem receita: ensaios e canções*. São Paulo: Publifolha, 2004.

Relações raciais no Brasil
contemporâneo: uma análise
preliminar da produção em
artigos acadêmicos dos últimos
vinte anos (1994-2013)

Luiz Augusto Campos
Ingrid Gomes

Luiz Augusto Campos

Doutor em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ) e professor na mesma instituição. Coordena, junto com o professor João Feres Júnior, o Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA). Atua na interface entre Sociologia e Ciência Política, com pesquisas sobre relações raciais, mídia e esfera pública, teoria social e teoria política.

Ingrid Gomes

Mestranda em Sociologia no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

Resumo

O tema das relações raciais ocupa um lugar central nas ciências sociais brasileiras desde a sua institucionalização. Nas últimas décadas, porém, a politização da questão deu nova forma à área de estudos. O objetivo deste trabalho é discutir a produção recente das ciências sociais sobre raça a partir dos artigos publicados nos últimos vinte anos (1994-2013) sobre o tema pelas principais revistas acadêmicas nacionais. Apresentamos aqui os resultados preliminares de uma parte da pesquisa que se baseia somente nos textos acadêmicos disponibilizados pelo portal de divulgação científica SciELO.br.

Palavras-chave: Relações raciais. Bibliografia. Brasil. Negros. Ações afirmativas.

Abstract

The racial issue stays in the center of the Brazilian Social Science agenda since its academic institutionalization. In the last decades, however, the growing politicization of race issues reshaped this discipline. This article aims to discuss the social sciences literature about race investigating the academic articles published on the subject in the last two decades (1994-2013). We present here the preliminary results of this research based on the reviews available in SciELO.br, the most important scientific articles database in Brazil.

Keywords: Racial relations, Bibliography. Brazil. Black people. Affirmative actions.

Introdução

Desde os seus primeiros momentos, as ciências sociais brasileiras concederam um lugar de relevo em sua agenda de pesquisa ao tema da raça. Não importa onde localizamos o instante fundador da reflexão sociológica no país, se nos ensaios de Gilberto Freyre, na fundação da Escola Livre de Sociologia por Donald Pierson ou na sociologia produzida pela missão francesa a partir da USP e, depois, por Florestan Fernandes, a questão racial estava no centro das preocupações de todos esses pais fundadores. Isso se deve não apenas ao fato de o Brasil ser caracterizado desde o século XIX como um privilegiado “laboratório racial” (SCHWARCZ, 1994), mas também à preocupação das elites de então em formar uma nação homogênea a partir da heterogeneidade racial que marcava nossa população.

Por esses e outros motivos, o campo de estudos sobre as relações raciais¹ está entre os mais antigos, prolíficos e reconhecidos das ciências sociais brasileiras. Mas o fato de o campo ser tão tradicional não é sinônimo de imutabilidade. Os estudos sobre relações raciais no Brasil passaram por diferentes fases e conflitos internos. Nada se compara, porém, às últimas décadas, quando o advento das ações afirmativas raciais suscitou uma enorme polêmica pública que envolveu vários setores da sociedade, dentre eles, as ciências sociais. Não é nosso objetivo aqui discutir a polêmica em torno das cotas, o que foi feito em outra oportunidade (CAMPOS, 2013a). Importa destacar somente como ela chacoalhou a sociologia das relações raciais, fomentando fortes antagonismos entre estudiosos que antes partilhavam de concepções próximas (CAMPOS, 2012). Ademais, a implementação das cotas remodelou a agenda de pesquisa desse campo, concentrando um enorme número de pesquisas ao seu redor (FERES JÚNIOR; OLIVEIRA; DAFLON, 2007).

Quase duas décadas separam os primeiros debates estatais em torno das ações afirmativas raciais – especificamente o seminário “Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos”, organizado pelo Departamento dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça em 1996 – e a aprovação da Lei 12.711 em 2012, que impôs políticas de cotas sociais e raciais a todas as instituições federais de ensino. Durante esse ínterim, as ações afirmativas se difundiram por mais de 70% das universidades federais e 80% das

estaduais, foram chanceladas por unanimidade pelo Supremo Tribunal Federal e adotadas pelo governo federal em esferas diversas. Tudo isso contribuiu para reduzir a polemicidade do tema. Contudo, pouco se sabe dos impactos dessas controvérsias públicas na agenda, nos métodos, no conceituário e nas abordagens das relações raciais no Brasil.

Este trabalho faz parte de uma pesquisa maior, que objetiva mapear as características principais da bibliografia sobre raça e racismo produzida pelas ciências sociais brasileiras entre 1994 e 2013. Para tal, tomamos como base as publicações sobre a questão presentes nas principais revistas acadêmicas das ciências sociais brasileiras. Embora a produção de artigos não esgote a gigantesca literatura sobre raça, ela pode ser lida como uma amostra, em alguma medida representativa, das tendências teóricas, metodológicas e temáticas reconhecidas dentro desse campo. Neste trabalho discutiremos os resultados preliminares da pesquisa que incluem somente os textos do universo estudado disponibilizados pelo portal SciELO.br.

O que se segue está dividido em cinco seções. A primeira faz um breve sobrevoo pelos principais paradigmas de interpretação das relações raciais no Brasil com o intuito de destacar como eles fornecem um pano de fundo geral de interpretação dos dados da pesquisa. Na segunda seção, descrevemos os critérios metodológicos utilizados na pesquisa, tanto para definir os limites do *corpus* (textos incluídos, revistas consideradas etc.), quanto às técnicas de processamento desses textos. Em seguida, discutimos os dados obtidos até o presente momento. Finalmente, delineamos considerações gerais sobre o passado recente e o futuro da pesquisa social em relação às questões raciais brasileiras.

Paradigmas de interpretação da questão racial

A despeito das nuances, as revisões bibliográficas convergem quando traçam fronteiras entre os diversos paradigmas de interpretação da questão racial no Brasil (GUIMARÃES, 1999a; MOTTA, 2000; TELLES, 2003, p. 19-22). Antes de passar para a discussão deles, é preciso destacar que a noção clássica de “paradigma” é empregada aqui propositadamente de modo impreciso. Notabilizada pela obra do historiador da ciência, Thomas

Kuhn, a noção de paradigma buscou estabelecer um modelo de explicação das revoluções científicas com base na ideia de que elas ocorriam em processos cíclicos de formação e crise de matrizes disciplinares razoavelmente consensuais, baseadas em soluções exemplares de problemas científicos e a partir das quais problemas de pesquisa são formulados e novos experimentos são executados (KHUN, 1962). Kuhn manifestou vários receios em relação à aplicação dessa ideia de paradigma às ciências humanas, que na sua opinião seriam “pré-paradigmáticas” (KHUN, 1991). Por outro lado, é preciso notar, o uso que o autor fez da categoria é, em si, razoavelmente impreciso, o que abriu margem para que Margaret Masterman (1970) detectasse dezenas de definições distintas para o termo apenas em *The structure of scientific revolutions* (KHUN, 1962).

Ao utilizar aqui a noção de paradigma não queremos defender a sua aplicabilidade às ciências sociais ou entrar no complexo debate sobre o conceito. Usamos tal noção apenas para fazer referência à existência de enquadramentos sociológicos para a questão racial brasileira, que buscam resolver alguns problemas de pesquisa suscitados em determinados momentos, informam pesquisas ulteriores, partilham determinadas premissas e, por isso, constituem uma dada interpretação da nossa questão racial.

Um primeiro “paradigma” de interpretação das relações raciais, nesse sentido, se refere ao momento pré ou protossociológico e englobaria os ensaios sobre a questão racial no Brasil durante o fim do século XIX e início do XX, de Gobineau a Oliveira Vianna, todos fortemente influenciados de uma visão biológica e hierárquica das raças (SCHWARCZ, 1993). Essa é a fase marcada por aquilo que Kenan Malik denominou “consenso racista vitoriano” (MALIK, 1996), cuja premissa fundamental era que o comportamento humano seria determinado por suas heranças biológicas distintas, de acordo com os diferentes grupos raciais. Mais do que isso, tais ensaios buscavam resolver o “problemático” caráter miscigenado e, portanto, impuro da nossa população, mormente a partir de políticas de embranquecimento demográfico. Podemos chamá-lo, portanto, de *paradigma do racismo científico*.

Um segundo momento surge a partir da década de 1920 e da paulatina separação teórica entre raça e cultura, operada aqui de forma embrionária² no trabalho seminal de Gilberto Freyre (2003) a partir do legado das teorias antropológicas de Frantz Boas (2004). Nesse cenário, a miscigenação

racial deixa de ser vista como um obstáculo à integração do país para se tornar a principal via de homogeneização nacional. Ganham maior espaço nesse paradigma as perspectivas mais críticas da noção biológica de raça, como é o caso das teorias de Manoel Bonfim (1999), e mais simpáticas ao caráter mestiçado de nossa população nacional. Chamamos esse enquadramento aqui de *paradigma da hibridação racial*.

A realização do projeto Unesco no Brasil no início dos anos 1950 é frequentemente apontada como um desdobramento do paradigma da hibridação racial, mas também como o início de sua crise. Apesar de motivadas por uma visão “freyreana” da questão racial, as pesquisas patrocinadas pela Unesco começam a inventariar etnograficamente práticas racistas presentes na sociedade brasileira. Ainda que a transição paradigmática aqui tenha sido mais lenta, pode-se falar em um novo olhar sobre a questão racial a partir das pesquisas ligadas ao Projeto e lideradas por Florestan Fernandes (1965). Em vez de enfatizar a suposta harmonia racial que reinaria no Brasil, os membros dessa etapa paulista do Projeto Unesco se dedicarão a denunciar o racismo entranhado em nossas desigualdades sociais, racismo classificado como uma sobrevivência pré-moderna do Brasil escravocrata (MAIO, 1999). Podemos falar aqui de um *paradigma do racismo enquanto sobrevivência*.

A quarta e última etapa emerge das críticas de Carlos Hasenbalg (1979) e Nelson do Valle Silva (1978) ao paradigma florestaniano da modernização a partir de pesquisas estatísticas que indicavam, no fim da década de 1970, a persistência das desigualdades raciais depois da rápida industrialização do Brasil. A premissa básica desses autores, incorporada por muitos outros cientistas sociais até mais recentemente (HENRIQUES, 2001; RIBEIRO, 2006; SOARES, 2000), defende ser possível atestar a persistência e pervasividade do racismo no Brasil moderno a partir de análises de mobilidade social. Valendo-se de extensas pesquisas demográficas, tais autores comparam as taxas diferenciais de mobilidade social de pessoas autodeclaradas brancas com aquelas dos autodeclarados pretos e pardos e, quase sempre, concluem que há uma vantagem substantiva para os brancos, mesmo quando isolamos metodologicamente a classe de origem. Chamo este momento de *paradigma das desigualdades raciais*.

Embora não se deva ler essa tipificação de modo evolucionista, é possível dizer que há alguma cumulatividade nessa produção sociológica sobre a

questão racial. Evidência disso é o relativo consenso sobre a persistência do racismo no Brasil industrial a partir da quarta fase da tipologia supra-citada. Mesmo autores ligados à terceira fase, como Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni, reconhecem, em momento posterior, as falhas da teoria da modernização (CARDOSO, 2000). E pelo menos até a década de 1990, pesquisadores que buscaram atualizar as visões freyrianas sobre a questão racial, como Roberto DaMatta e Peter Fry, não negavam a difusão da discriminação e sua importância para nossa estrutura social (cf. DAMATTA, 1990; FRY, 2001).

Apesar de ser um dos campos mais produtivos das ciências sociais nacionais, as conclusões dos estudos sobre raça e racismo sempre tiveram dificuldades de penetrar no debate público brasileiro, sobretudo a partir do terceiro paradigma. Esse diagnóstico era feito já em 1960 por Florestan Fernandes, que contrastava o descompasso entre a maturidade dos estudos sobre raça e racismo no Brasil e a imaturidade do debate público sobre o tema (FERNANDES, 1960). Desde a década de 1980, porém, as demandas por inclusão racial passam a ser lentamente consideradas pelo Estado, em grande medida graças à pressão do movimento negro que então se rearticulava e ao processo de abertura institucional existente no país (GUIMARÃES, 2007). Paralelamente, começa a mudar nesse momento a postura das agências internacionais como a ONU em relação às desigualdades raciais no Brasil. De país-modelo da harmonia racial na década 1940, tais agências passam a cobrar do país posturas mais enérgicas para a diminuição das renitentes desigualdades raciais (ALVES, 2002). Esse processo tem um de seus ápices quando o governo Fernando Henrique Cardoso organiza em 1996 um seminário para discutir soluções para as desigualdades raciais brasileiras (cf. SOUZA, 1997). Esse ano marca uma inflexão nos estudos sobre raça no Brasil, na medida em que traz à tona as divisões latentes na academia nacional sobre a questão.

O seminário buscava debater em que medida as ações afirmativas raciais poderiam ser uma solução para as desigualdades raciais aqui, e revelou as discórdias entre os intelectuais convidados. Mesmo que todos eles destacassem em seus discursos o caráter racista de nossa estruturação racial, pesquisadores como Carlos Hasenbalg, George Reid Andrews e Antônio Sérgio Guimarães pareciam mais simpáticos à adoção de ações afirmativas para os negros (cf. SOUZA, 1997), enquanto Jessé Souza, Roberto

DaMatta, Fábio Wanderley Reis, dentre outros, destacavam as incompatibilidades desse tipo de solução e a realidade local (cf. SOUZA, 1997).

Embora o Seminário não tenha gerado nenhuma resolução ou encaminhamento unívoco, Fernando Henrique Cardoso declarou publicamente anos depois que apoiaria a instituição de ações afirmativas raciais no Brasil. À época, uma grande polêmica pública se criou em torno do tema, ainda que o governo não tivesse, a rigor, implantado quase nenhuma política pública nesse sentido. Talvez uma exceção tenha sido o programa “Diversidade na Universidade”, sancionado em novembro de 2002, alguns meses antes do fim do governo Fernando Henrique, que conferiu grande autonomia para que as universidades públicas implantassem ações afirmativas para afrodescendentes. Mas somente no governo Lula, e ainda assim por iniciativa autônoma de algumas universidades estaduais e federais, é que cotas raciais foram adotadas no ensino superior (FERES JÚNIOR; DAFLON; CAMPOS, 2011).

Como já foi dito, os cientistas sociais se envolveram ativamente na controvérsia em torno das cotas raciais. Mais importante ainda: afinidades teóricas e perspectivas foram rompidas com o advento da questão, o que colocou em polos opostos autores que outrora partilhavam visões sobre o assunto (CAMPOS, 2012). Contudo, passados mais de dez anos de debate em torno do tema e após o arrefecimento da polêmica pública, pouco sabemos sobre os impactos gerais desse processo de politização da questão racial no período. Para produzir um retrato dessas modificações, delineamos a seguir as principais orientações metodológicas que nortearam a pesquisa.

Metodologia

Para revisar a bibliografia sociológica recente em torno da questão racial no Brasil, é preciso contornar alguns obstáculos metodológicos. Em primeiro lugar, trata-se de um campo disciplinar extremamente produtivo. Uma estimativa preliminar sugere que o *corpus* abrangerá cerca de 500 textos no total, o que dificultaria uma revisão pormenorizada de cada um deles. Para contornar essa dificuldade, atrelamos à leitura e à análise qualitativa desse material algumas técnicas de análise quantitativa do conteúdo linguístico assistidas por computador (CAQDAS, na sigla inglesa).

Além de poupar tempo e recursos, essa combinação de técnicas possibilitou uma revisão longitudinal da bibliométrica mais acurada dessa literatura.

Para definir, entre as revistas acadêmicas, quais delas deveriam compor o recorte de pesquisa, recorreremos à classificação promovida pelo sistema Qualis-CAPES, que ranqueia as revistas científicas brasileiras de acordo com diferentes critérios de periodicidade e impacto bibliográfico. Cada revista é avaliada por um comitê de área especializado. Levamos em conta as classificações produzidas pelos comitês de área das três disciplinas que compõem as ciências sociais em sentido estrito: sociologia, ciência política e antropologia.³ Incluímos no recorte apenas os periódicos brasileiros em português, avaliados por ao menos um dos três comitês com a maior nota (A1) no triênio 2010-2012,⁴ quando a pesquisa foi iniciada. Dezesesseis revistas se encaixaram nesses critérios e todas disponibilizam, em média, 70% de seus fascículos no portal virtual de acesso livre a publicações acadêmicas da Scientific Library (SciELO), site que foi resultado de um projeto de pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), em parceria com o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme). Embora a pesquisa continue em curso e pretenda, em uma segunda etapa, incluir no universo os textos não disponíveis no SciELO, este artigo considera apenas os periódicos e períodos presentes no portal.

A Tabela 1 contém a lista das revistas incluídas no recorte, acompanhada do número de fascículos presentes no SciELO e da quantidade de artigos sobre raça publicados por elas no portal. Num total de 909 fascículos incluídos no recorte, a base já compilou 680 (74%). Foram analisados 540 fascículos, o que corresponde a 79% do total disponibilizado pelo SciELO e 59% do recorte total. Os textos foram filtrados em duas etapas. Em um primeiro momento, se levaram em conta todos aqueles que tinham palavras-chave como “raça”, “racial”, “racismo”, “etnia”, “étnico”, “negro”, “mestiço”, “pardo”, “preto” etc. Num segundo momento, o montante de textos obtidos foi filtrado a partir da leitura dos seus resumos. As variáveis foram codificadas tanto a partir dessa leitura do resumo quanto a partir de uma leitura diagonal das suas introduções e conclusões. Na última coluna da Tabela 1, está a quantidade de textos sobre o tema encontrada em cada periódico.

Uma vez compilados os textos, formou-se uma base de dados computando informações como: título de cada texto; nome, disciplina e instituição de seus autores ou autoras; revista em que saiu publicado; data de publicação etc. Em seguida, passou-se a uma análise mais pormenorizada de cada artigo, visando estabelecer: a centralidade da discussão sobre raça; o subtema da pesquisa (ações afirmativas, categorias de classificação racial, desigualdade racial, cultura negra etc.); o modo como a questão racial é abordada (de forma teórica, empírica etc.); o método de pesquisa predominante (análise do discurso, entrevistas em profundidade, *survey*, etnografia etc.); as categorias raciais utilizadas para denominar os “não brancos” (preto, negro, pardo, moreno, mulato etc.); bibliografia citada etc.

TABELA 1 – Lista de periódicos incluídos no recorte e no *corpus* analisado

Revista	Instituição	Ano de inclusão no SciELO	Fascículos publicados (1993-2013)	Fascículos no SciELO (1993-2013)	% Fascículos no SciELO (1993-2013)	Artigos sobre raça no SciELO
Caderno CRH	UFBA	2007	60	23	38%	11
Cadernos Pagu	UNICAMP	2001	40	26	65%	47
Dados	IESP-UERJ	1996	79	68	86%	28
História, Ciências, Saúde-Manguinhos*	FIOCRUZ	1994	83	83	100%	*
Horizontes Antropológicos	UFRGS	1999	38	30	79%	31
Lua Nova	USP	1984	62	62	100%	12
Mana	MN-UFRJ	1996	39	38	97%	28
Novos Estudos	CEBRAP	2005	60	26	43%	10
Opinião Pública	UNICAMP	2000	38	28	74%	4
Religião & Sociedade	ISER	2007	40	14	35%	8
Revista Brasileira de Ciências Sociais	ANPOCS	1997	62	50	81%	19
Revista Brasileira de Política Internacional	IBRI	1997	45	37	82%	4
Revista de Antropologia*	USP	1997**	37	21	57%	*
Revista de Sociologia e Política	UFPR	1999	50	39	78%	9
Revista Estudos Feministas*	UFSC	2001	50	36	72%	*
Sociedade e Estado	UnB	2000	48	34	71%	13
Sociologias	UFRGS	2000	34	31	91%	14
Tempo Social	USP	1997	44	34	77%	28
			$\Sigma = 909$	$\Sigma = 680$	$\mu = 74\%$	$\Sigma = 266$

* O *corpus* utilizado nas análises deste artigo não considerou essas revistas.

** Indexação do periódico no SciELO foi interrompida em 2007.

Fonte: elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelas revistas.

O perfil dos textos sobre raça

Dos 266 artigos que compõem o *corpus* analisado neste trabalho, quase a metade (46,8%) não tem a questão racial como seu tema principal. Isto quer dizer que ela foi discutida ou como uma questão central do texto, ainda que não a principal (20,7%), ou como uma questão secundária (36,1%). Vale notar que esses percentuais não variam muito no tempo, o que indica que a distribuição do interesse dentro do rol de artigos pelo tema é razoavelmente regular no período.

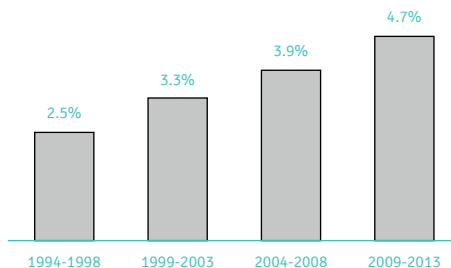
TABELA 2 – Quantidade de artigos de acordo com a centralidade da questão racial

	N	%
O tema principal	115	43,2%
Uma questão central	55	20,7%
Uma questão secundária	96	36,1%
TOTAL	266	100%

Fonte: os autores.

Contudo, quando comparamos a participação dos artigos sobre a questão racial em cada período no rol geral de artigos disponibilizados pelas respectivas revistas no SciELO, sem distinguir se a questão é tratada como tema principal ou marginal do texto, vemos um incremento substantivo, conforme indica o Gráfico 1. Se entre 1994 e 1999 as revistas publicaram no total cerca 2,5% de seus artigos sobre o tema, este percentual cresce regularmente até alcançar quase o dobro disso (4,7%) no quinquênio 2009-2013:

GRÁFICO 1 – Quantidade de artigos sobre o tema de acordo com o período de publicação



Fonte: os autores.

Ao que tudo indica, o interesse sobre a questão racial cresceu de forma regular no período analisado, do mesmo modo que cresceu a proporção de textos nos quais o tema pelo menos é considerado em meio a outras discussões. Embora tal crescimento possa ser explicado pela maior politização e publicização da questão racial no período analisado, devido em grande monta ao debate em torno das ações afirmativas, ele não pode ser totalmente explicado pelo incremento nos textos sobre esse subtema em específico. Ao que parece, o debate em torno dessas políticas de inclusão incentivou a publicação de textos sobre a questão racial de modo geral e não apenas sobre as políticas em si. Isso fica mais evidente quando analisamos os subtemas explorados nos textos considerados, conforme indica a Tabela 3:

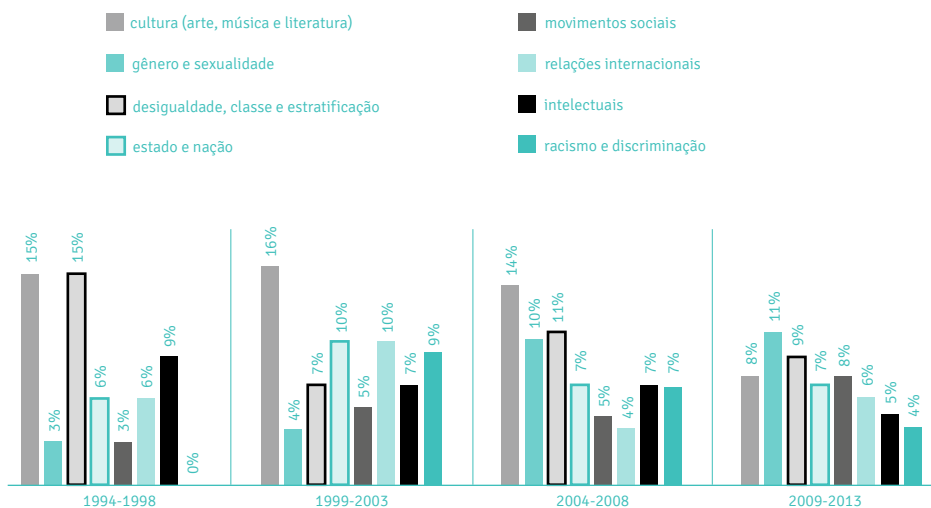
TABELA 3 – Quantidade de artigos de acordo com o subtema do texto

Subtemas	N	%
Cultura (arte, música e literatura)	83	31,2%
Gênero e sexualidade	64	24,1%
Desigualdade, classe e estratificação	61	22,9%
Estado e nação	54	20,3%
Movimentos sociais	44	16,5%
Relações internacionais	44	16,5%
Intelectuais	44	16,5%
Racismo e discriminação	41	15,4%
Direito, justiça e fluxo judiciário	30	11,3%
Educação	28	10,5%
Mercado de trabalho	27	10,2%
Migrações	27	10,2%
Democracia, política e eleições	26	9,8%
Território e segregação	22	8,3%
Ações afirmativas	21	7,9%
Religiosidades	20	7,5%
Ciências naturais (biologia, genética etc.)	16	6%
Comunidades tradicionais (quilombos)	14	5,3%
Violência e segurança	11	4,1%
Classificações raciais	10	3,8%
Mídia e imprensa	9	3,4%
Saúde	8	3%
Elites econômicas	7	2,6%
Outro	4	1,5%
TOTAL	266	100%

Fonte: os autores.

O tema das ações afirmativas raciais foi discutido em 8% dos textos do *corpus*, mas ainda assim, aparece como o 15º subtema mais discutido. Os temas mais discutidos foram questões que conectavam raça e expressões culturais (31,2%), raça com questões de gênero e/ou sexualidade (24,1%) e os estudos de classe, estratificação e desigualdade (22,9%). Ou seja, embora a proporção de textos sobre a questão racial tenha crescido no período coetâneo à controvérsia das cotas, isso não pode ser atribuído unicamente à multiplicação de textos especificamente sobre ações afirmativas. Para melhor entender os efeitos da polêmica em torno das cotas sobre o temário dos estudos sobre relações raciais, o Gráfico 2 apresenta a proporção de artigos de cada um dos oito subtemas mais recorrentes em cada um dos quatro quinquênios que compõem o recorte:

GRÁFICO 2 – Quantidade relativa de artigos de acordo com subtemas mais recorrentes em cada um dos quatro períodos



Fonte: os autores.

Como é possível notar, os textos sobre as relações entre raça e expressões culturais ainda continuam centrais no campo, mas vêm perdendo importância à medida que o tempo passa. No último quinquênio (2009-2013), textos sobre cultura deixam de aparecer no topo do ranking de subtemas. Algo semelhante aconteceu com os estudos sobre estratificação social, que também permanecem tendo grande participação no *corpus*, porém decrescem em participação relativa à medida que o tempo avança. Um subtema que cresce de forma consistente em termos de importância no período analisado são os estudos que interseccionam questões de gênero e raça. Merece destaque, também, a evolução dos estudos sobre racismo e discriminação. Praticamente inexistentes nas revistas publicadas entre 1994 e 1998, a categoria aparece dentre os subtemas mais abordados entre 1999 e 2003. Todavia, tais estudos vêm decrescendo regularmente, correspondendo a apenas 4% no último quinquênio. De modo geral, também é possível notar, pelo Gráfico 2, uma pulverização temática maior nos estudos sobre relações raciais. Se no período entre 1994 e 1998 havia uma concentração em dois polos, estudos de estratificação e estudos de expressões culturais, a distribuição entre os subtemas é mais equânime no quinquênio mais recente.

Ao que parece, a clássica polarização detectada por Andreas Hofbauer (2006) entre uma sociologia das relações raciais e uma antropologia da racialização vem perdendo espaço no campo. Segundo o autor, houve durante as décadas de 1980 e 1990 uma oposição latente entre, de um lado, os sociólogos que costumavam tomar a raça como uma variável independente e explicativa da persistência das desigualdades sociais no Brasil, e, de outro lado, os antropólogos que tomavam a raça como variável dependente para mostrar a complexidade dos processos de formação das clivagens culturais no país. Ao que parece, se tal divisão ajuda a explicar as profundas discordâncias do campo em relação às cotas raciais, ela parece ter perdido centralidade acadêmica com o avanço do tempo. Embora não seja suficiente para confirmar tal hipótese, uma observação mais detida dos tipos de textos publicados sobre a questão talvez ajude a esclarecê-la. A Tabela 4 mostra a distribuição dos artigos do *corpus* de acordo com o cruzamento entre o tipo de discussão que ele faz (baseada em dados empíricos, ensaística, teórica ou conceitual, histórica etc.) e o tipo de pesquisa na qual ele se baseia.

TABELA 4 – Quantidade de artigos de acordo com o tipo de pesquisa e métodos presentes no texto

Método Tipo de Pesquisa	Análise bibliográfica	Observação participante	Análise de dados secundários	Análise de discurso	Entrevistas em profundidade	Survey	TOTAL
Empírica	-	18%	12,4%	6,4%	5,3%	3%	120 (45,1%)
Ensaística	27,8%	-	0,4%	1,5%	0,8%	0,4%	82 (30,8%)
Teórica ou conceitual	14,3%	1,9%	1,9%	1,1%	0,4%	0,4%	53 (19,9%)
Histórica	9,8%	1,5%	1,1%	5,6%	-	-	48 (18%)
Resenha	1,9%	-	-	-	-	-	5 (1,9%)
TOTAL	129 (48,5%)	48 (18%)	36 (13,5%)	31 (11,7%)	14 (5,3%)	8 (3%)	266 (100%)

Fonte: os autores.

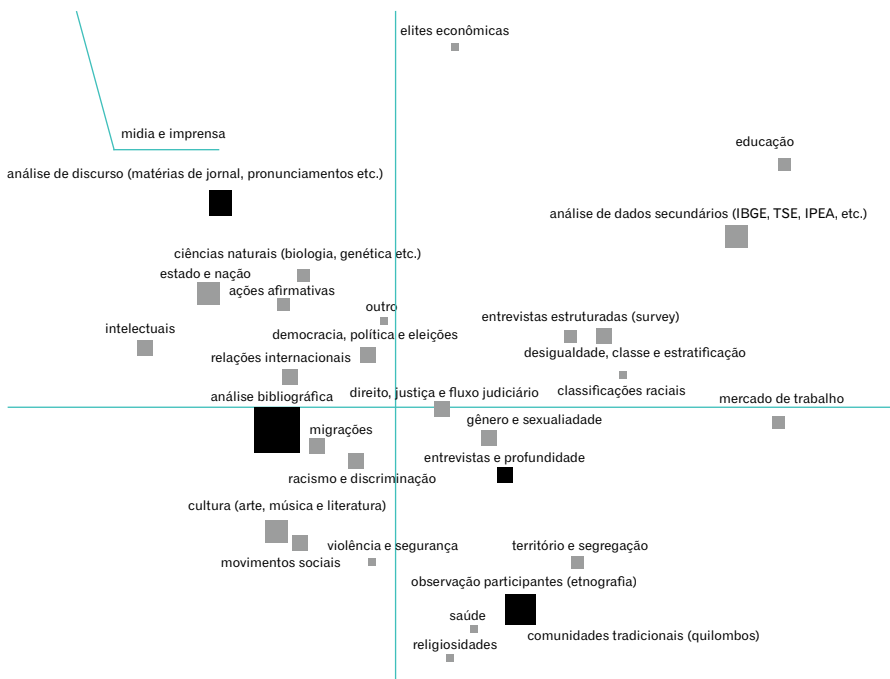
No eixo vertical (tipo de pesquisa), podemos notar a predominância de textos baseados em pesquisas empíricas e ensaios sobre o tema. Há uma preponderância de ensaios que se baseiam mormente em análises bibliográficas, que correspondem no total a 27,8% do *corpus*. Em segundo, aparecem as pesquisas empíricas que se utilizam da observação participante, correspondendo a 18% dos textos e, em terceiro, estão as discussões estritamente teóricas, com 14,3%. Em seguida, aparecem as pesquisas empíricas baseadas em análises de dados secundários, correspondentes a 12,4%, e pesquisas históricas baseadas em análises bibliográficas, que correspondem a 9,8%.

Não deixa de surpreender a preponderância de ensaios bibliográficos. Contudo, embora pesquisas sobre a produção das ciências sociais brasileiras sejam embrionárias, elas indicam haver uma preponderância de ensaios bibliográficos nas ciências sociais brasileiras como um todo (MELO, 1999; SOARES, 2005). Assim, essa característica do campo de estudos em relações raciais não lhe seria peculiar. Vale notar, porém, que este cenário vem se modificando. Textos baseados em análises de dados secundários (predominantemente quantitativos) correspondiam a 9% dos textos publicados entre 1994-1998, a 10,6% entre 1999-2003 e a 6,8% entre 2004-2008. No último quinquênio, contudo, esse percentual duplicou a média anterior, correspondendo a 20%. Já os textos baseados essencialmente em análises bibliográficas correspondiam a 63% do *corpus* no primeiro quinquênio, 62% no segundo e 55,7% no terceiro. No último, porém, esse percentual caiu para 37%, indicando uma menor centralidade desse modo de discutir a questão. Já o percentual de publicações baseadas em observação participante se manteve quase constante no período, oscilando em torno de 20%.

Há aqui alguns sinais de uma mudança importante do campo de estudos. Em primeiro lugar, o percentual de textos baseados em pesquisas empíricas mais do que dobrou, indo de cerca de 18%, entre 1994-1998, a 55%, entre 2009-2013. Paralelamente, o percentual de textos ensaísticos decresceu sensivelmente, indo de 63% em 1994-1998 para pouco menos de 26% em 2009-2013.

Há também uma associação entre os subtemas dos estudos das relações raciais e determinados métodos de pesquisa. O Gráfico 3 apresenta uma análise das correspondências entre essas duas variáveis. Embora não possamos discutir em detalhe como esse tipo de análise se constrói,⁵ basta considerar que, quanto mais próximo em termos relativos um quadro claro (referente aos subtemas) está de um quadrado cinza escuro (referente a um método), maior a quantidade de textos sobre o referido subtema que utiliza o respectivo método.

GRÁFICO 3 – Análise de Correspondências Simples entre método de pesquisa presente no texto e seus subtemas



Fonte: os autores.

A *análise de correspondências* acima permite inferir que há uma grande associação entre pesquisas sobre saúde, religiosidades, comunidades tradicionais, território e segregação e as técnicas de observação participante. Por outro lado, textos sobre expressões culturais, movimentos sociais, migrações, racismo e discriminação e relações internacionais tendem a se basear mais em análises bibliográficas. Artigos sobre gênero e sexualidade, por seu turno, costumam se basear comparativamente mais em entrevistas em profundidade. Estudos sobre estratificação, educação, classificações raciais e mercado de trabalho tendem a combinar dados de *surveys* e dados secundários de bases constituídas. E como era de se esperar, estudos da relação entre raça e mídia se baseiam mais em análises de discurso.

O perfil de quem publica os textos sobre raça

A maior pluralidade no âmbito temático e metodológico parece vir acompanhada de uma maior pluralidade de cientistas sociais que publicam sobre a questão racial. No total, 271 cientistas sociais publicaram textos que ao menos consideraram a questão racial. Note-se que existem mais autores do que textos publicados, o que é explicado pelo crescente número de artigos redigidos em coautoria. A Tabela 5 mostra a lista de autoras e autores que publicaram ao menos dois textos discutindo a questão, ainda que de forma secundária. Dentre os nomes que mais publicaram artigos de acordo com nosso destaque, os mais prolíficos foram Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (USP), Carlos Antonio Costa Ribeiro (IESP-UERJ), Marcos Chor Maio (FIOCRUZ), Ricardo Ventura Santos (MN-UFRJ), João Feres Júnior (IESP-UERJ), José Alcides Figueiredo Santos (UFJF), Livio Sansone (UFBA) e Loïc Wacquant⁶ (UCLA).

TABELA 5 – Quantidade de artigos por autor*

Nome	N	%
Antonio Sérgio Alfredo GUIMARÃES	7	2,6%
Carlos Antonio Costa RIBEIRO	5	1,9%
Marcos CHOR MAIO	5	1,9%
Ricardo Ventura SANTOS	5	1,9%
João FERES JÚNIOR	4	1,5%
José Alcides Figueiredo SANTOS	4	1,5%
Livio SANSONE	4	1,5%
Loïc WACQUANT	4	1,5%
Adriana PISCITELLI	3	1,1%
Carlos A. GADEA	3	1,1%
Giralda SEYFERTH	3	1,1%
Laura MOUTINHO	3	1,1%
Osmundo PINHO	3	1,1%
Oswaldo TRUZZI	3	1,1%
Petrônio DOMINGUES	3	1,1%
Ari Pedro ORO	2	0,8%
Doug MCADAM	2	0,8%
Fátima CECCHETTO	2	0,8%
Graziella Moraes Dias da SILVA	2	0,8%
Helga GAHYVA	2	0,8%
Isadora Lins FRANÇA	2	0,8%
Jessé SOUZA	2	0,8%
João Pacheco de OLIVEIRA	2	0,8%
José Maurício ARRUTI	2	0,8%
Lucio RENNÓ	2	0,8%
Luiz Augusto CAMPOS	2	0,8%
Márcia LIMA	2	0,8%
Marcio GOLDMAN	2	0,8%
Márcio MACEDO	2	0,8%
Margarete Fagundes NUNES	2	0,8%
Marília Pinto de CARVALHO	2	0,8%
Michael KENT	2	0,8%
Muryatan Santana BARBOSA	2	0,8%
Olivia Maria Gomes da CUNHA	2	0,8%
Rogério da PALMA	2	0,8%
Sergio COSTA	2	0,8%
Sidney TARROW	2	0,8%
Simone MONTEIRO	2	0,8%
Verlan Valle GASPARG NETO	2	0,8%
Wolfgang DÖPCKE	2	0,8%

* Foram considerados apenas os autores com mais de um artigo.

Fonte: os autores.

A despeito da pluralidade de cientistas sociais que publicam sobre a questão no recorte, há uma relativa concentração desses autores em determinados centros de pesquisa. Apenas a Universidade de São Paulo concentra 9% de toda produção do período. Somados, os textos publicados por cientistas sociais da USP, UFRJ, UNICAMP, UFBA, UFMG, UnB, UERJ e UFRGS perfazem 40% do *corpus*. E, embora tenha caído lentamente entre 1994 e 2008, tal percentual voltou a subir entre 2009 e 2013, o que pode indicar uma reconcentração da produção sobre o tema nessas instituições.

TABELA 6 – Quantidade de artigos de acordo com a universidade do autor*

Instituição	N	%
Universidade de São Paulo	24	9%
Universidade Federal do Rio de Janeiro	18	6,8%
Universidade Estadual de Campinas	16	6%
Universidade Federal da Bahia	11	4,1%
Universidade Federal de Minas Gerais	11	4,1%
Universidade de Brasília	9	3,4%
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	9	3,4%
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	8	3%
Universidade Federal de Juiz de Fora	5	1,9%
Universidade Federal de Sergipe	5	1,9%
Universidade Federal de Santa Catarina	4	1,5%
Universidade Federal de São Carlos	4	1,5%
Universidade Federal Fluminense	4	1,5%
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	3	1,1%
Universidade de Chicago	3	1,1%
Universidade Candido Mendes	2	0,8%
Universidade da Califórnia	2	0,8%
Universidade de Harvard	2	0,8%
Universidade de Manchester	2	0,8%
Universidade de Princeton	2	0,8%
Universidade de Wisconsin	2	0,8%
Universidade do Vale do Rio dos Sinos	2	0,8%
Universidade Estadual Norte Fluminense	2	0,8%
Universidade Federal de São Paulo	2	0,8%
Universidade Livre de Berlim	2	0,8%

* Foram consideradas apenas as instituições com mais de uma ocorrência.
Fonte: os autores.

Outro dado que ajuda a entender a forma contemporânea dos estudos sobre a questão racial brasileira é uma análise das referências bibliográficas recorrentes nos textos do *corpus*. Embora um texto possa ser citado de inúmeras maneiras, a análise de citações permite compreender a quem os cientistas sociais vêm recorrendo quando tentam entender as relações raciais brasileiras. Dito isso, a Tabela 7 traz a lista dos autores mais citados, considerando apenas os referidos em nove textos ao menos.

Novamente, os trabalhos de Antônio Sérgio Guimarães mostram sua enorme influência na produção contemporânea. Antes de discutirmos esse fato, vale destacar outras características dessa lista que chamam a atenção. Em primeiro lugar, merece destaque a recorrente citação dos principais nomes ligados aos paradigmas interpretativos das relações raciais brasileiras. Gilberto Freyre, Florestan Fernandes e Carlos Hasenbalg são apenas os nomes mais importantes de cada um dos três momentos e, não gratuitamente, aparecem na lista de citações em quarto, terceiro e sexto lugares.

Em segundo lugar, chama a atenção a grande quantidade de autores brasileiros ou estudiosos do país na lista. Se comparada com outras pesquisas sobre citações (MELO, 1999), perceberemos como os autores estrangeiros são pouco referidos nessa bibliografia. Vale notar, também, a posição na lista de autores como Pierre Bourdieu e Michel Foucault, referências centrais das ciências sociais, mas que tematizaram o racismo em textos esparsos.⁷ Tudo parece indicar que os estudos sobre raça no Brasil se utilizam mais de referências gerais da teoria social e de investigações nacionais do que da bibliografia especializada de outros países. Por um lado, isso pode refletir as idiosincrasias da questão racial brasileira, difícil de ser traduzida pelas teorias exógenas a nossa realidade. Por outro lado, isso pode refletir um caráter provinciano do campo.

TABELA 7 – Autores mais citados (apenas os citados em 9 ou mais artigos)

Citado	N	%
A. GUIMARÃES	51	19,2%
P. BOURDIEU	44	16,5%
F. FERNANDES	42	15,8%
G. FREYRE	38	14,3%
P. FRY	38	14,3%
C. HASENBALG	35	13,2%
E. TELLES	33	12,4%
L. SCHWARCZ	33	12,4%
M. FOUCAULT	32	12,0%
M. CORREA	30	11,3%
L. SANSONE	29	10,9%
N. SILVA	28	10,5%
R. BASTIDE	28	10,5%
M. MAIO	25	9,4%
G. ANDREWS	24	9,0%
T. AZEVEDO	24	9,0%
T. SKIDMORE	23	8,6%
F. BARTH	22	8,3%
O. NOGUEIRA	22	8,3%
D. PIERSON	21	7,9%
J. CARVALHO	21	7,9%
S. HALL	21	7,9%
P. WADE	19	7,1%
A. RAMOS	18	6,8%
P. GILROY	18	6,8%
F. CARDOSO	17	6,4%
L. OLIVEIRA	17	6,4%
M. CARVALHO	17	6,4%
M. HANCHARD	17	6,4%
R. ARAÚJO	17	6,4%
Y. MAGGIE	17	6,4%
L. WACQUANT	16	6,0%
M. WEBER	16	6,0%
A. NASCIMENTO	15	5,6%
J. CLIFFORD	15	5,6%
J. SANTOS	15	5,6%
J. SCOTT	15	5,6%
N. ELIAS	15	5,6%
R. SANTOS	15	5,6%
B. ANDERSON	14	5,3%
C. GEERTZ	14	5,3%
G. SEYFERTH	14	5,3%
R. DaMATTA	14	5,3%
A. APPADURAI	13	4,9%
C. WAGLEY	13	4,9%

Citado	N	%
E. HOBBSBAMM	13	4,9%
L. MOUTINHO	13	4,9%
S. COSTA	13	4,9%
A. MARX	12	4,5%
H. BHABHA	12	4,5%
J. BUTLER	12	4,5%
J. SOUZA	12	4,5%
M. ALMEIDA	12	4,5%
N. FRASER	12	4,5%
O. IANNI	12	4,5%
R. ORTIZ	12	4,5%
A. PISCITELLI	11	4,1%
C. RIBEIRO	11	4,1%
J. COMAROFF	11	4,1%
L. COSTA PINTO	11	4,1%
R. LANDES	11	4,1%
A. BRAH	10	3,8%
A. PORTES	10	3,8%
C. LÉVI-STRAUSS	10	3,8%
C. TAYLOR	10	3,8%
C. TILLY	10	3,8%
H. WINANT	10	3,8%
J. SILVA	10	3,8%
M. CASTRO	10	3,8%
M. HERSKOVITS	10	3,8%
M. SAHLINS	10	3,8%
N. STEPAN	10	3,8%
R. HENRIQUES	10	3,8%
S. PENA	10	3,8%
A. CANDIDO	9	3,4%
A. GUERREIRO RAMOS	9	3,4%
B. HOOKS	9	3,4%
C. AZEVEDO	9	3,4%
C. MOURA	9	3,4%
E. CARNEIRO	9	3,4%
E. WILLEMS	9	3,4%
F. FANON	9	3,4%
F. ROSEMBERG	9	3,4%
G. DELEUZE	9	3,4%
J. ARRUTI	9	3,4%
J. HABERMAS	9	3,4%
J. REIS	9	3,4%
L. DUMONT	9	3,4%
M. HARRIS	9	3,4%
P. RABINOW	9	3,4%

Fonte: os autores.

A posição de Antônio Sérgio Guimarães na lista de citados merece uma análise mais pormenorizada. Embora ela possa ser parcialmente explicada pela produtividade desse pesquisador, a qual está refletida na lista dos autores que mais publicaram no *corpus* (Tabela 4), outros fatores devem ser considerados aqui. Em mais de uma de suas obras, Guimarães destacou a importância e a validade contemporânea do enquadramento dado à questão racial pelos trabalhos de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva (GUIMARÃES, 1998, 1999b, 2002). Nesse sentido, ele pode ser considerado um dos partidários do *paradigma das desigualdades raciais*, fundado pelos dois sociólogos. Por outro lado, é preciso notar alguns deslocamentos introduzidos no modo de enquadrar esse debate, cristalizados na obra de Guimarães e que se tornaram muito influentes nas últimas duas décadas.

Grosso modo, Guimarães endossa o diagnóstico das desigualdades raciais feito por Hasenbalg e Silva. Contudo, ele explora com mais detalhe as implicações teóricas, políticas e conceituais desse diagnóstico. Por trabalharem mormente com dados secundários produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Hasenbalg e Silva sempre preferiram utilizar os conceitos empregados pelo instituto em seus levantamentos. É nesse sentido que eles falam ora na relação entre “cor” e estratificação, ora em “grupos raciais” e desigualdade (HASENBALG, 1979; HASENBALG; SILVA, 2003; HASENBALG; SILVA; LIMA, 1999; SILVA, 1981). Embora não critique o uso de tal nomenclatura, Antônio Sérgio Guimarães relê esses dados para propor que eles contêm evidências suficientes do racismo brasileiro, o que autorizaria a utilização sociológica e politicamente orientada do conceito de “raça”. Ao mesmo tempo, ele destaca o modo como esse racismo brasileiro atinge de forma equivalente tanto aqueles que se autoclassificam nos censos como pretos como os autodenominados pardos (GUIMARÃES, 1999b, p. 190-192). Sendo assim, o movimento negro brasileiro teria uma certa razão em propor um projeto antirracista que amalgamasse numa só identidade “negra” esses dois grupos (GUIMARÃES, 2003).

Evidentemente, esses deslocamentos conceituais não podem ser atribuídos unicamente aos trabalhos de Guimarães. Antes deles, cientistas sociais legatários dos trabalhos de Hasenbalg e Silva já haviam deixado de utilizar a expressão “não brancos”, predileta por estes últimos, para

denominar a soma de pretos e pardos como “negros” (HENRIQUES, 2001; SOARES, 2000). Ademais, tanto Hasenbalg quanto Silva já utilizavam o conceito de “grupos raciais” em sentido sociológico, ainda que o empregassem de modo intercambiável à noção de “grupos de cor”. A despeito disso, foi Guimarães que produziu um juízo sintético-teórico dessa nomenclatura e, sobretudo, o popularizou. Isso fica mais evidente quando observamos como variaram as categorias de classificação, empregadas nos estudos incluídos para definir os “não brancos” brasileiros (negros, pardos, pretos, mestiços, mulatos etc.), e o conceito empregado para definição dessa área de estudos (raça, etnia, cor etc.). Como mostra a Tabela 8, cerca de 67% dos textos utilizam o conceito de “raça” para nomear a questão e empregam a categoria “negro” para nomear o grupo estudado. A segunda combinação mais corrente é aquela que fala em “etnia negra”, presente em 27% do *corpus****. Em seguida, vêm os textos que falam em “cor negra”, com 17%, e aqueles que falam em “raça” combinada com alguma das categorias “afro” (afrodescendente, afro-brasileiro etc.), com 13%.

TABELA 8 – Proporção de textos de acordo com a designação da questão e as categorias de classificação utilizadas***

Conceito Categoria	Raça	Etnia	Cor	Discute conceitos	Nenhum	TOTAL
Negro	67%	27%	17%	3%	2%	79% (211)
Afro	13%	9%	2%	-	2%	19% (51)
Preto	10%	1%	7%	1%	-	11% (30)
Mestiço	10%	5%	3%	-	-	11% (28)
Pardo	9%	-	6%	1%	-	10% (27)
Mulato	9%	3%	3%	-	-	10% (26)
Não branco	5%	1%	2%	-	-	6% (15)
Outra	3%	5%	-	-	-	7% (19)
Discute categorias	3%	1%	2%	-	-	3% (9)
Nenhuma	4%	2%	-	-	1%	5% (13)
TOTAL	78% (209)	35% (92)	20% (54)	3% (8)	5% (12)	100% (266)

*** A soma dos percentuais dá mais de 100% porque em muitos casos se utilizava mais de uma designação e/ou categoria de classificação.
Fonte: os autores.

Na literatura internacional e brasileira, há um grande debate sobre como designar o campo de estudo que gira em torno dos perigos em se utilizar a noção de “raça” ainda que para fins sociológicos. Grosso modo, é possível perceber três posturas nessa controvérsia. De um lado, estão autores que rechaçam o conceito de raça por conta de sua semântica biológica e, por isso, preferem utilizar conceitos alternativos como “etnia” (REX, 1986). Num segundo veio, estão aqueles autores que defendem a validade do uso sociológico do conceito de raça, desde que feitas as devidas ressalvas antiessencialistas (BANTON, 1967). Em uma terceira via estão aqueles cientistas sociais que recusam não apenas a utilização do conceito de raça, mas qualquer um de seus eventuais sucedâneos como etnia, cultura, grupos de cor etc. (MALIK, 1996; MILES; BROWN, 2004), sob a acusação de que tais substitutos apenas escamoteiam a persistência de uma visão essencialista dos grupos sociais.

A Tabela 8 sugere, contudo, que existe no Brasil contemporâneo um relativo consenso de que a categoria a ser utilizada pelos estudos acadêmicos deve ser “raça” na sua versão sociológica. Existe aqui também um enorme debate sobre as categorias de classificação racial e os conceitos de designação do campo (MUNIZ, 2012; OSÓRIO, 2003; SCHWARTZMAN, 2009; SILVA; LEÃO, 2012; SILVA, 1999; TELLES, 2014). Não é nosso objetivo aqui discuti-lo, mas apenas destacar uma concentração dos textos que preferem a categoria “negros”. Como abordei em outra ocasião (CAMPOS, 2013b), essa concentração tem motivos históricos complexos, intimamente relacionados à crescente politização da questão racial na história recente do país. Embora esse movimento abranja outros nomes além de Antônio Sérgio Guimarães, pode-se dizer que os textos deste se tornaram uma espécie de manual conceitual de como trabalhar com “raça” na sociologia, frase que, aliás, nomeia um dos seus textos mais citados (GUIMARÃES, 2003).

Considerações finais

Apesar de ser um dos campos mais tradicionais e consolidados das ciências sociais brasileiras, os estudos de relações raciais sofreram transformações importantes nos últimos vinte anos, coincidentes com a crescente politização da questão racial. Os debates em torno da ação

afirmativa, que são feitos no âmbito estatal no mínimo desde 1994, envolveram muitos dos estudiosos da questão, o que teve impactos visíveis na produção em artigos acadêmicos.

Um primeiro impacto difuso é o crescimento do percentual de artigos que consideram a questão em relação à produção geral das principais revistas de ciências sociais disponibilizada no SciELO. Mas ainda que isso possa ser conectado ao debate sobre as ações afirmativas, não é possível atribuir esse incremento unicamente à maior quantidade de textos sobre essas políticas. Ao contrário, o período acompanha uma cada vez maior pluralização temática do campo, que deixa de se concentrar em estudos sobre expressões culturais, de um lado, e estratificações socioeconômicas, de outro, para dar atenção equivalente a outros temas como a intersecção entre raça e gênero, os movimentos sociais, as relações internacionais etc.

Mudanças menos intensas ocorreram na maneira como os cientistas sociais escrevem sobre a questão. Os ensaios bibliográficos ainda são dominantes, mas vêm perdendo centralidade para modalidades de pesquisas teóricas e empíricas, baseadas mormente em técnicas de observação participante e em análises de dados secundários.

Em relação ao perfil de quem publica sobre o tema, há novamente uma concentração em centros tradicionais nos estudos raciais, embora tal concentração também venha diminuindo. Dentre os autores que mais publicaram no *corpus*, merecem destaque aqueles envolvidos direta ou indiretamente com o debate das cotas e com revisões internas ao paradigma centrado nos estudos das desigualdades raciais. Quanto ao cânon bibliográfico do campo, há uma relativa contemporaneidade de todas as fases progressas, já que nomes como Freyre, Florestan e Hasenbalg aparecem no topo da lista de mais citados. Nesse aspecto, merece destaque uma ausência relativa da bibliografia sobre raça e racismo mais notabilizada nos grandes centros internacionais, notadamente na academia anglo-saxônica. Em geral, os citados são brasileiros ou brasilianistas.

Antonio Sérgio Guimarães aparece como referência central, não apenas na quantidade de artigos dedicados ao tema, como também na quantidade de vezes em que ele foi citado. Isso ajuda a explicar

um movimento mais amplo de ascensão de dois conceitos analíticos importantes no campo. De um lado, a noção de raça foi instituída como designação para as clivagens estudadas e, do outro, a categoria classificatória “negro” foi incorporada pela maior parte dos textos para designar os “não brancos”.

Tudo isso nos leva a crer que a recente politização da questão racial teve um grande impacto no campo, ainda que difuso. Isso não nos parece suficiente, entretanto, para que falemos em um “novo paradigma” das relações raciais, diferente do *paradigma das desigualdades raciais*. Boa parte do que se produz atualmente ainda se preocupa com questões centrais para os estudos do fim da década de 1970. Ao defender a restituição do conceito de “raça” na sociologia, o próprio Antônio Sérgio Guimarães reconhece essa continuidade: “É justo esta *differentia specifica* das desigualdades de oportunidade e de tratamento [detectadas por Hasenbalg e Silva] que cumpre ao conceito sociológico de ‘raça’ dar conta” (GUIMARÃES, 1999b, p. 68). Em suma, se a politização recente da questão racial contribui para chacoalhar o campo de estudos, a renitência de nossas desigualdades e discriminações raciais ainda faz com que o *paradigma das desigualdades raciais* oriente grande parte da pesquisa sobre o tema.

Isso não nos deve cegar, porém, para o fato de que tal paradigma não responde a inúmeras questões sobre o racismo brasileiro. Como o próprio Carlos Hasenbalg declarou em uma entrevista a Antônio Sérgio Guimarães,

[...] cabe aclarar que, nesse livro [sua tese de 1979] e nos trabalhos posteriores com o Nelson [do Valle Silva], a discriminação não é observada diretamente. Ela é inferida a partir da análise da disparidade de resultados sociais dos grupos de cor, controlada pelas variáveis relevantes (GUIMARÃES; HASENBALG, 2006, p. 260).

Isto é, se o *paradigma das desigualdades raciais* é eficiente ao compilar evidências estatísticas das consequências do racismo brasileiro, ele não nos orienta na sua observação direta. Como destaca Devah Pager (2006), existem muitos veios metodológicos a explorar para suprir esta lacuna, como a mistura de técnicas de pesquisa quantitativas e qualitativas (LIMA, 2014), o emprego de desenhos experimentais (BUENO; DUNNING, 2013; LIMA; VALA, 2004), as pesquisas sobre percepção da discriminação (OLIVEIRA; BARRETO, 2003), dentre outras possibilidades. Apesar de ser

um dos campos mais longevos de nossas ciências sociais, os estudos sobre relações raciais demandam hoje, e mais do que nunca, abordagens criativas e heterodoxas do tema.

Notas

- 1 A própria denominação desse campo de estudos é objeto de controvérsia. Ainda que a expressão "relações raciais" seja correntemente empregada na academia brasileira, alguns autores reagem a essa nomenclatura por considerarem que ela supõe a existência de "raças". Na maioria das vezes, esses críticos preferem a nomenclatura "estudos do racismo" (MILES, 1993). Como uma parte deste texto busca justamente mostrar a dominância do conceito sociológico de raça nos estudos recentes, utilizaremos o rótulo "relações raciais" simplesmente por ele ser o mais usual nas ciências sociais nacionais.
- 2 Como destaca Araújo (1994, p. 39), Freyre não rompeu totalmente com uma concepção naturalista de raça, apenas compatibilizou uma visão neolamarckiana da herança biológica e concedeu uma certa autonomia relativa à cultura.
- 3 O Comitê de Antropologia abriga também o Comitê da Arqueologia, do mesmo modo que o Comitê de Ciência Política avalia também periódicos ligados às Relações Internacionais.
- 4 A partir de 2013, as avaliações dos periódicos passaram a ser anuais.
- 5 Para indicações sobre as características dessa técnica de exposição de dados, cf. Benzécri (1992) e Greenacre (1993). Para exemplos de aplicação dela, cf. Bourdieu (2007).
- 6 Parte dos textos de Wacquant são traduções de textos publicados em revistas internacionais.
- 7 Outros estudos indicam que Bourdieu e Foucault costumam ser os autores recorrentemente citados nas ciências sociais brasileiras de modo geral (MELO, 1999).

Referências

- ALVES, J. A. L. A Conferência de Durban contra o Racismo e a responsabilidade de todos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 45, n. 2, p. 198-223, 2002.
- ARAÚJO, R. B. *Guerra e Paz: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- BANTON, M. *Race Relations*. New York: Basic Books, 1967.
- BENZÉCRI, J-P. *Correspondence Analysis Handbook Statistics*. New York: Marcel Dekker Inc., 1992.
- BOAS, F. *Antropologia cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BOMFIM, M. *O Brasil na América*. Rio de Janeiro: TopBooks, 1999 [1929].
- BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Zouk; Edusp, 2007 [1979].
- BUENO, N.; DUNNING, T. Race, resources, and representation: evidence from Brazilian politicians. In: MIDWEST POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION, 71., 2013, Chicago. Chicago: Midwest Political Science Association, 2013
- CAMPOS, L. A. *Enquadrando a esfera pública: a controvérsia das cotas raciais na imprensa*. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013a.
- CAMPOS, L. A. “We Have a Dream”: cientistas sociais e a controvérsia sobre as cotas raciais na imprensa. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 20, n. 41, p. 53-73, 2012.
- CAMPOS, L. A. O pardo como dilema político. *Insight Inteligência*, Rio de Janeiro, n. 62, p. 80-91, 2013b.
- CARDOSO, F. H. Prefácio. In: PASTORE, J.; SILVA, N. V. *Mobilidade social no Brasil*. São Paulo: Makron Books, 2000.
- DAMATTA, R. Digressão: a fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira. In: DAMATTA, R. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Vozes, 1990. p. 58-87.
- FERES JÚNIOR, J.; DAFLON, V. T.; CAMPOS, L. A. Lula’s Approach to Affirmative Action and Race. *NACLA Report on the Americas*, New York, v. 44, n. 2, p. 34-36, 2011.
- FERES JÚNIOR, J.; OLIVEIRA, M. P.; DAFLON, V. T. *Guia bibliográfico multidisciplinar: ação afirmativa: Brasil, EUA, África do Sul, Índia*. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.
- FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus, 1965.

FERNANDES, F. Prefácio. In: CARDOSO, F. H.; IANNI, O. *Cor e mobilidade social em Florianópolis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

FREYRE, G. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2003 [1933].

FRY, P. Feijoada e Soul Food 20 anos depois. In: _____. *Fazendo antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 35-54.

GREENACRE, M. *Correspondence Analysis in Practice*. Boca Raton: Chapman & Hall/CRC, 1993.

GUIMARÃES, A. S. *Preconceito e discriminação: queixas de ofensas e tratamento desigual dos negros no Brasil*. Salvador: FFCH-UFBA, 1998.

GUIMARÃES, A. S. Baianos e paulistas: duas “escolas” de relações raciais? *Tempo Social*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 75-95, 1999a.

GUIMARÃES, A. S. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.

GUIMARÃES, A. S. Como trabalhar com “raça” em sociologia. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 93-107, 2003.

GUIMARÃES, A. S. *Desigualdades raciais em novo regime de estado: as ações afirmativas no governo Lula*. Trabalho apresentado ao 27º. Congresso Internacional da LASA, Montréal, 2007.

GUIMARÃES, A. S. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999b.

GUIMARÃES, A. S.; HASENBALG, C. Entrevista com Carlos Hasenbalg. *Tempo Social*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 259-268, 2006.

HASENBALG, C. A. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HASENBALG, C. A.; SILVA, N. V. (Ed.). *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

HASENBALG, C. A.; SILVA, N. V.; LIMA, M. *Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

HENRIQUES, R. *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Rio de Janeiro: Ipea, 2001. 49 p. (Texto para Discussão Ipea, n. 807).

HOFBAUER, A. Ações afirmativas e o debate sobre racismo no Brasil. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 68, p. 9-56, 2006.

KUHN, T. *The structure of scientific revolutions*. Chicago: University of Chicago Press, 1962.

- KUHN, T. The Natural and the Human Sciences. In: HILEY, D.; BOHMAN, J.; SHUSTERMAN, R. *The Interpretive Turn: Philosophy, Science, Culture*. Ithaca: Cornell University Press, 1991. p. 17-24.
- LIMA, M. A Obra de Carlos Hasenbalg e seu Legado à Agenda de Estudos sobre Desigualdades Raciais no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 4, p. 919-933, 2014.
- LIMA, M. E. O.; VALA, J. Sucesso social, branqueamento e racismo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 20, n. 1, p. 11-19, 2004.
- MAIO, M. C. O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n. 41, p. 141-158, 1999.
- MALIK, K. *The meaning of race: race, history and culture in Western society*. Washington Square, N.Y.: New York University Press, 1996.
- MASTERMAN, M. The Nature of a Paradigm. In: LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. *Criticism and the Growth of Knowledge*. Proceedings of the 1965 International Colloquium in the Philosophy of Science 4. Cambridge: Cambridge University Press, 1970. p. 59-90.
- MELO, M. P. da C. *Quem explica o Brasil*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 1999.
- MILES, R. *Racism After 'race Relations'*. Londres: Routledge, 1993.
- MILES, R.; BROWN, M. *Racism*. Londres: Taylor & Francis, 2004.
- MOTTA, R. Paradigms in the Study of Race Relations in Brazil. *International Sociology*, London, v. 15, n. 4, p. 665-682, 2000.
- MUNIZ, J. O. Preto no branco?: mensuração, relevância e concordância classificatória no país da incerteza racial. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 55, n. 1, p. 251-282, 2012.
- OLIVEIRA, C. L. P.; BARRETO, P. C. S. Percepção do racismo no Rio de Janeiro. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 183-213, 2003.
- OSÓRIO, R. G. O sistema classificatório de "cor ou raça" do IBGE. Brasília: Ipea, 2003 (Texto para discussão Ipea, n. 996).
- PAGER, D. Medir a discriminação. *Tempo Social*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 65-88, 2006.
- REX, J. *Race and Ethnicity*. Berkshire: Open University Press, 1986.
- RIBEIRO, C. A. C. Classe, raça e mobilidade social no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, p. 833-873, 2006.
- SCHWARCZ, L. M. Espetáculo da miscigenação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 20, p. 137-152, 1994.

SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZMAN, L. F. Seeing Like Citizens: Unofficial Understandings of Official Racial Categories in a Brazilian University. *Journal of Latin American Studies*, Cambridge, n. 41, p. 221-250, 2009.

SILVA, G.; LEÃO, L. O paradoxo da mistura: identidades, desigualdades e percepção de discriminação entre brasileiros pardos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 27, n. 80, p. 117-133, 2012.

SILVA, N. V. *Black-white income differentials in Brazil, 1960*. Tese (Doutorado em Sociologia). Michigan: Universidade de Michigan, 1978.

SILVA, N. V. Cor e o processo de realização sócio-econômica. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 391-409, 1981.

SILVA, N. V. Morenidade: modos de usar. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. V.; LIMA, M. *Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999. p. 86-106.

SOARES, G. A. D. O calcanhar metodológico da ciência política no Brasil. *Sociologia: problemas e práticas*, Lisboa, n. 48, p. 27-52, 2005.

SOARES, S. S. D. *O perfil da discriminação no mercado de trabalho: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras*. Brasília: Ipea, 2000. 25 p. (Texto para Discussão Ipea, n. 769).

SOUZA, J. (Ed.). *Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil-Estados Unidos*. Brasília: Paralelo 15, 1997.

TELLES, E. *Pigmentocracies: Ethnicity, Race, and Color in Latin America*. North Carolina: University of North Carolina Press, 2014.

TELLES, E. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

Maria Fernanda Escurra

Professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Ontologia Crítica. Graduada em Serviço Social pela Universidad Nacional de Rosario, Argentina. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Doutora pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Resumo

Este artigo tem como objetivo realizar uma apresentação da leitura hegemônica do fenômeno da pobreza no capitalismo contemporâneo que, caracterizado pela extrema naturalização e desistoricização da vida social, oculta as reais causas do fenômeno. Longe de pretender esgotar o que poderia ser incluído nessa leitura, procura-se, inicialmente, ilustrar a visão conservadora que está presente nos fundamentos teóricos das análises usuais da pobreza que são amplamente utilizadas nos estudos contemporâneos sobre o tema. Na sequência são abordadas as concepções e prescrições formuladas por organismos internacionais para enfrentamento e combate à pobreza extrema, tomando o Banco Mundial como paradigma.

Palavras-chave: Capitalismo. Pobreza. Leitura hegemônica. Banco Mundial.

Abstract

The general purpose of this article is to present the hegemonic interpretation of the poverty phenomenon in today's capitalism. The social structures of capitalist society are characterized by an extreme naturalization and dehistoricization that conceal the real causes of pauperization. Far from trying to exhaust all the aspects of that interpretation, this article firstly tries to illustrate the conservative worldview that underlies the theoretical foundations of the usual analyses of the phenomenon, which are widely used in the contemporary studies on the subject. Subsequently, the conceptions and prescriptions formulated by international organizations for coping and combating extreme poverty are addressed, taking the World Bank as a paradigm.

Keywords: Capitalism. Poverty. Hegemonic interpretation. World Bank.

Uma solução? Talvez não haja. Será que por isso não se deve tentar esclarecer aquilo que escandaliza e compreender o que se está vivendo? Adquirir pelo menos essa dignidade? Segundo a opinião geral, infelizmente, não considerar certa a presença de uma solução, mas insistir em colocar o problema, é tido como uma blasfêmia, uma heresia, claramente imorais, insanas e, sobretudo absurdas. Daí tantas “soluções” falsas, apressadas, tantos problemas camuflados, negados, escondidos, tantas questões censuradas. Pode haver ausência de solução, em geral significa que o problema está mal colocado, que ele não se encontra no lugar em que foi colocado (Viviane Forrester).

Introdução

Esta introdução contém uma breve apresentação das principais formas de explicar o fenômeno da pobreza, assim como a conceituação e a mensuração que são amplamente utilizadas nos estudos contemporâneos sobre o tema. Tal apresentação torna-se necessária para ilustrar a leitura hegemônica e a visão conservadora do fenômeno da pobreza no capitalismo contemporâneo com base nas concepções e prescrições do Banco Mundial para o seu enfrentamento. Procura-se mostrar que essa leitura hegemônica tem por pressuposto uma ontologia coerente com a forma de organização capitalista que, caracterizada pela extrema naturalização e desistoricização da vida social, oculta as reais causas da pauperização.

Giddens (2004, p. 318), apesar de oferecer uma leitura particular sobre a pobreza, agrupa as teorias que procuram explicá-la em duas categorias principais: “as que consideram os indivíduos pobres responsáveis pela sua própria pobreza” e as que consideram a pobreza como “produzida e reproduzida pelas forças estruturais do sistema”. O autor identifica a existência de uma longa história de atitudes que responsabilizam os pobres por sua posição desprivilegiada. A crença enraizada de que a pobreza era o resultado de um “desajustamento” ou “patologia” dos indivíduos orientou os esforços iniciais da Casa dos Pobres do século XIX. Eles eram considerados incapazes de vencer na sociedade devido a uma série de características, tais como: falta de talento, fraqueza física ou moral, capacidades abaixo da média e ausência de motivação. Deste modo, a posição social era tida como reflexo do talento ou esforço pessoal; a existência de “vencedores” e de “vencidos” era considerada um fato

da vida. Essa explicação deriva da concepção positivista e funcionalista de desajuste e patologia que naturaliza a pobreza, responsabiliza os pobres por sua situação e desconsidera que ela é resultado da própria forma de organização social e da consequente divisão da sociedade em classes sociais.

Conforme Giddens (2004), a concepção que responsabiliza os pobres pela situação de pobreza ressurgiu, a partir dos anos 1970 e 1980, quando a ênfase política foi colocada na “atividade empresarial” e na “ambição individual”. Essa ênfase recompensou aqueles que “obtiveram sucesso” na sociedade e responsabilizou os que não foram bem sucedidos pelas circunstâncias em que se encontravam. A pobreza é, assim, explicada pelo estilo de vida dos pobres, por suas atitudes e concepções. Uma das teorias mais influentes nessa perspectiva é a de Oscar Lewis (apud GIDDENS, 2004, p. 319) que argumenta que existe entre as pessoas pobres uma “cultura da pobreza”. Nessa teoria, Lewis, contrapondo-se ao argumento de que a pobreza é resultado de inadequações individuais, defende que ela é resultado “de uma atmosfera social e cultural” na qual as crianças são socializadas. Segundo essa concepção, a cultura da pobreza provoca entre os pobres a “resignação a uma vida de empobrecimento” e é transmitida entre gerações porque os jovens carecem de razões para novas aspirações.

Charles Murray (apud GIDDENS, 2004, p. 319), sociólogo americano, foi responsável pelo desenvolvimento posterior da tese da cultura da pobreza. Murray identificou os indivíduos que são pobres “sem culpa própria” – viúvos, órfãos ou incapacitados – como integrantes de uma categoria diferente daqueles que pertencem à “cultura da dependência”. Essa categoria, para o autor, é integrada pelos pobres que dependem das provisões da segurança social, em vez de entrarem no mercado de trabalho. De acordo com essa perspectiva, o Estado-providência corroe o estímulo das pessoas para trabalharem, pois seu crescimento criou uma “subcultura” que minou a ambição pessoal e a capacidade de autoajuda. Contudo, tanto o argumento da “cultura da pobreza” como o da “cultura da dependência” responsabilizam os pobres por sua própria miséria. Os pobres são vistos como incapazes de serem bem-sucedidos na sociedade devido à falta de capacidade, fraqueza moral ou ausência de motivação.

Para Giddens (2004), a perspectiva que explica a “pobreza como resultado de grandes processos sociais” identifica diferentes fatores – classe, gênero, etnia, posição ocupacional, escolaridade – que moldam a forma como os recursos são distribuídos na sociedade entre os indivíduos. Neste caso, a falta de ambição entre os pobres é considerada uma “consequência” de suas situações condicionadas, e não uma causa tomada como cultura da dependência. Tal perspectiva postula, assim, que “a redução da pobreza não consiste apenas numa questão de mudança das concepções individuais, mas requer medidas políticas destinadas a distribuir de forma mais uniforme os rendimentos e os recursos pela sociedade” (GIDDENS, 2004, p. 320). Por conseguinte, se bem vai além da teoria que “culpabiliza” os pobres por sua situação, compreende a pobreza no limite da política e no interior da própria forma de organização social vigente, propondo seu enfrentamento no âmbito da distribuição, sem situar a gênese da pobreza no âmbito das relações sociais de produção.

Santos (2009),² ainda em relação às “diferentes formas de explicar a pobreza” – termo que alega utilizar para não usar de forma pretensiosa o termo “teoria” – identifica as explicações que “evitam o problema da pobreza ou procuram ocultar a realidade”, e as que “abordam o problema da pobreza parcialmente”; ambas, na sua visão, tornaram-se *slogans*, e são promovidas pelos meios de comunicação de massa. Dentre os “estratagemas” utilizados para fugir do problema da pobreza, o autor identifica a análise da sociedade como se não tivesse classes sociais e considera a pobreza apenas como uma fase necessária na mobilidade ascendente, admitindo que os pobres possam mudar de situação através de soluções isoladas, como “iniciativa individual”, “educação” ou “capacidade empresarial”. No caso da pobreza tratada como uma abordagem parcial, compreende a crise urbana como resultado da explosão demográfica, agravada pelas migrações que provocam falta de empregos. A pressão demográfica seria responsável pela sobrevivência de uma economia não moderna ou tradicional, obstáculo da modernização e raiz do ainda chamado “dualismo”.

Em relação à definição e às formas de mensurar a pobreza, os estudos contemporâneos concentram majoritariamente a atenção na renda e na satisfação de necessidades básicas. Em virtude disso, vale assinalar inicialmente a análise de Medeiros (1998, p. 145-146) para quem, nas

últimas décadas, a teoria econômica neoclássica predomina nos trabalhos sobre pobreza e inspira as políticas para seu combate. A teoria neoclássica diz respeito a estudos econométricos que “procuram as causas da pobreza na manipulação e observação de dados”, e é construída sobre um conceito de pobreza definido a partir da renda insuficiente para comprar uma cesta de bens e serviços de consumo básico. Esta teoria relaciona o aumento da renda com o aumento da produtividade marginal do pobre principalmente através de sua educação. Portanto, “[e] sta relação de causalidade, pouca educação *causa* pobreza, é a essência da teoria ortodoxa da pobreza, embora existam inúmeras variações em torno desta ideia central” (MEDEIROS, 1998, p. 145-146, grifos do autor).

De forma geral, segundo o autor, a visão de pobreza que se oculta por trás da análise neoclássica é a “responsabilização do pobre por seu estado de pobreza”, enquanto “escolha livre e racional”, não sendo, assim, capaz de esclarecer as causas da ocorrência do próprio fenômeno. Tal análise, inclusive, encobre uma visão de mundo, pois não é possível a existência de um conceito de pobreza que seja neutro com relação a um julgamento “ético-político”. Na visão de Medeiros (1998), a teoria neoclássica de pobreza não se sustenta, pois o “equilíbrio” e a “racionalidade substantiva”, que representam os pressupostos metodológicos assumidos por essa teoria, não expressam a complexidade do mundo real.

Rocha (2006) situa o início da discussão sobre pobreza nos países desenvolvidos após a euforia da reconstrução do pós-guerra diante de “situações de privação”, sem precisar levar em conta questões de sobrevivência – que não se colocavam naquelas circunstâncias. Desse modo, a ênfase era posta no “caráter relativo da noção de pobreza”.³

Segundo a autora, a “pobreza absoluta” está vinculada às questões de sobrevivência física, ao não atendimento de necessidades vitais. A pobreza fica, com isso, restrita apenas à mera reprodução da existência física dos indivíduos, e restringe as necessidades à cesta alimentar. Os estudos sobre “pobreza relativa” analisam o fenômeno a partir da definição de necessidades em função do modo de vida que predomina em uma sociedade e em uma época determinadas. Entretanto, Rocha destaca que, na prática, a abordagem da pobreza como insuficiência de renda se generalizou e passou a ser adotada mesmo nos países mais pobres.

Giddens (2004, p. 313) observa que o conceito de “pobreza absoluta” está relacionado com a ideia de subsistência, enquanto condições básicas que permitem garantir uma existência física saudável. Segundo esse conceito, vivem em condições de pobreza as pessoas que carecem de comida suficiente, abrigo e roupa; condições fundamentais para a existência humana. Acredita-se que este conceito é universalmente aplicável, pois se defende que a existência de padrões de subsistência humana são mais ou menos os mesmos para as pessoas de idade e constituição física equivalente, independentemente do local onde vivem. Entretanto, os que não aceitam a possibilidade de identificar tal padrão argumentam que é mais apropriado utilizar o conceito de “pobreza relativa”.

Os defensores do conceito de pobreza relativa, assinala Giddens (2004), sustentam que a pobreza é culturalmente definida, e não deve ser medida com um padrão de privação universal, já que as necessidades humanas diferem entre sociedades e em seu interior. O autor argumenta também que existem dificuldades na formulação dos conceitos de pobreza absoluta e relativa. A determinação da “linha da pobreza”, baseada no preço de bens essenciais à sobrevivência humana em determinada sociedade, é uma técnica comum para medição da pobreza absoluta. Porém, pode ser problemático utilizar um único critério de pobreza por não considerar as variações das necessidades humanas. Ademais, Giddens salienta que alguns investigadores, como Townsend, consideram que a medição da pobreza exclusivamente através de critérios objetivos, como o nível de rendimento, subestima a verdadeira extensão da privação e procuram, por essa razão, medir a pobreza incorporando critérios subjetivos. A incorporação de informações sobre estilos e condições de vida, hábitos alimentares, profissão e atividades cívicas e de lazer revelou discrepâncias significativas entre as necessidades identificadas pelos inquiridos e a sua capacidade de satisfação.

A “renda como critério de pobreza” estabelece um valor monetário associado ao custo das necessidades médias de uma pessoa em determinada população. A denominada “linha de indigência” ou de “pobreza extrema” é definida com base no valor das necessidades nutricionais e pretende distinguir, na população total, indigentes e não indigentes; refere-se à falta de recursos necessários para a reprodução física do ser

humano, ou seja, a aquisição de cesta básica de alimentos com a quantidade calórica mínima necessária à sobrevivência.

A “linha da pobreza”, por sua vez, busca diferenciar pobres e não pobres a partir de um conjunto mais amplo de necessidades; caracteriza a população que alcança o valor da cesta básica de alimentos mas apresenta carência em alguma necessidade básica, como habitação, saúde, educação, vestiário, transporte, lazer etc. Assim, a operacionalização via linhas de indigência ou linha de pobreza implica atribuir papel central à renda como geradora de bem-estar. Em consequência, os indicadores que consideram a “linha de indigência” e a “linha da pobreza”, 1 dólar e 2 dólares *per capita* por dia, respectivamente, permitem, conforme especialistas, quantificar o número de indigentes e de pobres e analisar a posição relativa dos países em relação à pobreza.

Curiosamente, Rocha (2006), embora admita “dificuldades empíricas” para estabelecer na prática linhas de indigência e de pobreza a partir de um consumo mínimo necessário, destaca que as restrições ao uso da renda para medir a pobreza podem ser contornadas recorrendo-se a “procedimentos empíricos adequados”. Mesmo reconhecendo uma série de controvérsias, a autora define a pobreza tendo como critério a renda da seguinte forma:

[...] pobres são aqueles com renda se situando abaixo do valor estabelecido como linha de pobreza, incapazes, portanto, de atender ao conjunto de necessidades consideradas mínimas naquela sociedade. Indigentes, um subconjunto dos pobres, são aqueles cuja renda é inferior à necessária para atender apenas às necessidades nutricionais (ROCHA, 2006, p. 13).

Segundo Rocha, quando é adotada a “abordagem de necessidades básicas” é possível levar em conta a noção de “pobreza relativa”. Isto abre diversas possibilidades e existe amplo escopo para julgamentos de valor, associado à definição de necessidades básicas, por exemplo: no caso do saneamento, levar em consideração o contexto urbano ou rural; em relação à habitação, as necessidades básicas precisam considerar as realidades culturais. A abordagem de necessidades básicas insatisfeitas incorpora uma ampla gama de necessidades humanas, como educação, habitação, saneamento etc. A abordagem de necessidades básicas ou pobreza “multifacetada” opõe-se à abordagem da linha da pobreza por

abandonar a renda como indicador-chave, tendo interesse em adotar parâmetros que reflitam resultados efetivos em termos de qualidade de vida; estabelece objetivos e mede resultados para a sociedade como um todo (taxa de analfabetismo verificada junto à população como um todo e não aquela observada entre os pobres); enfatiza o caráter multidimensional da pobreza e reconhece a inter-relação entre as diversas carências. Esse aspecto, segundo a autora, resulta na implementação de políticas que privilegiam a complementaridade no combate aos diferentes aspectos da pobreza.

Além disso, observa Rocha (2006), a prioridade da temática da pobreza por parte das organizações internacionais voltadas para o desenvolvimento requeria um indicador sintético das condições de vida nos diferentes países. Assim, após três décadas, é divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento o chamado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH),⁴ no *Relatório de Desenvolvimento Humano* de 1990.

Rocha faz referência também à utilização, de forma complementar, das abordagens de renda e de necessidades básicas. Para isso, inicialmente se estabelecem linhas de pobreza para diferenciar pobres de não pobres com base em sua renda. Em seguida, a população pobre é caracterizada no que diz respeito às diferentes dimensões de seu bem-estar de forma mais específica. Este é considerado um procedimento flexível, pois em função de condições concretas e de propósitos específicos podem ser estabelecidos o nível da linha de pobreza e escolhidos os indicadores da qualidade de vida.

Prêmio Nobel de Economia e referência nos debates sobre este tema, Sen observa que a noção da pobreza simplesmente como escassez de renda possui reconhecimento na literatura que trata dessas questões. Porém, embora admita que a inadequação de renda seja a principal causa de privações e capacidades de uma pessoa normalmente associada à pobreza (como fome individual e coletiva), ele ressalta que não é adequado limitar a análise da pobreza à renda. Em adição a isso, Sen afirma que reorientar a concepção de pobreza centrada na renda para uma concepção centrada nas capacidades fornece uma compreensão mais adequada dos desafios existentes, além de proporcionar orientações mais claras das prioridades e políticas antipobreza (2001, p. 227).

Deste modo, Sen procura mostrar que é apropriado incorporar as “liberdades substantivas”, enquanto possibilidade de escolha dos indivíduos, a partir das “capacidades” que permitem realizar alternativas de funcionamentos ou “liberdade para ter estilos de vida diversos” (2002, p. 95). Isso porque, de acordo com ele,

[f]atores econômicos e sociais como educação básica, serviços elementares de saúde e emprego seguro são importantes não apenas por si mesmos, como pelo papel que podem desempenhar ao dar às pessoas as oportunidades de enfrentar o mundo com coragem e liberdade (SEN, 2002, p. 82).

Tudo parece indicar que, posto nesses termos, o fenômeno da pobreza é factível de ser enfrentado pelos indivíduos no interior da sociedade com base nas suas capacidades pessoais que oferecem alternativas, estimulam a assunção de responsabilidades e a realização de liberdades. Além disso, talvez seja interessante observar que, na ideia de condição de agente desenvolvida por Sen (2002, p. 121), os indivíduos são reconhecidos como pessoas responsáveis que contam com apoio do Estado e de outras instituições na criação de oportunidades. Nesta ideia parecem implícitas a culpabilização e a recriminação dos pobres pela situação de pobreza, pois seria, a princípio, resultado de escolhas e decisões individuais que não aproveitam tais oportunidades.

O fenômeno da pobreza a partir da análise das capacidades constitui um entendimento pretensamente “novo” e tem como base o reconhecimento das liberdades individuais. Sen (2001) contrapõe, desse modo, o “enfoque das capacidades” à compreensão usual do fenômeno da pobreza em termos de insuficiência absoluta ou relativa de renda e, conseqüentemente, como insuficiência de consumo. A leitura de Sen sobre o fenômeno da pobreza, além de reatualizar de forma mais abrangente a “Teoria do Capital Humano”, orienta a partir da discussão de capacidade humana o conceito de “pobreza multidimensional” que sustenta a necessidade de incluir diversos fatores além da renda. Nesta perspectiva, são levados em conta não apenas os “bens primários” que as pessoas possuem, mas também as “características pessoais relevantes” que “governam a conversão de bens primários na capacidade de a pessoa promover seus objetivos” (SEN, 2001, p. 95). Ele considera, assim, que as “rendas reais” podem ser indicadores insatisfatórios dos

componentes do bem-estar e da qualidade de vida, pois, “dada a diversidade interpessoal, relacionada a fatores como idade, sexo, talentos inatos, incapacidades e doenças, o conjunto de bens possuídos pode efetivamente nos dizer pouquíssimo sobre a natureza da vida que cada pessoa pode levar” (SEN, 2002, p. 101). Mas o autor não deixa de reconhecer que a desigualdade interpessoal de renda pode ser agravada pelo “acoplamento” de baixas rendas com “desvantagens na conversão de rendas em capacidades”, por exemplo, no caso de uma pessoa doente ou incapacitada que tem dificuldade para auferir uma renda adequada e enfrenta, também, maiores dificuldades para converter renda em capacidades e em uma vida satisfatória (SEN, 2002, p. 144). É importante observar que a diversidade interpessoal salientada pelo autor considera diversos fatores (sexo, idade, talentos, posse de bens), mas desconsidera a dimensão de classe e que a pobreza é resultado desta forma de organização social. Inclusive, na medida em que a posse de bens passa a ser mais um fator equiparado, por exemplo, com sexo, talento e idade, pode-se deduzir que na concepção de Sen a propriedade privada é um fenômeno natural.

As liberdades individuais, assim, sofrem influência, por um lado, da garantia social das liberdades, tolerância e possibilidade de troca. Por outro lado, são influenciadas pelo apoio público no fornecimento de serviços básicos de saúde e educação fundamental, essenciais para a formação e o aproveitamento das liberdades humanas (SEN, 2002, p. 59).

Em síntese, as considerações expostas permitem afirmar que a análise de Sen focaliza a pobreza como falta de liberdades e reorienta sua concepção de uma leitura centrada na renda para outra centrada na capacidade. Para ele, a sociedade atual é o único espaço possível de escolha, realização de liberdades, oportunidades e desenvolvimento de capacidades. Noções como “liberdade”, “capacidade”, “oportunidade”, “empoderamento”, “escolha”, “mercado”, “iniciativa” e “responsabilidade” ganham destaque e ilustram a visão que, em última instância, responsabiliza o indivíduo pela situação de pobreza e naturaliza a forma de organização social corrente.

Nesta perspectiva, Mauriel (2013, p. 107) sublinha que, na medida em que passa a ser atrelado às características individuais e não à estrutura

social, o fenômeno da pobreza torna-se “inextinguível”. Em outros termos, a identificação das causas da pobreza nos próprios indivíduos, nas suas características individuais, torna esse fenômeno um fato inevitável e o naturaliza, como algo que sempre existiu. Com isso,

[a] ideologia já não se funda em construir uma falsa consciência acerca do fenômeno, um espectro que oculte o real do antagonismo subjacente às formações capitalistas. Hoje, a ideologia quer mostrar o fenômeno em toda sua crueza e apresentá-lo como inevitável (MURILLO, 2007, p. 65 apud MAURIEL, 2013, p. 107).

Pode-se afirmar que Sen propõe uma discussão conceitual sobre desenvolvimento, pobreza e bem-estar social que, além de não considerar a transitoriedade histórica da sociedade capitalista, deixa em evidência e renova princípios de uma visão de mundo conservadora. Inclusive, o destaque que confere ao exercício efetivo das liberdades individuais reduz a emancipação humana à emancipação pessoal. Deste modo, é importante frisar que a concepção seniana, considerada por muitos heterodoxa, progressista, bem longe disso, reforça a visão de mundo da classe dominante, não sendo casual, portanto, ser fonte de inspiração teórica para as formulações do Banco Mundial.

Os enunciados teóricos de Giddens e Pierson (2000) e Beck (1995, 2008) também influenciam, a partir de 2000, concepções e prescrições de políticas de enfrentamento e combate à pobreza formuladas por organismos internacionais, momento em que passa a ganhar crescente destaque a “teoria do risco social”. Tais enunciados – sintetizados em propostas de administração ou gestão do risco social, domínio de oportunidades arriscadas, iniciativa local, promoção de uma sociedade civil ativa e tantas outras – prometem renovação e transformações, embora sustentem o triunfo do capitalismo, atualizando o discurso e as práticas conservadores. Nesses enunciados teóricos, é dos indivíduos atomizados, das famílias e das comunidades a responsabilidade de se proteger contra os riscos e de garantir a inserção no mercado. Para isso é considerado decisivo o aproveitamento positivo do estímulo oferecido pelo Estado, instituições e iniciativa privada. A renovação das funções do Estado e da sociedade civil, que são teorizadas a partir da chamada “terceira via”, constitui uma exigência para a implementação de propostas inspiradas em tais enunciados. A terceira via é definida como estrutura de

pensamento e práticas políticas que, ante o “fim do socialismo” e da “luta de classes”, está “situada entre a direita e a esquerda”.

As diferentes formas de explicar, definir e mensurar a pobreza, brevemente apresentadas, simplesmente ignoram a análise da origem e reprodução do fenômeno da pobreza nas relações sociais capitalistas. Isso explica por que, conforme observam Mauriel e Rais (2013, p. 130), atualmente a mensuração de pobres por “linhas de pobreza” com base na renda ainda se mantém como principal tendência no âmbito internacional e no Brasil. Os critérios para a mensuração com base na renda são diversos, tais como: variação do salário mínimo, padrões monetários internacionais (como dólar *per capita* ao dia), valores necessários para adquirir uma cesta básica de alimentos etc. Porém, com base no exemplo brasileiro, Pereira e Amorim (apud MAURIEL; RAIS, 2013) assinalam que hoje o número de extremamente pobres varia entre 10 a 50 milhões dependendo da linha utilizada. Configura-se, desse modo, como “problema político” o que parecia ser um problema técnico, pois as consequências sociais são evidentes na medida em que, segundo o tipo de linha utilizada, grupos sociais são incluídos ou excluídos na proteção pública. Por essa razão,

[...] desde sua origem, para além de um problema técnico, subjazem aos indicadores opções éticas, políticas e teóricas. E que a depender da perspectiva teórica prevalecente [...] os indivíduos realmente possuem o poder de definir prioridades e ações (MAURIEL; RAIS, 2013, p. 134).

Em suma, quando considerada a partir de diversos tipos de indicadores, a pobreza é reduzida a uma visão empirista e pensada a partir de sua aparência imediata, como insuficiência de renda e incapacidade de consumo, definindo suas formas de enfrentamento através de políticas e serviços sociais (SIQUEIRA, 2013, p. 193-197). Ainda sobre esse aspecto, no contexto neoliberal, diante da intervenção social do Estado mínima e focalizada, a redução dos parâmetros dos indicadores de pobreza e a identificação dos “mais pobres entre os pobres” é um imperativo para garantir a contenção de despesas e a redução do orçamento na área social.

A passagem a seguir ajuda a ilustrar de forma sintética o tratamento contemporâneo do fenômeno da pobreza e explica as formas de conceitualização e mensuração apresentadas,

[a] ciência deixa de ser uma forma de conhecimento para tornar-se uma técnica de abordagem de problemas específicos, perfeitamente delimitados, suscetíveis de observação objetiva, mensuração etc. É claro que nesse processo perde-se a noção do todo, do fato social total, ou de relações, processos e estruturas internos e externos. A ênfase do trabalho intelectual tende a concentrar-se sobre os meios de pesquisa e os modos de aperfeiçoar o status quo político-econômico da ocasião, ou as bases políticas, econômicas e culturais do capitalismo (IANNI, 2011, p. 205).

Nessas circunstâncias, é evidente por que as explicações predominantes de pobreza exibem aspectos conceituais e teóricos limitados e pressupõem uma visão de mundo implícita que naturaliza o fenômeno e o reduz à sua aparência imediata, e constituem inspiração inequívoca das políticas preconizadas pelo Bando Mundial, como se procura mostrar na próxima seção.

As concepções e prescrições do Banco Mundial para enfrentamento e combate à pobreza extrema: mudando para continuar o mesmo

Nesta seção, à luz das formas hegemônicas de explicação, conceituação e mensuração do fenômeno da pobreza, são apresentadas as concepções de pobreza e as propostas de enfrentamento formuladas por organismos internacionais, selecionando o Banco Mundial – BM – como paradigma, com base no exame de alguns de seus informes, relatórios de desenvolvimento e de pesquisa.⁵ A escolha do Banco Mundial levou em consideração os seguintes critérios: o fato de que a temática da pobreza se constitui no seu foco principal de interesse desde final da década de 1980; seu protagonismo como aparato institucional supranacional do capitalismo contemporâneo; sua influência notável sobre as demais instituições, internacionais e nacionais; seu peso na formulação das bases ideológicas, econômicas e políticas para o enfrentamento e combate da pobreza, assim como no fomento e financiamento de tais políticas.

Conforme Fontes (2010, p. 161-163), a condução política do pós-Segunda Guerra Mundial, no cenário internacional, estimulou a criação e o redesenho de inúmeras entidades para conter, por meio de métodos pragmáticos para a acumulação do capital, conflitos internos e contradições agudas. Nesse contexto, a autora situa a construção e consolidação de instituições

internacionais, articulando de forma desigual países e capitais, como novas formas de organização econômicas e políticas criadas no interior do imperialismo precedente, e que passam a integrar o que ela denomina “capital-imperialismo”.

O Banco Mundial, assim como outros organismos internacionais, tornou-se importante administrador e promotor de políticas de desenvolvimento e de enfrentamento da pobreza, principalmente nos países em desenvolvimento. As agências internacionais, em um cenário de pobreza alarmante, podem ser vistas como “braço prático”, “momento humanitário” da razão teórica que oferece “ações concretas”, dando a impressão de cuidado, zelo e compaixão pelos pobres e, sob outra ótica, esse momento humanitário nada mais seria do que um programa sistemático, um aspecto necessário, para a consolidação do capitalismo em escala global (DUAYER; MEDEIROS, 2003, p. 250).

Diante da pobreza vista como ameaça à segurança, Pereira assinala a introdução no Banco Mundial, na gestão McNamara (1968-1981), de uma estratégia amplificada de “combate à pobreza”, exigindo intervenção internacional através desse organismo (2009, p. 112-161 apud FONTES 2010, p. 192). Fontes se refere ao início de tal estratégia como a inauguração da

[...] ‘pobretologia’, com o fito de eliminar as análises totalizantes sobre as condições internacionais de produção da desigualdade e estimulando financeiramente estudos limitados a mensurá-la, capturando-a como alvo prioritário de atuação ‘coletiva’ mercantil-filantrópica e de expansão do capital-imperialismo (FONTES, 2010, p. 192).

A missão do BM, desde o Banco Internacional de Reconstrução e Fomento (BIRF), que foi o organismo facilitador da construção e do desenvolvimento no pós-guerra, evoluiu ao mandato atual de “aliviar a pobreza no mundo através de um processo de globalização inclusivo e sustentável”. Por conseguinte, as medidas de desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira, privatização do setor público e redução do Estado, recomendadas pelo Banco Mundial, têm como base as reformas estruturais de cunho neoliberal e ganham, a partir da tendência forçada contida nessas recomendações, caráter de “doutrina constituída”, “aceita na maioria dos países” (SOARES, 2009). Ademais,

[o] agir intencional de agentes humanos, dirigido ao estabelecimento da hegemonia de uma forma social particular de organização da produção, veio apresentado como se fosse o resultado natural de forças abstratas, cujo poder supera a capacidade de resistência da humanidade (CAM-MACK, 2002, p. 132 apud DUAYER; MEDEIROS, 2003, p. 250).

O caráter de “doutrina constituída” das recomendações do BM fica evidente, no seu *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000-2001*, quando defende que

[...] o debate sobre reformas não se refere a uma opção entre fazê-las ou não fazê-las: a ausência de reformas para desenvolver mercados vibrantes e competitivos e criar instituições sólidas condena os países a uma contínua estagnação e ao declínio (BANCO MUNDIAL, 2000, p. 62).

Poucos anos depois, o BM assegura que “a integração global tem proporcionado a redução da pobreza e, por isso mesmo, não deve ser revertida” (BANCO MUNDIAL, 2003, p. 11). Inúmeras são as passagens presentes nos documentos deste organismo que confirmam a confiança incondicional na globalização que (teoricamente) traz benefícios e melhorias na vida dos pobres. A proposta, conforme fica evidente na passagem a seguir, é administrar os possíveis problemas apresentados pela globalização e incluir um maior número de pobres no processo de globalização:

[o]s custos decrescentes das telecomunicações, informática e transportes que contribuíram para a globalização não serão revertidos [...] Contudo, protecionismo e nacionalismo seriam uma reação bastante danosa para os desafios criados pela globalização. Os problemas devem ser tratados de imediato, apesar de serem perfeitamente administráveis. [...] Muitos pobres estão se beneficiando com a globalização. O desafio é trazer mais deles para dentro do processo, e não regredir à mentalidade limitada e ao nacionalismo estreito dos anos 1930 (BANCO MUNDIAL, 2003, p. 212).

No *Relatório do Banco Mundial* (1990, p. X) os países são classificados conforme indicadores econômicos, distinguindo três grupos segundo o PNB *per capita* em 1988: “economias de baixa renda” integradas por países com PNB *per capita* igual ou inferior a US\$ 545; “economias de renda média” com PNB *per capita* superior a US\$ 545 e inferior a US\$ 6.000, grupo subdividido ainda entre economias de renda média baixa e de renda média alta; “economias de alta renda” com PNB *per capita* igual ou superior a US\$ 6.000.

Para o Banco Mundial, os países com economias de renda média e de renda baixa são as chamadas “economias em desenvolvimento”, mas ele reconhece que nem todas essas economias estão em estágios semelhantes. Em 1999, a imensa distância que separa o PNB *per capita* dos países de renda alta dos países de renda média e baixa ilustra o contraste entre países, inclusive, é óbvio que essa distância no rendimento provoca reflexos em termos de padrões de vida e de consumo:

[...] 25.730 dólares contra 1.240, podendo-se decompor o último número em 2 mil dólares para os países de renda média e apenas 410 dólares para países de renda baixa. Traduzindo a mesma informação para termos relativos, os 40,45% da população mundial que vivem nos países de renda baixa detêm 3,38% do PNB mundial; os 44,64% habitantes dos países de renda média detêm 18,21%; e os 14,91% dos países mais ricos controlam 78,41% do produto total (MEDEIROS, 2013, p. 310).

É importante registrar que, conforme lembra Mauriel (2013, p. 103), a escolha da pobreza como tema principal do *Relatório de Desenvolvimento Humano de 1990* foi resultado de uma onda de críticas ao banco por parte da opinião pública, que vinha aumentando desde 1985, principalmente em relação às medidas severas das políticas de ajuste estrutural. Dentre as críticas, se destaca a publicação dos estudos do Fundo das Nações Unidas para as Crianças (Unicef), intitulada *Ajuste com uma face humana*. Tal publicação enfatiza a piora nos indicadores de saúde, educação, renda e emprego nos países que estavam implementando as reformas orientadas pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial. Nesse contexto, assinala Mauriel, foi realizado um simpósio em Helsinque, em maio de 1987, que discutiu-se o Banco Mundial tinha abandonado seu foco de alívio da pobreza. Em virtude disso, em 1988, no setor que supervisionava e preparava os projetos que subsidiavam os empréstimos, as discussões sobre os programas de alívio da pobreza se tornaram mais significativas; durante 1989 a pobreza e as formas de combate passaram a incorporar a agenda de pesquisa e, ademais, foi decidida e reforçada a escolha da pobreza como principal tema do *Relatório de Desenvolvimento Humano de 1990*.

No prefácio desse relatório, o BM sublinha tratar a questão mais premente com que se defronta a comunidade em desenvolvimento: “como reduzir a pobreza”. E define pobreza como “incapacidade de atingir um padrão de vida mínimo” (BANCO MUNDIAL, 1990, p. 7).⁶ O padrão de

vida mínimo, segundo o Banco, deve ser avaliado pelo consumo, ou seja, pela despesa necessária para adquirir um padrão mínimo de nutrição, assim como outras necessidades básicas e uma quantia que possibilite a pessoa participar na vida cotidiana da sociedade.

Nesse relatório, o Banco Mundial avalia que dois fatores importantes determinam a pobreza: a “oportunidade de auferir renda” e a “capacidade de reação” (BANCO MUNDIAL, 1990, p. 39). Além disso, sustenta que no mundo em desenvolvimento uma parte significativa da população é vulnerável a uma série de adversidades como doenças e secas. De acordo com essa concepção, para assegurar um padrão de vida mínimo e o desaparecimento da pobreza são necessárias oportunidades seguras, capacitação, instrução e saúde.

Nesse processo, é fundamental a política interna implementada pelos países e a assistência internacional como apoio às ações empreendidas pelos países. Essa proposta deixa transparecer que o primeiro componente (o trabalho) cria a oportunidade para que os pobres possam obter rendimentos e, como consequência, com o aumento da renda deixariam de ser pobres; o segundo se refere às políticas sociais focalizadas implementadas pelo Estado com o objetivo de capacitar os pobres, aumentando o “capital humano”. Sob esta ótica, o aumento do “capital humano” (educação e saúde) aumentaria a produtividade e, conseqüentemente, a renda. Conclui-se que, neste relatório, a variável renda adquire prioridade na avaliação da pobreza e, coerente com essa perspectiva, o investimento em “capital humano” constitui uma medida de suma relevância para seu enfrentamento.

No *Prefácio do Relatório 2000-2001*, o funcionamento dos mercados, instituições, sociedades e as opções na ação pública no âmbito local, nacional e mundial são considerados aspectos decisivos para conseguir a redução significativa da pobreza. O BM reconhece também de maneira explícita a “distribuição extraordinariamente desigual dos ganhos globais”, apesar de que a “riqueza global, as conexões mundiais e a capacidade tecnológica nunca foram maiores” (BANCO MUNDIAL, 2000, p. 3). Reconhece, igualmente, que a experiência é muito diferente de uma região para outra e identifica regiões em que o número de pobres diminuiu e outras em que apresentou um aumento significativo.⁷ Admite inclusive a possibilidade de fracasso das reformas e indica como

possíveis motivos: reformas incompletas no setor financeiro, corrupção em grande escala, inadequação do investimento público e excesso de burocracia (BANCO MUNDIAL, 2000, p. 65).

Nesse *Relatório 2000-2001*, o próprio Banco Mundial oferece uma síntese do conteúdo das reformas favoráveis ao mercado que integram as dez políticas prioritárias do chamado Consenso de Washington: disciplina fiscal; redirecionamento da despesa pública para a educação, a saúde e o investimento em infraestrutura; reforma fiscal: ampliação da base fiscal e corte das taxas de juros marginais; taxas de juros determinadas pelo mercado e positivas (mas moderadas) em termos reais;⁸ taxas de câmbio competitivas; liberalização do comércio: substituição de restrições quantitativas por tarifas baixas e uniformes; abertura ao investimento estrangeiro direto; privatização de empresas estatais; desregulamentação: abolição de regulamentos que impedem a entrada ou restringem a concorrência, exceto os que se justificam por razões de segurança, meio ambiente e proteção do consumidor e prudente supervisão de instituições financeiras; segurança jurídica para os direitos de propriedade (WILLIAMSON, 1993 apud BANCO MUNDIAL, 2000, p. 63).

O Banco afirma que o maior desafio que o mundo enfrenta é a “pobreza em meio à abundância” e assume como missão “combater a pobreza”. “Curiosa razão essa que sustenta e promove uma ordem social que produz miséria e se quer redenção da pobreza. Curiosa instituição essa cujo slogan *Atacar a pobreza* é um cruel eufemismo para *Atacar os pobres*”. (CAMMACK, 2002, p. 134 apud DUAYER; MEDEIROS, 2003, p. 252, grifos dos autores).

Atacar a pobreza com certeza é um desafio crescente se considerada a estimativa que consta nesse relatório de que nos próximos 25 anos cerca de 2 bilhões de habitantes serão acrescentados à população mundial, quase todos (cerca de 97%) nos países em desenvolvimento (BANCO MUNDIAL, 2000, p. 6).⁹

Poucos dados, extraídos do próprio relatório do BM desse ano, são mais que suficientes para ilustrar a dimensão que adquire o desafio de combater a pobreza e confirmar o caráter irrealizável da missão do Banco: 2,8 bilhões (quase a metade) dos 6 bilhões de habitantes do mundo vivem com menos de 2 dólares por dia; 1,2 bilhões (um quinto)

com menos de 1 dólar por dia; nos países mais pobres um quinto das crianças morrem antes de completar 5 anos e a proporção de crianças dessa idade desnutridas chega a 50%, enquanto nos países ricos menos de uma criança em 100 não completa cinco anos e menos de 5% de todas as crianças com menos de 5 anos são desnutridas; seis em cada 100 crianças não chegam ao primeiro ano de vida e oito morrem antes de completar cinco anos; das crianças que atingem a idade escolar, 9 meninos e 14 meninas em cada 100 não frequentam a escola primária; a diferença da renda média dos 20 países mais ricos equivale a 37 vezes a média dos 20 países mais pobres, diferença que duplicou nos últimos 40 anos.¹⁰

Uma síntese retrospectiva das diversas reformulações teórico-conceituais dos diagnósticos e terapias de “ataque à pobreza” é apresentada no *Relatório do Banco Mundial* (2000, p. 6-7). Segundo tal retrospectiva, nos anos 70, os grandes investimentos em capital físico e infraestrutura eram considerados a principal via para o desenvolvimento. Articulada a essa noção, em 1980 o relatório sustentava também a importância das melhorias da saúde e educação para promover o aumento da renda da população pobre. Em 1980, após a crise da dívida, ganhou ênfase a melhoria da gestão econômica e a liberação das forças do mercado. Por sua vez, como visto, o *Relatório de 1990*, propunha uma estratégia dupla: a utilização intensiva de mão de obra, promovendo o crescimento mediante a abertura econômica e investimento em infraestrutura e proporcionar serviços básicos de saúde e educação para os pobres. O centro do debate foi posto no governo, instituições e nas questões de vulnerabilidade no âmbito local e nacional.

Uma década depois, já no início do terceiro milênio, no *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2000-2001*, conforme assinalado, o Banco coloca a “luta contra a pobreza” no centro de todas as suas atividades e afirma que procura ampliar o conhecimento sobre a pobreza e suas causas e “define ações para criar um mundo sem pobreza em todas as suas dimensões”.¹¹ Neste relatório, o fenômeno da pobreza passa a ser compreendido de uma forma mais ampla, tornando, desse modo, “mais complexas as estratégias” para o seu enfrentamento.

A pobreza, a partir dessa ampliação na sua definição, com evidente influência de Amartya Sen e incorporando também a noção de risco,

assume uma “visão multidimensional” e passa a ser reconhecida da seguinte forma: “[...] pobreza é mais que renda ou desenvolvimento humano inadequado; é também vulnerabilidade e falta de voz, poder e representação [...] é preciso levar em conta outros aspectos, como os fatores sociais e as forças culturais” (BANCO MUNDIAL, 2000, p. 12).

Isto significa que, além da avaliação da pobreza pela variável renda, ela é considerada como “ausência de capacidades”, “indivíduo em situação de vulnerabilidade” e “exposto a risco”. Sob essa ótica, a ausência de capacidades diminui o potencial do indivíduo em obter renda e, em virtude disso, o tema central deste relatório, é a expansão das capacidades humanas das pessoas pobres, ficando patente a noção de Sen, de “desenvolvimento como liberdade”, como processo de expansão das liberdades humanas. Daí a afirmação do BM, de que os pobres “são os principais agentes da luta contra a pobreza”, limitando a presença do Estado para contribuir no aumento das capacidades dos pobres. Mas, uma vez que as pessoas estão capacitadas para procurar seu desenvolvimento no mercado, a ação do Estado se tornaria desnecessária.

Em virtude da ampliação da definição, a pobreza é entendida como resultado de múltiplas privações produzidas por processos econômicos, políticos e sociais que se relacionam entre si. Segundo o BM, as pessoas se mantêm pobres materialmente como resultado de bens escassos, mercados inacessíveis e poucas oportunidades de emprego. Considerando a experiência acumulada e o novo contexto global, ele propõe atacar a pobreza através de uma estratégia em três frentes complementares entre si: “promover oportunidades”¹² e compensar os que podem sair perdendo com a transição; “facilitar a autonomia”¹³ mediante a responsabilidade e colaboração ativa entre os pobres e outros grupos da sociedade e a participação dos pobres nas decisões locais e nos processos políticos; e “aumentar a segurança”¹⁴ para controlar o risco de choques econômicos, os riscos que os pobres enfrentam e ampliar os bens de que os pobres dispõem (BANCO MUNDIAL, 2000, p. 6). A partir deste relatório é possível identificar novos mecanismos de intervenção política que valorizam a participação dos pobres e o fortalecimento das instituições como forma de administrar os riscos e aumentar a segurança para reduzir a vulnerabilidade dos pobres.

Na visão do BM, as chaves para aumentar oportunidades, autonomia e segurança dependem das políticas e instituições no âmbito nacional e local, mas as ações no âmbito global são complementos cruciais da ação nacional.¹⁵ Essas frentes complementares e as intervenções para melhorar o bem-estar dos pobres interagem de maneira importante. Consequentemente, para o banco, por exemplo, o aumento da educação leva a melhores resultados em termos de saúde. A melhoria da saúde aumenta o potencial de geração de renda. A visão multidimensional de pobreza leva em conta também outros aspectos como fatores sociais e forças culturais. A provisão de redes de segurança permite que os pobres realizem atividades de maior risco e rendimento mais alto. Por esse motivo, o BM afirma que, nesse relatório, “defende uma estratégia integral de luta contra a pobreza” (BANCO MUNDIAL, 2000, p. 7).

Mauriel (2013, p. 105) observa que a estratégia de combate à pobreza, como resultado da ampliação da agenda do Consenso de Washington, apresenta como quadro de referência a ideia de desenvolvimento vinculada a diferentes adjetivos: liberdade, justiça, equidade, sustentabilidade.¹⁶ Nesse contexto,

[...] os programas de ajuste de segunda geração passam a entender o Estado como um mecanismo estratégico para a consolidação dos mercados nos países em desenvolvimento. [...] os Estados deveriam atuar em parceria com eles para corrigi-los sem ocupar ou substituir seu lugar (MAURIEL, 2013, p. 195).¹⁷

O livro intitulado *Globalização, crescimento e pobreza* (2003) apresenta a visão do Banco Mundial sobre os efeitos da globalização, tendo como finalidade ajudar os países a encontrar políticas que reduzam os “riscos” da integração e divulgar os prós e os contras da globalização. A pesquisa atesta uma suposta melhoria da condição geral do desenvolvimento humano na virada do terceiro milênio e afirma o potencial da globalização para efetivar mais melhorias. Garante, assim que “[a] integração global já é uma força poderosa para a redução da pobreza, mas poderia ser ainda mais efetiva” (BANCO MUNDIAL, 2003, p.15). Além disso, o BM destaca uma série de medidas que facilitariam o processo de inclusão de países na globalização contemporânea, visto que o “mundo tem um grande interesse em ajudar os países a se integrarem à economia global” (BANCO MUNDIAL, 2003, p. 10).

Na avaliação do Banco Mundial, as tendências do desenvolvimento mundial dos últimos 25 anos, no período que este organismo denomina de “terceira onda da globalização”,¹⁸ são positivas, pois um grande número de países em desenvolvimento entrou nos mercados globais e os movimentos de migração internacional e fluxos de capitais se tornaram substanciais, embora alguns países em desenvolvimento venham ficando cada vez mais à margem da economia mundial e sofram com a diminuição da renda e com o aumento da pobreza (BANCO MUNDIAL, 2003, p. 55).

Essa pesquisa defende que a globalização “tem sido motor propulsor de uma notável redução da pobreza nos países recentemente globalizados. Ações que simplesmente revertissem a globalização teriam um preço absurdamente alto, destruindo as perspectivas de prosperidade para milhões de pobres” (BANCO MUNDIAL, 2003, p. 196). A pobreza é associada a “países em desenvolvimento menos globalizados” que entre 1993 e 1998, segundo dados da pesquisa, apresentam queda nas rendas *per capita* e diminuição na expectativa de vida e no número de matrículas nas escolas.

O BM assegura ter ocorrido, desde 1980, o controle do avanço da pobreza e a redução da desigualdade entre os países e, mais uma vez, a globalização é ressaltada como estratégia que deixa evidentes os efeitos positivos na vida dos pobres e na redução significativa da pobreza.

Entre as nações mais ricas há convergência: os menos ricos conseguiram alcançar os mais ricos, ao mesmo tempo que, internamente, há uma crescente desigualdade em alguns países. Entre os países recentemente globalizados também tem havido convergência e redução da pobreza. Da mesma forma, o nível de desigualdade na China vem crescendo, mas isso não ocorre praticamente em nenhum outro lugar. Entre os países ricos e as nações recentemente globalizadas tem havido convergência. O resultado final é que a antiga tendência de desigualdade global em alta e aumento no número de pessoas na pobreza absoluta foi detida e até mesmo revertida. [...] Assim, fica claro que a globalização pode ser uma força para a redução da pobreza. (BANCO MUNDIAL, 2003, p. 78, grifos nossos).

Na tentativa de compreender os motivos que explicam por que a experiência de muitos países tem sido oposta à das nações globalizadas e fracassou na iniciativa de entrar nos mercados globais, o Banco Mundial

(2003, p.65-67) identifica três pontos de vista que, como as próprias denominações provam, são classificados de forma nada convencional. A visão “junte-se ao clube” entende que “políticas econômicas ruins” foram a causa do fracasso de países globalizados fracos em aproveitar sua vantagem de “mão de obra abundante”. Conforme essa visão, a integração desses países ao mercado mundial será resultado da melhoria nas políticas, instituições e infraestrutura. A visão da “desvantagem geográfica” identifica as dificuldades na localização, apesar de contar com boas políticas, instituições e infraestrutura. A visão “perderam o bonde” aceita a visão “junte-se ao clube”, que admite que com boas políticas alguns desses países teriam entrado no mercado de manufaturados e serviços, mas acrescenta que a maioria deles agora “perdeu a oportunidade”, já que as oportunidades foram ocupadas pelos países que se globalizaram antes.

No parecer do BM, é razoável que cada uma das visões apresentadas anteriormente esteja correta em algum aspecto. Além disso, segundo as perspectivas assinaladas na pesquisa, parece “provável que haverá espaço para novos participantes no mercado global de manufaturados e serviços”, incorporando cidades bem localizadas que reformem suas políticas e se tornem “aglomerações bem-sucedidas”. Contudo, esse parecer agrega uma conclusão formidável: “parece plausível que se todos os países se reformassem, haveria uma quantidade maior de lugares mais bem localizados do que novas aglomerações, então alguns países teriam realmente ‘perdido o bonde’” (BANCO MUNDIAL, 2003, p. 67).

Além disso, reconhece que na globalização “há tanto ganhadores quanto perdedores” (BANCO MUNDIAL, 2003, p. 10) e afirma que o estudo destaca muitas “ações que poderiam tornar a globalização mais benéfica”. Dentre essas ações enfatiza sete consideradas como sendo mais importantes para fazer com que a globalização funcione para os pobres, conforme síntese a seguir: 1) focar a questão do acesso aos mercados, pois os países deveriam ficar livres por parte dos acordos comerciais para adotar abordagens institucionais diferentes em relação a normas ambientais, assistência social, preservação cultural e outras questões; 2) “melhorar o ambiente de investimentos nos países em desenvolvimento”, no sentido de garantir uma boa governança econômica (controle da corrupção, funcionamento adequado da regulamentação

e da burocracia, cumprimento de contratos e proteção aos direitos de propriedade); 3) “investimentos complementares em serviços sociais para assegurar que os pobres se beneficiem com o crescimento”, através de educação, ambiente de investimentos positivo, capacitação para que participem dos benefícios de uma economia em expansão e envolvimento nas decisões que afetam suas vidas; 4) “assistência social adequada ao mercado de trabalho mais dinâmico em uma economia aberta”; 5) “maior volume de ajuda internacional mais bem administrado”, criando um ambiente de políticas sólidas direcionadas a alguns benefícios específicos quanto à saúde, às condições geográficas de países e pessoas marginalizadas, para pesquisar tecnologias de saúde e cultivo etc.; 6) “perdão de dívidas” é uma espécie de ajuda que não deve sair dos fundos destinados à assistência internacional, mas precisa ser complementada com maiores volumes de assistência internacional; 7) “ênfasis na importância de lidar com a emissão dos gases que causam o efeito estufa e o aquecimento global”, pois é uma área crítica na qual existe falta de cooperação global e um dos problemas que irá recair particularmente sobre os países e as pessoas pobres (BANCO MUNDIAL, 2003, p. 207-212).

Já no *Informe sobre o Desenvolvimento Mundial 2006. Equidade e Desenvolvimento* (BANCO MUNDIAL, 2005) se reconhece a extraordinária “desigualdade de oportunidades” entre países e no seu interior e é enfatizado o “papel da equidade no processo de desenvolvimento”. A equidade é definida através de dois princípios básicos: 1) “igualdade de oportunidades”, que significa que as conquistas da vida de uma pessoa devem ser resultado principalmente de seus talentos e esforços e não de circunstâncias predeterminadas (como raça, gênero, país de nascimento e história familiar); 2) “evitar a privação absoluta”, principalmente de saúde, educação e níveis de consumo.

O BM assinala que o propósito da política não é a igualdade nos resultados finais, mas interessa, sobretudo, sua influência sobre a privação absoluta e seu papel na determinação de oportunidades. Com isso, as chances dos membros de uma sociedade se tornarem ativos, produtivos economicamente e influentes politicamente são similares. Inclusive, a igualdade de oportunidades não elimina diferenças nos resultados finais, pois existem diferenças de preferências, talentos, esforços e

sorte. Por conseguinte, a ação pública não deve concentrar-se na desigualdade de renda, mas na distribuição de ativos, oportunidades econômicas e poder político (BANCO MUNDIAL, 2005, p. 2).

Em resumo, este *Informe* sustenta que a equidade ocupa o lugar central na interpretação de experiências de desenvolvimento e na formulação de políticas de desenvolvimento. Com isso, as principais causas da pobreza encontram-se tanto na privação de poder como de oportunidades. A equidade exige, assim, que a “razão das oportunidades sejam o talento e o esforço”, antes de outras circunstâncias determinadas como raça, gênero, trajetória familiar e social (BANCO MUNDIAL, 2005, p. 178).

Em 2013, a “administração de riscos” atrelada à noção de desenvolvimento ganha pleno destaque como atesta o próprio *Informe sobre o Desenvolvimento Mundial 2014: Risco e oportunidade. A administração do risco como instrumento de desenvolvimento*. Logo após os agradecimentos, a legenda de uma foto que ocupa uma página inteira exhibe, de forma patente e emotiva, qual é o entendimento oficial em relação ao título acima mencionado: “[a]dministrar o risco para alcançar uma vida cheia de oportunidades: em Gana, uma mãe protege o filho contra malária com um mosquiteiro” (BANCO MUNDIAL, 2013, p. 2, tradução própria).¹⁹

A premissa do BM é simples e bem parece um silogismo: quando não se assumem riscos necessariamente se perdem oportunidades de desenvolvimento; para aproveitar oportunidades é imprescindível assumir riscos. Em síntese, com explícito otimismo, o banco afirma que

[o] destino dos indivíduos e famílias pode mudar favoravelmente se fazem planos e se preparam para afrontar os riscos e aproveitar as oportunidades que são parte essencial da vida moderna. O destino das comunidades e dos países também pode melhorar se compartilham a necessária responsabilidade permanente para administrar os riscos com êxito (BANCO MUNDIAL, 2013, p. 42, tradução própria).²⁰

A organização afirma que esse *Informe* é um guia valioso para incorporar a administração do risco nos programas internacionais e para ajudar a países e comunidades a fortalecer seus sistemas de administração de risco. Nas palavras do BM, “[o] Grupo do Banco Mundial atravessa atualmente um processo de transformação que exige modificar a cultura institucional em relação a risco [...] o maior risco talvez seja não assumir nenhum risco” (BANCO MUNDIAL, 2013, p. V, tradução própria).

Uma série de “conceitos-chave” é apresentada para a administração do risco e deixa transparecer aspectos teóricos desenvolvidos por Beck, Giddens e Pierson: 1) para aproveitar as oportunidades os indivíduos devem enfrentar o risco; 2) os indivíduos não devem enfrentar só um risco, mas muitos (perda de emprego, doenças, desastres naturais, assassinatos, crises financeiras); 3) esses riscos frequentemente representam obstáculos para administrar o próprio risco; 4) os obstáculos podem ser superados se o risco é compartilhado com outros (família, comunidade, empresas, governo, bancos, comunidade internacional); 5) o risco pode ser administrado através de ações coletivas e das instituições; 6) a administração do risco pode ser um poderoso instrumento de desenvolvimento (BANCO MUNDIAL, 2013, p. 6).

O BM sustenta que o desenvolvimento de políticas públicas eficazes, além de identificar e analisar os riscos e os obstáculos, exige também a avaliação dos seguintes aspectos: incentivos, informação, condutas e recursos (BANCO MUNDIAL, 2013, p. 17). A administração de riscos permite evitar danos e se torna imprescindível para superar os obstáculos e as ameaças crescentes que caracterizam a sociedade moderna, assim como para prevenir retrocessos no desenvolvimento.

Segundo dados do Banco Mundial, ainda resta mais de 1 bilhão de seres humanos (15% da população mundial) que sobrevive abaixo da linha da pobreza, sendo que países como Brasil, China e Índia têm conseguido reduzir os índices de miséria absoluta, melhorar os índices de desenvolvimento humano e inserir os mais pobres no mercado de consumo.

À guisa de conclusão

Conforme atestam os documentos analisados, pode-se afirmar que o Banco Mundial, tendo como base as análises correntes do fenômeno da pobreza abordados inicialmente, limita-se a apresentar com um linguajar sempre remodelado propostas de “ataque à pobreza” que consolidam a ordem social vigente. Na medida em que esses fundamentos subentendem o capitalismo como ponto terminal da história, hipostasiando-o de forma clara em conceitos tais como sociedade moderna, pobres, capacidades, capital humano, capital social, indivíduos, liberdade, risco, entre outros, as possibilidades teóricas e

as práticas que nelas se inspiram só podem ser definidas no limite do próprio capitalismo. De fato, os dados examinados demonstram que,

[o] mundo, que deveria ser purificado pela capitalização da vida e liberalização dos mercados para finalmente alcançar a glória do ‘desenvolvimento sustentado’ enredou-se por tempo indeterminado no castigo do purgatório. Diante do descomunal fracasso desse caminho da redenção pelo sofrimento, fica difícil encontrar as razões da insistência obstinada na mesmíssima prática há tantos e tantos anos, caso se parta do princípio de que a prescrição do mal para a cura possua a melhor das intenções (MEDEIROS, 2013, p. 318).

Em linhas gerais, os fundamentos teóricos das análises correntes do fenômeno da pobreza contemporânea deixam patente a incapacidade de teorias com uma visão de mundo conservadora admitirem as verdadeiras causas do fenômeno da pobreza como resultado intrínseco do modo de produção capitalista, produto de suas relações sociais. Deste modo, parece evidente que a explicação predominante da pobreza exhibe aspectos conceituais e teóricos insustentáveis e pressupõe uma ontologia conservadora implícita. De qualquer forma, o exame desses fundamentos é de extrema relevância, visto que, apesar de parciais, superficiais e/ou falsos, eles possuem uma função prático-social (DUAYER, 2001), produzem uma inteligibilidade do fenômeno e, em virtude disso, determinam e orientam organismos nacionais e internacionais na elaboração de prescrições para o enfrentamento e combate à pobreza, tal como exemplificado neste artigo por intermédio do Banco Mundial.

A pobreza naturalizada e desistoricizada passa a ser um fenômeno comum a todas as variadas formas de organização social ao longo da história. Impossível, portanto, de ser compreendida. A suposta neutralidade axiológica que orienta os estudos (e políticas oficiais e oficiosas) contemporâneos sobre pobreza subentende, na verdade, uma concepção conservadora que eterniza precisamente as relações sociais que geram o fenômeno da pobreza. Por conseguinte, a visão conservadora que está presente nas formas de explicação, conceituação, mensuração e nos fundamentos teóricos é também característica do Banco Mundial, reconhecido organismo internacional representante do capital, que de forma explícita assume o combate à pobreza extrema como missão nos últimos anos do século passado. O exame de relatórios e informes desse organismo mostra a clara influência desses fundamentos teóricos

e evidencia o seu papel ativo na ofensiva ideológica contemporânea. Tal exame mostra, ademais, a ilimitada obstinação do BM em conceituar e formular prescrições para o combate à pobreza que existe em uma forma de organização social cuja lógica produz e reproduz as próprias mazelas que se propõe combater, de modo que tal combate precisa ser restringido a medidas paliativas.

A partir do conjunto dessas considerações, defende-se que a leitura hegemônica sobre o fenômeno da pobreza, nos termos de Duayer (2011, p. 98), como crítica positiva, interdita toda análise e toda prática que transcendam os limites do existente. A crítica positiva é a crítica exercitada assumindo esta forma de organização social como um dado insuperável.

Portanto, o Banco Mundial, reconhecido organismo internacional, constitui um instrumento ativo na ofensiva ideológica que sustenta a globalização e o livre mercado (mesmo passando a entender nos anos 2000 o papel estratégico do Estado e outras instituições para a consolidação dos mercados) como soluções únicas para o combate à pobreza mundial. Como ilustrado na exposição realizada neste artigo, o BM é extremamente perseverante em afirmar e reafirmar seu compromisso com o combate à pobreza extrema, em conceituar e reconceituar a pobreza, assim como em formular e reformular prescrições para o seu combate. Certamente, sob o capital, essa perseverança, tal como a própria existência da pobreza em meio à crescente abundância, não pode ter fim. Eis aí o motivo que ilimitadamente renova a perseverança.

Notas

¹ Fragmento com modificações extraído da Tese de Doutorado (Cf. ESCURRA, 2015).

² Cf. Santos (2009, p. 20-22 e 77-80).

³ A conceituação e a proposta de mensuração apresentadas têm como referência Rocha (2006, p. 9-29, Capítulo 1: Conceituar para medir: o que é pobreza?).

4 Indicador baseado na média aritmética simples de três indicadores: esperança de vida ao nascer, o nível educacional e o PIB *per capita*. Este indicador, criado em 1990 pelos economistas Sen e Mahbud Ui Haq, é um exemplo de tentativa de incorporar outros critérios além da renda para a construção de indicadores capazes de dar conta da complexidade social. Ao longo das últimas duas décadas, outros oito indicadores sociais foram criados pelo PNUD: Índice de Liberdade Humana, Índice de Liberdade Política, Índice de Desenvolvimento de Gênero, Índice de Poder por Gênero, Medida de Privação de Capacidade e Índice de Pobreza Humana (MAURIEL; RAIS, 2013, p. 130).

5 Para a análise deste organismo foram selecionados relatórios do período compreendido de 1990 até 2014, ao longo do qual se comprovam: por um lado, a priorização do tema pobreza e, por outro, as mudanças em sua conceituação, que passa de uma visão mais restrita com base na renda, característica dos anos de 1990, a uma visão ampliada, a partir da incorporação, no início do século XXI, da concepção de pobreza multidimensional e da noção de risco.

6 Nesse relatório se afirma que é necessário definir de forma precisa o significado de pobreza: “Pobreza não é o mesmo que desigualdade. Enquanto pobreza diz respeito ao padrão de vida absoluto de uma parte da sociedade – os pobres –, desigualdade se refere aos padrões de vida relativos de toda a sociedade. Na desigualdade máxima, uma pessoa tem tudo, e nesse caso obviamente é grande a pobreza. Mas a desigualdade mínima (situação em que todos são iguais) é possível tanto com pobreza zero (ninguém é pobre) quanto com pobreza máxima (todos são pobres)” (BANCO MUNDIAL, 1990, p. 26-27).

7 Já na década anterior o BM argumentava que “[o] ônus da pobreza não se distribui equitativamente entre as regiões do mundo em desenvolvimento, entre os países situados nessas regiões e entre as regiões desses países” (BANCO MUNDIAL, 1990, p. 2).

8 É importante frisar a oportuna incongruência do texto observada por Medeiros (2013, p. 314) quando se pergunta como é possível sugerir que as taxas de juros devem ser positivas e moderadas se são determinadas pelo mercado.

9 Já na década anterior, diante da alarmante estimativa de crescimento populacional, ganham destaque iniciativas como os “búfalos do planejamento familiar e festivais de vasectomia na Tailândia”, consideradas pelo BM como um surpreendente método que, com um “misto de humor e audácia”, é um bom exemplo dos benefícios práticos imediatos da redução da fecundidade. Os participantes registrados no programa de planejamento familiar são beneficiados através de diversas vantagens econômicas como, por exemplo: aluguel de animais para arar os campos (os chamados “búfalos do planejamento”) a preços inferiores; vantagens financeiras na comercialização de produtos; aquisição de fertilizantes e sementes a preços menores do que nas lojas locais; desconto no transporte de mercadorias para o mercado; ou recebimento de leitões de presente (BANCO MUNDIAL, 1990, p. 92).

10 Medeiros (2013, p. 310) reforça o caráter profundamente desigual da sociedade contemporânea lembrando que, em 2005, a revista norte-americana *Forbes* estima a soma das dez maiores fortunas pessoais do mundo em 262,2 bilhões de dólares (aproximadamente 45% do PNB da Índia, país onde vivem aproximadamente 17% da população mundial) e em 2011 a fortuna dos dez mais ricos do mundo alcança a soma de 406,1 bilhões de dólares.

11 Nos anos 2000, durante a Cúpula do Milênio das Nações Unidas, diante do cenário mundial de pobreza e desigualdade e do fracasso na tentativa de executar políticas para sua superação, representantes de 189 países de todos os continentes refletiram acerca dos principais problemas mundiais e firmaram o compromisso conhecido como *Pacto de Desenvolvimento do Milênio*. O pacto, contendo Objetivos e Metas do Milênio até o ano de 2015, foi elaborado pela própria ONU com apoio dos organismos internacionais mais representativos, e tinha o compromisso de combater a extrema pobreza e outros males da sociedade a fim de “alcançar um mundo mais justo, solidário e seguro”. Não é o objetivo aqui analisar os resultados alcançados, mas sim ressaltar a sintonia da agenda do Banco Mundial com estas metas. Na perspectiva dos responsáveis pela formulação do pacto, sua finalidade é transformar em prioridade alguns assuntos que ainda são um desafio diário para muitas pessoas no mundo como, por exemplo, a extrema pobreza e a fome, o acesso à educação de qualidade, a igualdade entre os sexos, a melhoria da saúde materna, o combate ao HIV/aids e a outras doenças, a preservação do meio ambiente e a concretização do direito ao desenvolvimento para todos. Ver: www.pnud.org.br e Banco Mundial (2000, p. 5).

12 A promoção de oportunidades materiais enfatizadas pelos pobres diz respeito a “empregos, crédito, estradas, eletricidade, mercados para seus produtos e escolas, água, saneamento e outros serviços que sustentam a saúde e os conhecimentos essenciais para o trabalho”. Para gerar oportunidades “[o] crescimento econômico é crucial [...] mas também o é o padrão ou qualidade do crescimento. [...] É preciso haver mecanismos que criem novas oportunidades e compensem os que podem sair perdendo com a transição. Nas sociedades com muita desigualdade, uma maior equidade é particularmente importante para obter um rápido progresso na redução da pobreza” (BANCO MUNDIAL, 2000, p. 7).

13 A estratégia de facilitar autonomia definida pelo BM reconhece que “[o] acesso às oportunidades de mercado e serviços do setor público em geral é influenciado pelo Estado e pelas instituições sociais, que devem ser sensíveis aos pobres e responsáveis. A responsabilização é um esforço intrinsecamente político que requer uma colaboração ativa entre os pobres, a classe média e outros grupos da sociedade. [...] bem como pelo fortalecimento da participação dos pobres nos processos políticos e nas decisões locais. Também é importante eliminar as barreiras sociais e institucionais que resultam de distinções baseadas no sexo, etnia e condição social” (BANCO MUNDIAL, 2000, p. 7).

14 Na visão do BM, aumentar a segurança significa: “[a] redução da vulnerabilidade (a choques econômicos, catástrofes naturais, doença, incapacidade e violência pessoal), além de ser parte intrínseca da melhoria do bem-estar, incentiva o investimento em capital humano e em atividades de maior risco e maior rendimento. Isso requer uma ação nacional eficaz para controlar o risco” (BANCO MUNDIAL, 2000, p. 7).

15 Tal afirmação fica patente na seguinte passagem: “Um mundo divergente? Ou um mundo inclusivo? Um mundo com pobreza? Ou um mundo sem pobreza? Ações simultâneas para aumentar a oportunidade, autonomia e segurança podem criar uma nova dinâmica de mudança que permita reduzir a privação humana e criar sociedades justas que sejam competitivas e produtivas. Se os países em desenvolvimento e a comunidade internacional colaborarem para combinar essa visão com recursos reais, tanto os financeiros quanto os incorporados nas pessoas e instituições (sua experiência, conhecimento e imaginação), o século XXI testemunhará um rápido progresso na luta para acabar com a pobreza” (BANCO MUNDIAL, 2000, p. 15).

16 Nesse texto a autora expõe como e com que sentido a questão da pobreza é incorporada na agenda social do desenvolvimento na periferia capitalista. Com esse objetivo ela caracteriza a política social na primeira geração de ajustes neoliberais de focalização e alívio à pobreza mais urgente e a segunda geração de ajustes denominada com face humana, quando a temática do desenvolvimento é atrelada ao combate à pobreza. Cf. Mauriel (2013, p. 97-117).

17 Gonçalves (2012) sublinha que a crítica ao Consenso de Washington resultou na formulação do chamado Pós-Consenso de Washington Ampliado, que envolve reformas de segunda geração e reformas institucionais, a saber: estabilidade macroeconômica e medidas estruturantes com impacto no longo prazo como, por exemplo, eficiência nos setores privatizados, investimentos do governo em educação e tecnologia, redução de falhas do mercado, construção de instituições sólidas.

18 Neste relatório o Banco Mundial identifica “três ondas de globalização”, a primeira onda de globalização moderna entre 1870 e 1914, a segunda entre 1945 e 1989, e a terceira onda de globalização que teve início por volta de 1980 e continua até hoje.

19 Parece, no mínimo, cínico que, no século XXI, uma organização internacional que se diz preocupada em “combater a pobreza no mundo” consiga abertamente associar a “utilização de mosquiteiro” a uma estratégia para alcançar uma “vida cheia de oportunidades”...

20 Nada mais ilustrativo que depoimentos da vida real para ajudar a compreender o entendimento do Banco Mundial: “Cresci numa atmosfera de guerra. E aprendi que cada um pode planificar seu destino, ao menos em parte, se avalia seus riscos e faz alguma coisa a respeito” (experto na Universidade de Columbia em administração de riscos e desastres e sobrevivente da Segunda Guerra Mundial). Este outro depoimento de uma jovem demonstra a total naturalização da violência por parte do BM e a magnitude dos riscos aos quais a estudante precisou se submeter para ter, em troca, a “oportunidade [certamente escassa] de trabalhar”: “Numa época caminhava todos os dias para o trabalho. A estrada era perigosa e muitas pessoas eram vítimas de roubos e abusos físicos. Portanto, sim, superei os riscos para aproveitar as oportunidades” (estudante de Kenya) (BANCO MUNDIAL, 2013, p. 42, tradução própria).

Referências

BANCO MUNDIAL. *Globalização, crescimento e pobreza*. Relatório de Pesquisa Política do Banco Mundial. São Paulo: Futura, 2003.

BANCO MUNDIAL. *Informe sobre el Desarrollo Mundial 2006*. Equidad y Desarrollo. Washington: Banco Mundial, 2005.

BANCO MUNDIAL. *Informe sobre el Desarrollo Mundial 2014*. Riesgo y oportunidad. La administración del riesgo como instrumento de desarrollo. Washington: Banco Mundial, 2013.

BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1990*. A pobreza, 1990. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/pt/188701468322757498/pdf/PUB85070SPANIS1o0A1994100101PUBLIC1.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001*. Luta contra a pobreza. Oportunidade, autonomia e segurança, 2000. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/pt/927161468164645652/pdf/226840PORTUGUE1za20001200101PUBLIC1.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. A *estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, 2001. (Texto para discussão, 800).

BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Unesp, 1995.

BECK, U. *La sociedad del riesgo mundial*. En busca de la seguridad perdida. Barcelona: Paidós, 2008.

DUAYER, M. Marx, verdade e discurso. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 19, n.1, p. 15-39, 2001.

DUAYER, M. Mercadoria e trabalho estranhado: Marx e a crítica do trabalho no capitalismo. *Margem Esquerda. Ensaios marxistas*, São Paulo, n. 17, p. 88-99, nov. 2011.

DUAYER, M.; MEDEIROS, J. L. Miséria Brasileira e Macrofilantropia. Psicografando Marx. *Revista Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 237-262, 2003.

ESCURRA, M. F. *Pobreza no capitalismo: elementos para a análise crítica com base na teoria valor-trabalho de Marx*. 2015. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV; UFRJ, 2010.

FORRESTER, V. *O horror econômico*. São Paulo: Unesp, 1997.

GIDDENS, A. *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

GIDDENS, A. *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

GIDDENS, A.; PIERSON, C. *Conversas com Anthony Giddens: o sentido da Modernidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

GONÇALVES, R. Novo Desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 112, p. 637-671, out./dez. 2012.

IANNI, O. *A sociologia e o mundo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MAURIEL, A. P. O desenvolvimento, pobreza e políticas sociais. *Revista Em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 31, p. 97-117, 2013.

MAURIEL, A. P. Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 173-180, 2010.

MAURIEL, A. P.; RAIS, C. B. R. Indicadores de pobreza nas políticas sociais brasileiras. *Revista Políticas Públicas*, São Luís, v. 17, n 1, p. 127-137, 2013.

MEDEIROS, J. L. *A acumulação da pobreza: os processos de geração e reprodução da pobreza na economia capitalista*. 1998. Dissertação (Mestrado em Economia) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998.

MEDEIROS, J. L. *A economia diante do horror econômico: uma crítica ontológica dos surtos de altruísmo da ciência econômica*. Niterói: Editora UFF, 2013.

ROCHA, S. *Pobreza no Brasil. Afinal, de que se trata?* 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SANTOS, M. *Pobreza urbana*. 3. ed. São Paulo: USP, 2009.

SEN, A. K. *Desenvolvimento como liberdade*. 3. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SEN, A. K. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SIQUEIRA, L. *Pobreza e Serviço Social: diferentes concepções e compromissos políticos*. São Paulo: Cortez, 2013.

SOARES, L. T. S. *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina*. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009. (Questões da nossa época, 78).

NÚMEROS ANTERIORES

EDIÇÃO 27

Evolução do trabalho infantil no Brasil

Ana Lúcia Kassouf

K., relato de uma busca: autoficção e efeitos políticos

Anna Faedrich, Renato Lima e Jacques Fux

Contribuições da experiência internacional ao gerenciamento das rendas do petróleo do pré-sal brasileiro

Beni Trojbic

Governo representativo e democratização: revendo o debate

Fernando Limongi

Fome, pobreza e desenvolvimento: um convite à leitura de Josué de Castro

Rosana Magalhães

EDIÇÃO 28

DOSSIÊ

Florestan: 20 anos depois

Gabriel Cohn (Organização)

A margem e o centro. Travessias de Florestan Fernandes

Gabriel Cohn

Sessenta anos da publicação de um relatório exemplar

Elide Rugai Bastos

Modos de explicar o Brasil: o estruturalismo sociológico de Florestan Fernandes e o construtivismo institucional de Mangabeira Unger

Carlos Sávio Teixeira

Sobre cinema pago no contexto cultural pós-moderno. Três teses sobre arte, estética e sociedade

Ronaldo Rosas Reis

A independência do poder judiciário em perspectiva comparada: Brasil e Argentina

Luciléia Aparecida Colombo

Abrigamento de mulheres em situação de violência de gênero: um estudo comparativo Salvador-Madri

Cândida Ribeiro Santos

Os Sertões, ainda e além

Carolina Correia dos Santos

Uma análise sobre a economia étnica no Brasil

Cláudia Lima Ayer de Noronha e Elaine Meire Vilela

Imprensa e esfera pública: retomando o debate Lippmann e Dewey

Luiz Augusto Campos

Convenções de qualidade e a inserção da agricultura familiar na cadeia produtiva do leite na região de Imperatriz/MA

Marcelo Sampaio Carneiro

Crise e reformas no Brasil: trajetória em prol das reformas orientadas para o mercado nos anos 1990

Alessandro André Leme

Nuno Ramos e suas metamorfoses

Júlia Studart

A autorreação entre arte e vida social

Lucyane De Moraes

A filosofia e seus conteúdos desprezados: filosofia pop em questão

Marcia Tiburi

Abstração e desfiguração: a crise da representação na pintura moderna

Marco Casanova

EDIÇÃO 31

*Racionalidade, alteridade e violência: uma abordagem
à luz de Emmanuel Lévinas e Hans Jonas*

Alexandre Marques Cabral

*Entre a obrigação e o prazer: a leitura para adolescentes
de Barcelona e do Rio de Janeiro*

Isabel Travancas

*De volta ao futuro: o que podemos concluir do debate
acerca das cotas raciais*

João Feres Júnior

*‘Ler, ver o rosto’ e ‘Olhar com todo o corpo’:
anotações, montagens e investigação com a arte*

Manoel Ricardo de Lima

*O papel da China no desenvolvimento latino-americano nas
duas últimas décadas: implicações econômicas e políticas*

Wagner Tadeu Iglecias

Caso tenha interesse em receber a revista

Sinais Sociais, entre em contato conosco:

Núcleo de Comunicação Institucional do

Departamento Nacional do Sesc

publicacoes@sesc.com.br

tel.: (21) 2136-5149

fax: (21) 2136-5470

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

Política editorial

A revista *Sinais Sociais* é editada pelo Departamento Nacional do Serviço Social do Comércio (Sesc) e tem por objetivo contribuir para a difusão e o desenvolvimento da produção acadêmica e científica nas áreas das ciências humanas e sociais. A publicação oferece a pesquisadores, universidades, instituições de ensino e pesquisa e organizações sociais um canal plural para a disseminação do conhecimento e o debate sobre grandes questões da realidade social, proporcionando diálogo amplo sobre a agenda pública brasileira. Tem periodicidade quadrimestral e distribuição de 5.000 exemplares entre universidades, institutos de pesquisa, órgãos públicos, principais bibliotecas no Brasil e bibliotecas do Sesc e Senac.

A publicação dos artigos, ensaios, entrevistas e dossiês inéditos está condicionada à avaliação do Conselho Editorial, no que diz respeito à adequação à linha editorial da revista, e por pareceristas *ad hoc*, no que diz respeito à qualidade das contribuições, garantido o duplo anonimato no processo de avaliação. Eventuais sugestões de modificação na estrutura ou conteúdo por parte da Editoria são previamente acordadas com os autores. São vedados acréscimos ou modificações após a entrega dos trabalhos para composição.

Normas editoriais e de apresentação de artigos

O trabalho deve ser apresentado por carta ou e-mail pelos(s) autor(es), que devem se responsabilizar pelo seu conteúdo e **ineditismo**. A carta deve indicar qual ou quais áreas editoriais estão relacionadas ao trabalho, para que este possa ser encaminhado para análise editorial específica. A mensagem deve informar ainda endereço, telefone, e-mail e, em caso de mais de um autor, indicar o responsável pelos contatos.

Incluir também o **currículo** (com até cinco páginas) com a formação acadêmica e a atuação profissional, além dos dados pessoais (nome completo, endereço, telefone para contato) e um **minicurrículo** (entre 5 e 10 linhas, fonte *Times New Roman*, tamanho 10), que deverá constar no mesmo documento do artigo, com os principais dados sobre o autor: nome, formação, instituição atual e cargo, áreas de interesse de trabalho, pesquisa, ensino e últimas publicações.

Os textos devem ser encaminhados para publicação ao e-mail: sinaissociais@sesc.com.br, ou em CD ao endereço a seguir:

O corpo do texto deverá ter no mínimo 35.000 e no máximo 60.000 caracteres, digitado em editor de texto Word for Windows, margens 2,5 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento entrelinhas 1,5. As páginas devem ser numeradas no canto direito superior da folha.

A estrutura do artigo deve obedecer à seguinte ordem:

- a) Título (e subtítulo se houver).
- b) Nome(s) do(s) autor(es).
- c) Resumo em português (de 100 a 250 palavras, fonte Times New Roman, tamanho 10, não repetido no corpo do texto).
- d) Palavras-chave (no máximo de cinco e separadas por ponto).
- e) Resumo em inglês (de 100 a 250 palavras, fonte Times New Roman, tamanho 10).
- f) Palavras-chave em inglês (no máximo de cinco e separadas por ponto).
- g) Corpo do texto.
- h) Nota(s) explicativa(s).
- i) Referências (elaboração segundo NBR 6023 da ABNT e reunidas em uma única ordem alfabética).
- j) Glossário (opcional).
- l) Apêndice(s) (opcional).
- m) Anexo(s) (opcional).

Anexos, tabelas, gráficos, fotos e desenhos, com suas respectivas legendas, devem indicar as unidades em que se expressam seus valores, assim como suas fontes. Gráficos e tabelas devem vir acompanhados das planilhas de origem. Todos esses elementos devem ser apresentados no interior do texto, no local adequado ou em anexos separados do texto com indicação dos locais nos quais devem ser inseridos. Sempre que possível, deverão ser confeccionados para sua reprodução direta. As imagens devem ser enviadas em alta definição (300 dpi, formato TIF ou JPEG).

Recomenda-se que se observem ainda as normas da ABNT referentes à apresentação de artigos em publicações periódicas (NBR 6022), apresentação de citações em documentos utilizando sistema autor-data (NBR 10520) e numeração progressiva das seções de um documento (NBR 6024).

Referências (exemplos):

Artigos de periódicos

DEMO, Pedro. Aprendizagem por problematização. *Sinais Sociais*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 15, p. 112-137, jan. 2011.

DIAS, Marco Antonio R. Comercialização no ensino superior: é possível manter a ideia de bem público? *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 84, p. 817-838, set. 2003.

Capítulos de livros

CANDIDO, Antonio. O significado de *Raízes do Brasil*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 25. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1993. p. 39-49.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Tratado de nomadologia: a máquina de guerra. In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Trad. Aurélia Guerra Neto e Celia Pinto Costa. São Paulo: Ed. 34, 1980. v. 5, p. 14-110.

Documentos eletrônicos

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores: 2002*. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2002/sintesepnad2002.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2013.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. Desigualdade racial de saúde e contexto de classe no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582011000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 jul. 2013.

SANTOS, Nara Rejane Zamberlan; SENNA, Ana Julia Teixeira. Análise da percepção da sociedade frente à gestão e ao gestor ambiental. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO AMBIENTAL, 2., 2011, Londrina. *Anais eletrônicos...* Bauru: IBEAS, 2012. Disponível em: < <http://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2011/I-002.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1936.

Trabalho acadêmico

VILLAS BÔAS, G. *A vocação das ciências sociais (1945/1964): um estudo da sua produção em livro*. 1992. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

Esta revista foi composta na tipologia Caecilia LT Std
e impressa em papel pólen 90g, na Rona Editora Ltda.